

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as
implicações do empoderamento feminino e da masculinidade
hegemônica na violência conjugal**

Mirian Béccheri Cortez

**Vitória
2006**

Mirian Béccheri Cortez

**Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as
implicações do empoderamento feminino e da masculinidade
hegemônica na violência conjugal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Lídio de Souza.

Área de concentração: (7.07.05.00) Psicologia Social

**Vitória
2006**

**Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as
implicações do empoderamento feminino e da masculinidade
hegemônica na violência conjugal**

MIRIAN BÉCCHERI CORTEZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Dissertação defendida e aprovada em 04 de agosto de 2006.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lídio de Souza, Orientador, Ufes.

Prof^a. Dr^a. Zeidi Araujo Trindade, Ufes.

Prof^a Dr^a. Edinete Maria Rosa, Ufes.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho encerra uma etapa significativa de minha formação, como profissional e também como pessoa, o que devo, em grande parte, àqueles que me incentivaram e acreditaram, às vezes mais do que eu, em minhas capacidades. Agradeço, então,

A meus pais, “seu” Julio e “dona” Lília, e meus irmãos, Rodrigo, Rafael e Ramiro que se fizeram presentes durante meu percurso, dando-me condições de enfrentar dificuldades e de amadurecer.

A meu orientador, professor Lídio de Souza, pela receptividade, liberdade e suporte essenciais para o desenvolvimento e conclusão desse estudo.

Aos grandes amigos que fiz aqui: Ana Lúcia, Alline, Bruno, Cida, Chrystiane, Claudinha, Daniel, Flavinha, Kirlla, Liana, Luciana, Mari, Thaísa e Sibelle. Impensável não agradecer a vocês pela amizade, carinho e companheirismo. *(A velha história de nos bons e maus momentos...)*

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes pela boa acolhida à “menina de São Carlos”. Agradeço, em especial, aos professores Maria Margarida Pereira Rodrigues, Sávio Silveira de Queiroz e Elizeu Borlloti, pela disponibilidade e atenção a mim dedicadas, e à professora Maria Cristina Smith Menandro, pela ajuda na análise dos dados.

A Maria Lúcia R. Fajóli, secretária do Programa de Pós-Graduação, pelas informações a respeito de normas e prazos e também por dividir comigo algumas risadas e biscoitos.

Aos profissionais a quem recorri para ter acesso aos participantes, agradeço a receptividade com que fui recebida em suas instituições.

Aos alunos do curso de graduação em Psicologia da Ufes, Suzana, Leandro e Vinícius, pela colaboração com a coleta dos dados.

Agradeço às esposas e maridos entrevistados, pela disposição em compartilhar, de modo sincero e sem preconceitos, suas vivências sobre assunto tão delicado.

Finalmente, agradeço ao apoio financeiro da CAPES, e também de meus pais e de minha tia Deolinda, mecenas de meu trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Apresentação.....	1
1.2 Violência.....	3
1.2.1 Violência doméstica, de gênero, (intra) familiar, conjugal ou contra a mulher.....	4
1.3 Movimento feminista: do estudo das mulheres ao estudo das relações de gênero. .	6
1.4 O gênero em nossa sociedade: exclusão e violência contra a mulher.....	11
1.5 Família tradicional e as mudanças nos papéis de gênero	14
1.6 Violência conjugal masculina, a perspectiva dos homens.....	17
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO	20
3. MÉTODO	23
3.1 Casais participantes: contato, coleta dos dados e descrição.	23
3.1.1 Contato com possíveis participantes.....	23
3.1.2 Coleta dos dados.....	27
3.2 Instrumento para a coleta de dados	28
3.3 Tratamento dos dados.....	29
3.3.1 Alceste (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte)	29
3.3.2 Análise de conteúdo.....	33
3.3.3 Conjugação dos procedimentos de análise	34
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
4.1 Descrição dos casais participantes	35
4.2 Grupo das esposas	39
4.2.1 Descrição	39
4.2.2 Apresentação e análise dos dados.....	40
4.2.2.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	40
4.2.2.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)	64
4.3 Grupo dos maridos	67
4.3.1 Descrição	67
4.3.2 Apresentação e análise dos dados.....	67
4.3.2.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	67
4.3.2.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)	88
5. DISCUSSÃO.....	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
7. REFERÊNCIAS	108

Apêndice A. Modelo de Termo de Conciliação do Primeiro Juizado Especial Criminal de Vitória.....	Erro! Indicador não definido.
Apêndice B. Modelo de Termo de Conciliação do Segundo Juizado Especial Criminal de Vitória.....	Erro! Indicador não definido.
Apêndice C. Cópia da autorização assinada pelo Juiz de Direito do Fórum de Vitória.....	Erro! Indicador não definido.
Apêndice D. Modelo do Termo de Consentimento Informado para participação em pesquisa	121
Apêndice E. Modelo da versão para os maridos do roteiro de entrevista.....	122
Apêndice F. Modelo da versão para as esposas do roteiro de entrevista.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações sobre as esposas entrevistadas.	39
Tabela 2: Palavras relacionadas à Classe 1 do grupo das esposas.	42
Tabela 3: Palavras relacionadas à Classe 2 do grupo das esposas.	53
Tabela 4: Palavras relacionadas à Classe 3 do grupo das esposas.	56
Tabela 5: Informações sobre os maridos entrevistados.	67
Tabela 6: Palavras relacionadas à Classe 1 do grupo dos maridos.	69
Tabela 7: Palavras relacionadas à Classe 2 do grupo dos maridos.	76
Tabela 8: Palavras relacionadas à Classe 3 do grupo dos maridos.	79
Tabela 9: Palavras relacionadas à Classe 4 do grupo dos maridos.	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de dendrograma de classes estáveis resultante da CHD.	31
Figura 2: Exemplo de representação gráfica resultante da AFC.	32
Figura 3: Dendrograma do conteúdo das entrevistas com as esposas.	41
Figura 4: Representação gráfica da AFC do grupo de esposas	66
Figura 5: Dendrograma do conteúdo das entrevistas com os maridos.	68
Figura 6: Representação gráfica da AFC do grupo de maridos.	90

LISTA DE SIGLAS

AA – Alcoólicos Anônimos

AFC – Análise Fatorial de Correspondência

Alceste – Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble de Segments de Texte
(Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto)

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CIC – Centro Integrado de Cidadania

DDM – Delegacia de Defesa das Mulheres

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Jecrim – Juizado Especial Criminal

Napa – Núcleo de Apoio Psicossocial aos Apenados

NAI – Núcleo de Atendimento Intrafamiliar

NAF – Núcleo de Atenção Familiar

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

TC – Termo Circunstanciado

TCI – Termo de Consentimento Informado

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

UCE - Unidade de Contexto Elementar

UCI – Unidade de Contexto Inicial

Cortez, M. B. *Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as implicações do empoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal*, Vitória, 2006, 125p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

Este estudo investigou o modo como concepções e práticas de gênero atuam na manifestação de conflitos conjugais que resultam em violência física, psicológica ou sexual do marido contra sua companheira. Foram entrevistados individualmente quatro casais, que tinham registro policial de ocorrência de agressão física do marido contra sua parceira e histórico de violência conjugal, utilizando-se um instrumento com duas partes: a primeira recolheu dados sócio-demográficos dos entrevistados e a segunda, composta por um roteiro de entrevista, investigou as concepções dos participantes sobre homem, mulher e relacionamento conjugal. Os dados foram organizados através da utilização do *software* Alceste (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte) e da Análise de Conteúdo. Os resultados demonstraram a concordância entre os cônjuges em dois pontos relevantes: a) concepções tradicionais de gênero que guiam as práticas domésticas e também o relacionamento do casal e, b) compreensão de que as ocorrências de violência são decorrentes da busca dos maridos pelo controle dos comportamentos das esposas, entendidos por eles como errados ou inadequados. Esses comportamentos têm em comum o fato de ameaçarem o padrão hegemônico de masculinidade e negarem, de algum modo, a concepção tradicional e naturalizada de mulher, como o acesso ao ambiente público por meio do trabalho assalariado. As esposas detalharam o contexto dos episódios de violência, os tipos de agressões (física, psicológica e/ou sexual) e seus prejuízos físicos e emocionais. Já os homens negaram a ocorrência de violência sexual e minimizaram as agressões físicas e suas conseqüências, descrevendo as brigas como eventos com poucas ou efêmeras implicações para a esposa e seu relacionamento. Os resultados foram discutidos com base em dois conceitos principais, *masculinidade hegemônica* e *empoderamento feminino*, ressaltando-se a reação violenta dos maridos entrevistados frente aos sinais de autonomia de suas esposas e questões relativas ao prejuízo masculino e feminino ocasionado pela exclusão do homem das discussões sobre o empoderamento feminino.

Palavras chave: gênero; masculinidade; violência conjugal; empoderamento feminino.

Cortez, M. B. *Dominant husbands, (in)subordinate wives: implications of female empowerment and hegemonic masculinity on marital violence*, Vitória, 2006, 125 p. Masters Dissertation. Post-Graduation Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo.

ABSTRACT

This study investigates how gendering conceptions and practices affect couples conflicts and husband's physical, psychological or sexual violence against his partner. Four couples, which have police report of physical aggression perpetrated by husbands against their wives and an history of this kind of violence, were individually interviewed, based on a two-section instrument: the first part collected participant's socio-demographic data and, the second one, an interview script, aimed to investigate the participants' conceptions about man, woman and couple relationship. Data were analyzed by using software Alceste (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte) and Content Analysis. Results demonstrated the agreement between husbands and wives about two relevant points: a) traditional gender conceptions which guide domestic practices and the couple relationship and, b) comprehension that violence episodes result of husbands' attempt to control female behaviors they understand as wrong or inadequate. These behaviors have in common the fact they threat the hegemonic model of masculinity and deny, someway, the traditional and naturalized conception of women, as the access to public domain as a result of paid work. Wives detailed the violence contexts, types of aggression (physical, psychological and/or sexual) and physical and emotional injuries. On the other hand, husbands denied occurrences of sexual violence and minimized physical aggressions and their consequences by describing fights as episodes of little or ephemeral implications to their wives and relationships. Results were discussed based on two main concepts, *hegemonic masculinity* and *female empowerment*, emphasizing the violent reactions of the interviewed husbands when in confront with their wives' signs of autonomy and approaches to male and female prejudices occasioned by man's exclusion from debates about female empowerment.

Key words: gender; female empowerment; masculinity; marital violence.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Os estudos atuais sobre a temática da violência conjugal praticada contra a mulher têm trazido contribuições importantes e muitas discussões sobre esse problema social e também de saúde pública, como qualificado no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002). Apesar de muitos autores concordarem que “... a violência e a discriminação praticadas contra a mulher são dados inquestionáveis da realidade mundial” (Mello, 2002, p.135), há também acordo no fato de o ato de violência (seja física, sexual ou psicológica) do homem contra sua parceira ser um acontecimento privado¹ que só entra nas estatísticas quando a queixa é registrada. E o número de registros está ainda longe de mostrar a realidade (Angulo-Tuesta, 1997, Miller, 2002; Soares, 1999, Sinclair, 1985).

O número reduzido de denúncias é muitas vezes compreendido como invisibilidade desse tipo de violência. No início da década de 80, Langley e Levy escreveram sobre o espancamento de esposas nos Estados Unidos e sobre a dificuldade de se documentar o fenômeno devido às “atitudes do público com relação ao assunto” (1980, p.26), e concluíram que “o espancamento de esposas está tão arraigado na nossa sociedade que freqüentemente parece invisível” (p. 27).

Praticamente vinte anos depois, essa invisibilidade continua sendo descrita (Soares, 1999), e relacionada principalmente ao reduzido registro de denúncias. As poucas denúncias, por sua vez, são discutidas em termos de impunidade dos denunciados e do receio por parte da mulher de novas agressões ou de “desestabilizar” o lar e a família, ao se separar do parceiro. Ainda, o fato de em nossa sociedade prevalecerem preceitos patriarcais/tradicionais, que preconizam papéis hegemônicos nos quais a masculinidade é dominante e a feminilidade subordinada, contribui para que homens e mulheres tenham dificuldade em identificar como abuso alguns usos do poder e do controle masculino dentro dos relacionamentos afetivos/conjugais. “Dessa forma, o problema da violência de gênero ‘naturaliza-se’ e se banaliza pela tradição marcada pelas relações hierárquicas de gênero” (Angulo-Tuesta, 1997, p.1).

¹ Ressaltamos que compreendemos que as dimensões público-privado são perspectivas de abrangência simbólica que permitem a co-existência das mesmas em um mesmo espaço físico. Porém para fins explicativos, utilizaremos tais expressões como meio de diferenciação entre ambientes com maior ou menor possibilidade de interferências de agentes sociais externos, distintos da relação familiar.

A existência, porém, de casas abrigos e de Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), as marcas físicas e os problemas de saúde das mulheres, faltas no trabalho, filhos com dificuldades de relacionamento e aprendizagem e, ainda, as campanhas sobre os direitos da mulher e contra a violência, divulgadas pela mídia, fazem parte de nosso cotidiano e nos mostram que o problema é um fato freqüente que pode ser reconhecido e acessado pela sociedade por diversos meios.

Podemos colocar, assim, que a violência conjugal é um acontecimento que possui várias faces visíveis. O que dificulta seu reconhecimento como um ato de transgressão é a privacidade do ambiente em que ela geralmente ocorre e também os olhos daqueles que presenciam esses episódios (agredidos, agressores ou testemunhas). Esses, inseridos em uma sociedade onde a violência masculina é entendida como característica esperada, quando não exaltada, do homem e acostumados com tantas outras formas violências, não identificam nesse tipo de ocorrência uma violação de direitos e, com isso, a denúncia não tem sentido ser registrada.

No presente trabalho, são exploradas questões relativas à construção do gênero na nossa sociedade como um divisor desigual de poder entre o homem e a mulher e o modo como essa construção atua sobre a relação entre cônjuges, facilitando a composição de episódios de violência do homem contra sua parceira.

Ainda, investigamos como a cobrança social relativa a masculinidades e feminilidades hegemônicas, que condizem com os padrões rígidos dominantes/dominadas, entra em conflito com a atual necessidade de igualdade entre os gêneros, requerida pelas mudanças nas configurações familiares em função, por exemplo, de demandas econômicas e do movimento feminista. Essas conjunturas implicam na necessidade de se redefinir os parâmetros sociais delimitados para cada um dos gêneros, no sentido de *empoderar* as mulheres, ainda excluídas dos sistemas de produção, e aumentar suas possibilidades e seu poder de escolha, ou seja, sua autonomia.

Desse modo, a violência conjugal surge como uma reação masculina à dificuldade de lidar com a ameaça do “homem tradicional” pelas exigências de um “novo homem”, detentor de características feminilizadas como sensibilidade e afeição, e também à tentativa de se manter os padrões hegemônicos relacionados ao masculino. Essa manutenção depende também do controle do feminino o qual, obtendo maior autonomia no espaço social público, tende a desestabilizar os padrões hegemônicos ao ganhar poder e dificultar a identificação da dualidade rígida homem-mulher.

1.2 Violência

A violência é tema de estudos em diferentes áreas e, por isso, sua definição pode seguir diferentes bases de análise. Adotaremos no presente trabalho, o conceito de violência definido por Chauí (1999):

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. (p. 5)

A violência se caracteriza, então, pela conversão da diferença numa relação de desigualdade, objetivando a dominação, a exploração e a opressão do outro, por meio de sua reificação.

Tomando a liberdade como uma capacidade e um direito do ser humano, Araújo (2002, p. 4) afirmou ser a violência “uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito constituinte da própria história”, ou, nesse mesmo sentido, como apontou Saffioti (1999), violência é todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos.

Entenderemos violência, então, como um exercício de poder que busca a dominação e coisificação do outro, negando sua autonomia, para a manutenção de uma relação desigual e complementar, foco esse defendido não só por Chauí (1985) como também por outras autoras que desenvolvem trabalhos relacionados à violência contra a mulher (Araújo, 2002; Day et al, 2003; Saffioti, 1997a, 1997b e 2002).

Saffioti (1997b) ainda destacou a relevância de se considerar o funcionamento dos mecanismos da violência, segundo o conceito de relações de poder. Como Orlandi (2006, p. 28-29) afirmou, o exercício do poder se constitui de técnicas ou disposições dos sujeitos, havendo espaço de manobras destes, o que possibilita a resistência e a contestação, sendo essas ações inerentes ao exercício do poder. Partindo desse pressuposto, não tiramos daquele que sofre a violência seu poder de ação contra o dominador, e evitamos o erro de estabelecer um modelo irreversível de vitimização.

Ainda que o dominador dispense ao dominado um tratamento de coisa, este último nunca se reifica inteiramente. Ao contrário, luta incansavelmente pela ampliação de sua autonomia e, portanto, pela redução de sua heteronomia, *não podendo, uma e outra, ser tomadas em termos absolutos, pois são sempre relativas*. Ninguém desfruta de total autonomia, da mesma forma como não goza de total heteronomia. (Saffioti, 1997b, p. 148, grifos nossos).

Ao recusar a vitimização da parte dominada, não negamos os prejuízos desta e as dificuldades maiores que precisa suportar. Desse modo, ao trabalharmos aqui com a violência perpetrada pelo marido contra a esposa, consideramos, apesar de pesquisas indicarem que mulheres que sofrem agressão dos parceiros podem também ser agressoras, dois fatores significativos na avaliação dos danos (físicos e emocionais) que podem ocorrer: o primeiro é o fato inegável de que, em uma luta corpo-a-corpo, a mulher corre maiores riscos de sofrer traumas físicos graves, devido ao maior porte físico do homem (Fischer & Marques, 2001; Jenkins & Aubé, 2002; Swan & Snow, 2003). O segundo fator é que a violência física da mulher é, em geral, reativa (Anderson & Umberson, 2001; Saffioti, 1999 e Kelly, 2004).

1.2.1 Violência doméstica, de gênero, (intra) familiar, conjugal ou contra a mulher.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará, ratificada no Brasil em 1995, “violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”, além de constituir “violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais”.

Para se referir à violência perpetrada pelo homem contra sua parceira, vários termos são utilizados freqüentemente como sinônimos. Como ressaltaram Soares (1999) e Dantas-Berger e Giffin (2005), os termos *violência contra a mulher*, *violência doméstica* e *violência familiar*, tornam-se intercambiáveis, tendendo a ser confundidos. Assim, não apenas os termos citados pelas autoras, mas também outros como *de gênero*, *conjugal* e *intrafamiliar* são adotados sem muitas vezes haver alguma discussão crítica anterior a respeito, o que pode facilitar um entendimento restrito do que tais violências representam por não se deixar clara a extensão que cada um desses termos alcança.

Entre as definições mais constantes na literatura, estão presentes aquelas que caracterizam a vítima (contra a mulher, contra a criança, contra o idoso). Nesses casos o agente da violência já está, muitas vezes, subentendido: contra a mulher, o homem e contra a criança e o idoso, o cuidador responsável.

Outras definições são determinadas pelas relações de proximidade e/ou parentesco entre as vítimas e o compartilhamento de um mesmo ambiente entre esses. Por exemplo, no que se refere ao conceito de *violência intrafamiliar*, Araújo (2002) concordou com

Mello (2002) que afirmou que esse conceito se refere à função “das relações de parentesco consanguíneo e/ou afim” (p. 138).

Para Araújo (2002) e Day et al (2003), o termo doméstica remete principalmente a um ambiente físico, sendo que a *violência doméstica*, segundo essa perspectiva, envolveria não apenas a família, mas “todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco” (Araújo, 2002, p.4).

Complementando tal definição podemos ressaltar a dimensão simbólica do ambiente doméstico (Mello, 2002, Saffioti, 1997a, 1997b), entendendo que, ao mesmo tempo em que o termo *doméstico* nos remete a um ambiente privado, ao “sagrado e inviolável lar da família”, ele também, e principalmente, aparece destacando o alcance dado pela sociedade ao poder de um patriarca sobre a sua família, ou pessoas de seu convívio. Poder esse que transpassa os limites dos muros de sua casa e se faz presente quando a soberania do chefe da casa parece, de algum modo, ameaçada. Nesse sentido, Saffioti (2002) aproximou essa definição do que entende por *violência de gênero* e destaca que essa violência atinge não só as mulheres, mas também crianças e adolescentes submetidos ao uso abusivo de poder do patriarca, o que é também afirmado por Dantas-Berger e Giffin (2005).

Importante ressaltar que patriarca não é, necessariamente, uma figura masculina, mas sim o detentor de poder dentro de uma determinada relação hierárquica. Desse modo, a violência de gênero pode ser praticada por homens ou mulheres, contra homens ou mulheres. Apesar disso, prevalece em nossa sociedade a violência masculina perpetrada contra a mulher, o que se deve, em grande parte, aos processos sócio-históricos que garantem maior poder e autonomia ao homem e naturalizam sua agressividade ao compreendê-la como inerente à masculinidade. “Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, *o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher.*” (Saffioti, 1999, p. 83, grifos nossos).

Após discorrer sobre alguns dos conceitos utilizados para descrever a violência do homem contra sua companheira, Angulo-Tuesta (1997) adotou uma terminologia própria, e interessante, e passa a utilizar em seu trabalho a expressão “violência de gênero no âmbito doméstico”, caracterizando, ao mesmo tempo, a relação desigual entre os parceiros e a dimensão simbólica que essa violência assume.

Em nosso estudo serão utilizadas, preferencialmente, as expressões *violência conjugal (masculina)* e *violência contra a mulher* ao discutirmos as ocorrências de episódios

agressivos dentro dos relacionamentos estudados e o uso das agressões por parte do marido contra sua esposa. Ainda, reconhecendo a existência de diversos tipos de violência que podem estar presentes em um relacionamento (física, psicológica e emocional)², destacamos que o termo violência, bem como agressão ou abuso, será empregado em nosso estudo, a princípio, de forma ampla, designando qualquer mecanismo utilizado como meio de subjugar e controlar a companheira. No caso de discussões específicas a respeito de algum tipo de violência, a mesma será devidamente nomeada.

Antes de apresentarmos as discussões sobre essa temática propriamente, faz-se necessária uma breve apresentação acerca do início dos estudos sobre mulheres, homens e relações de gênero.

1.3 Movimento feminista: do estudo das mulheres ao estudo das relações de gênero.

As discussões e críticas com relação à subordinação feminina aos homens começaram a surgir, no Brasil, com o movimento feminista, no período das décadas de 1960 e 1970 (Giffin, 2005; Lyra, 1998, Traverso-Yépez & Pinheiro, 2005, Orlandi, 2006). O movimento buscou destacar a construção social dicotômica do homem e da mulher, e o modo como essa estrutura outorgava ao homem o poder de controlar e subjugar a mulher, excluindo-a de espaços e debates públicos socialmente valorizados. A princípio, houve a ênfase nas discussões e estudos *das mulheres sobre mulheres*, buscando denunciar os processos de exclusão feminina, bem como criar meios de revertê-los, ao negar a naturalização das diferenças entre os sexos e a hierarquização desses, que implicavam em papéis rígidos de gênero.

Buscava-se a libertação da definição hegemônica do feminino, que preconizava a definição das mulheres como mães/reprodutoras, detentoras de uma dupla moral sexual (ilustrado pela oposição entre Eva, mulher ativa sexualmente e que satisfaz as

² A violência se faz presente nas relações conjugais de diversas formas, sendo comumente separadas pela literatura da área nos seguinte tipos: **a)** Violência física: tapas, socos, puxões de cabelo, estrangulamento, empurrões, torções, queimaduras, uso de instrumentos (pedaço de pau, faca, arma de fogo, etc); **b)** Violência psicológica (também descrito como emocional/moral): ameaças, destruição de pertences, humilhações, vigilância, xingamentos, cárcere privado; **c)** Violência sexual: contato físico e/ou carícias não consentidos, constrangimentos, relação sexual forçada por uso de ameaças ou força física. (Day et al, 2003; Miller, 2002; Soares, 1998). Miller (2002) descreve também o abuso econômico, no qual o parceiro, quando único ou maior provedor da família, nega contribuições financeiras para suprir necessidades básicas (comida, vestuário) e controla acesso a cuidados médicos. Deve-se atentar ainda para a grande variação na frequência das ocorrências e nos padrões de violência utilizados e para o fato dessas violências poderem ou não ocorrer em conjunto.

necessidades sexuais masculinas, e Maria, mãe e praticamente assexuada) e afastando-as da esfera pública (Giffin, 2005). Nesse sentido, como afirma Bruschini (2005), as feministas questionavam as organizações tradicionalistas da sociedade ao pleitearem oportunidades iguais de trabalho e a emancipação sexual da mulher.

A consolidação da noção de “dois sexos opostos”, segundo a autora, transpareceu em meio a essas discussões e foi analisada por Pierre Bourdieu (2003), que constatou que a abrangência das relações dicotômicas e complementares instituídas entre os gêneros resulta na classificação das coisas do mundo e de todas as práticas de acordo com diferenciações redutíveis à oposição entre masculino e feminino (dia/noite; positivo/negativo; esquerda/direita). Essa classificação simplificadora implicou na avaliação positiva das práticas associadas ao masculino (força, racionalidade, independência, espaço público) e na desqualificação de atividades e características vinculadas socialmente ao feminino (fragilidade, emotividade, dependência, espaço privado), contribuindo para os processos de exclusão da mulher.

Dentro desse contexto de organização e afirmação do feminismo, o homem aparecia nas discussões apenas como contraponto (Lyra, 1998; Dario, 2002), ou, como descreveram Heilborn e Carrara (1998), um referente implícito no discurso feminista, o que contrasta com “o tratamento do poder masculino como objeto central das análises subseqüentes, nos estudos de gênero feitos pelas mulheres” (Giffin, 2005 p. 48).

Segundo Orlandi (2006) e Traverso-Yépez e Pinheiro (2005), apenas no início da década de 1980 os estudos feministas adotaram uma perspectiva relacional do conceito de gênero, concebendo que, masculino e feminino, bem como a história das mulheres e dos homens, configuram-se mútua e continuamente. Nesse período, como observou Ribeiro (2000), prevaleceram estudos que ressaltavam a família e a reorganização dos papéis domésticos de homens e mulheres decorrente de mudanças sociais.

No Brasil, os trabalhos produzidos sobre o homem se iniciaram, de fato, no início da década de 1990 e buscavam compreender o lugar social do homem frente a estas mudanças e avaliar as conseqüências dessas em suas vidas (Ribeiro, 2000).

A passagem dos estudos *da mulher* para os estudos *de gênero* marca a busca por se investigar o homem e a mulher como produtores e reprodutores dos padrões relacionais hoje existentes entre eles. Dessa forma, apesar de, ainda hoje, alguns autores apontarem a prevalência nas publicações sobre gênero de estudos voltados para a mulher e o feminino (Gomes, 2003 e Orlandi, 2006), é válido afirmar que essa mudança de perspectiva implicou na inserção definitiva de questões masculinas nos estudos sobre relações de

gênero, passando-se a examinar, como descreveram Traverso-Yépez e Pinheiro (2005), as implicações do modelo hegemônico de masculinidade sobre os processos de subjetivação dos homens, e, acrescentamos, das mulheres.

O feminismo, então, possibilitou a adoção do gênero como uma categoria de análise, do mesmo modo que etnia e classe social, sendo que esses três eixos se entrelaçam e se revezam na organização do poder na sociedade (Connell, 1995; Greig, Kimmel & Lang, 2000; Meneghel, Farina & Ramão, 2005a; Saffioti, 2002). Ou seja, o gênero, como categoria analítica passou a implicar em um “conjunto de relações sociais de gênero estruturantes, instituintes e organizadores da sociedade”. (Ribeiro, 2000, p. 16). Essa configuração permitiu discussões acerca do caráter relacional do gênero e da existência de feminilidades e masculinidades e, conseqüentemente, a fuga dos padrões tradicionais rígidos e da polarização do gênero, facilitando o exercício de novos e mais flexíveis papéis.

Sobre o início tardio do enfoque dos estudos no homem, Heilborn e Carrara (1998) descreveram a correlação apontada por diversos autores entre a “emergência do gênero masculino como objeto de reflexão das ciências humanas e a perda dos privilégios sociais que até hoje a identidade de gênero assegurou aos homens”. (p.371). Tal afirmação suscita ao menos dois pontos interessantes que serão discutidos a seguir: o primeiro é a questão da perda dos privilégios, que trataremos com base no conceito de *empoderamento*; o segundo aspecto que será discutido é a identidade masculina tradicional, ou *masculinidade hegemônica*.

Avaliamos que a perda de privilégios descrita pelos autores se refere a questões relacionadas à entrada da mulher na esfera pública e ao aumento de sua autonomia, resultantes tanto das demandas feministas como também de necessidades econômicas e também do fortalecimento do movimento homossexual. Tais questões implicam na necessidade de se repensar os papéis naturalizados do homem e da mulher e redistribuir as práticas sociais de gênero, ou seja, na reorganização dos valores sociais que caracterizam masculino e feminino.

Dessa forma, entendemos que a noção de *empoderamento das mulheres* (*empowerment*), relacionada à inserção feminina na esfera pública, se mostra importante para a compreensão da atual configuração das relações homem-mulher. Segundo Meneghel et al (2005a), esse conceito implica no desafio das relações de poder existentes, representando:

...a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas. É um processo que pode ajudar na superação da desigualdade de gênero, sempre que as mulheres reconhecerem a ideologia sexista e entenderem que essa ideologia perpetua a discriminação em relação a elas. (p. 570)

Outra definição, trazida por Moghadam e Senftova (2005, p. 390), vai ao encontro do conceito defendido por Kabeer (2005) e estabelece que o empoderamento das mulheres é um “processo multi-dimensional de direitos e participação civil, política, social, econômica, e cultural”³, dado que a participação feminina nesses domínios é determinante na cidadania igualitária das mulheres.

Percebemos, por essas duas definições, que o empoderamento aparece definido enfocando-se tanto o individual (uma mulher) como também o coletivo (a categoria mulher). Quanto a isso, León (2001) assinala o risco de se priorizar o sujeito independente e autônomo por meio da tomada de domínio e controle pessoal, sem considerar as relações entre as estruturas de poder e as práticas individuais e de grupo. Ela afirma que, restringindo-se a um recorte individualista, o empoderamento pode ser apenas “uma ilusão”, por desconectar as pessoas “del amplio contexto sociopolítico, histórico, de lo solidario, de lo que representa la cooperación y lo que significa el preocuparse por el otro” (p. 96). Nesse sentido, a autora afirma que o empoderamento:

incluye tanto el cambio individual como la acción colectiva. El empoderamiento como autoconfianza y autoestima debe integrarse en un sentido de *proceso con la comunidad*, la cooperación y la solidaridad. Al tener en cuenta el proceso histórico que crea la carencia de poder, se hace evidente la necesidad de alterar las estructuras sociales vigentes; es decir, de reconocer el imperativo del cambio (León, 2001, p. 97, grifos nossos)

Desse modo, a necessidade de empoderamento das mulheres representa, antes de tudo, o reconhecimento das restrições sociais a que essa categoria está submetida, por ser compreendida como o “elo mais fraco” da relação homem-mulher, e da necessidade de reversão dessa situação, fazendo-se notar por mudanças em um contexto amplo, público (inserção em cargos políticos, aumento da escolaridade, acesso a educação não sexista e a serviços de saúde adequados), e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento na autonomia e na autoconfiança das mulheres). Como afirmam Becker, Edmundo, Nunes, Bonatto e Souza (2004, p. 657), o empoderamento “deve ser avaliado em todas as suas dimensões: no nível individual e no coletivo, tanto em seu processo como em seus resultados”.

³ No original: “a multi-dimensional process of civil, political, social, economic, and cultural participation and rights.”

Retomando Heilborn e Carrara (1998) e sua afirmação a respeito da identidade de gênero que privilegia os homens, faz-se importante ressaltar um conceito que passa a fazer parte dos estudos de gênero, mais especificamente voltado ao estudo dos homens (masculinidades, violência, paternidade, entre outros), ao compreender a existência de um modelo de masculinidade ideal. Tal modelo é descrito por Robert Connell (1995 e 2005), que o identifica utilizando o termo *masculinidade hegemônica* e é utilizado em diversos estudos que investigam e discutem temas relacionados ao homem, masculinidade(s) e seus diferentes papéis na sociedade (Carvalho, 1998; Gadd, 2002; Greig et al, 2000; Kimmel, 2002; Lyra, 1998; Trindade & Nascimento, 2004).

Constituída, em grande parte, na interação com a mulher, mas também com outros homens, a masculinidade hegemônica é definida como uma “configuração de práticas de gênero que representa as respostas aceitas para o problema de legitimidade do patriarcado num dado momento, a qual garante (ou é utilizada para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres”⁴ (Connell, 1995, p. 77). O autor ressaltou que, sendo os padrões de masculinidade socialmente definidos em oposição aos padrões de feminilidade, faz-se necessário ressaltar a importância de se atentar para a interação entre essas duas construções.

Connell (2005, p. 836) descreveu que esse conceito permite pensar a masculinidade como plural, uma vez que ela se apresenta como “configurações de práticas efetuadas em ações sociais que podem diferir de acordo com as relações de gênero em um contexto social particular”⁵. Ou, nas palavras de Dario (2002 p. 80): “as vivências de masculinidade são tão diversificadas quanto são os contextos em que os homens vivem”.

Nesse contexto, compreende-se que, apesar do início tardio das discussões sobre o homem, o estudo das relações de gênero aparece em um contexto de exploração e crítica dos papéis hegemônicos masculinos e femininos com o intento de compreender e buscar alternativas à organização dicotômica e hierarquizada das relações estabelecidas entre homem e mulher (entre elas, o empoderamento feminino).

⁴ No original: (...) as the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of the men and the subordination of women.

⁵ No original: configurations of practice that are accomplished in social action and, therefore, can differ according to the gender relations in a particular social setting.

1.4 O gênero em nossa sociedade: exclusão e violência contra a mulher

Com relação aos trabalhos que se dedicam às questões relacionadas ao gênero, a distinção entre esse, como construção histórica e social e sexo como constituição biológica, é ressaltada por diversos pesquisadores da área (Angulo-Tuesta, 1997, Araújo, 2002 e 2005; Dario, 2002; Gilbert, 2002; Greig et al, 2000; Lavinias, 1997 e Saffioti, 1997b e 2002), havendo também concordância sobre o fato de que as diferenças entre os gêneros não precisam implicar necessariamente em polaridade/desigualdade entre homem e mulher, dado que a compreensão do que define ser homem e ser mulher nem sempre é a mesma em diferentes épocas e sociedades.

A partir da afirmação de Heilborn (1997, p.298), de que a concepção de gênero em um dado contexto social configura “uma determinada leitura social das diferenças entre os sexos”, é importante considerar os contextos envolvidos na construção do gênero dentro de nossa organização social e cultural para compreendermos como ele passou a designar diretamente, em nossa sociedade, uma relação desigual de poder entre o homem e a mulher.

Em nosso caso, como comumente ocorre nas sociedades capitalistas, a História mostra uma organização social na qual o poder adquirido pelo homem através da posse da força de trabalho e, conseqüentemente, das funções de provedor da casa, passa a valer em todas as suas relações sociais. Considerando, então, a herança e naturalização das construções de gênero advindas dos colonizadores europeus, compreende-se a atual configuração de nossa sociedade e a valorização social positiva das práticas associadas ao masculino, ao passo que as práticas relacionadas ao feminino são, em geral, pouco valorizadas.

Os papéis de gênero hegemônicos reproduzem, então, uma organização patriarcal que se reflete nas relações públicas e familiares. Segundo DeSouza, Baldwin e da Rosa (2000), essa organização opõe machismo – ideologia que glorifica uma hipermasculinidade voltada para o controle do ambiente público e da subordinação da mulher –, e marianismo/modelo de Maria, - que idolatra a mulher mártir, que se auto-sacrifica, é submissa aos homens, boa mãe e esposa e assexuada. Outros autores (entre eles Bourdieu, 2003, Fischer & Marques, 2001; Giffin, 1994 e 2005; Gilbert, 2002; Rocha-Coutinho, 1994 e 2003; Safiotti, 1999), ao discorrerem sobre o esquema hierárquico binário de organização social, descrevem as concepções recorrentes da sociedade nas quais a mulher ocupa o pólo mais fraco da dicotomia (social/biológico, ativo/passivo, razão/emoção, produção/reprodução, público/privado).

Compreendemos, então, que as representações de gênero passam a se envolver na concepção e na construção do poder em si mesmo e, estabelecidas como um conjunto objetivo de referências, vão estruturar “a percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Araújo, 2005, p. 43).

Nesse sentido, o estabelecimento da polaridade entre os gêneros e da maior concentração de poder entre os homens implica em uma série de construções sociais violentas que o próprio Estado, também parte de nossa sociedade e construído/constituído por ela, permite ou tolera.

A restrição do acesso feminino a cargos empregatícios elevados e a diferenciação salarial entre homens e mulheres (que chega a ser 50% menor para a mulher) são exemplos da violência estrutural a que as mulheres são submetidas (Bourdieu, 2003; Camino & Ismael, 2004; Fischer & Marques, 2001; Greig et al, 2000; Rocha-Coutinho, 2003). Além disso, algumas discussões sobre os processos de exclusão feminina nos mostram que, apesar dos debates e das conquistas já alcançadas pela mulher no setor do trabalho remunerado, a feminização da pobreza em todo o mundo se agrava e se apresenta como mais um dos resultados desses processos (Giffin, 2002).

Dentro de um ambiente social é que as diferenças se transformam em desigualdades e essas, assimétricas e hierarquizadas, passam a reger padrões de relacionamento em que um sujeito subjuga o outro mais fraco. As mulheres, assim como todos aqueles excluídos das posições de poder dominantes, estão sujeitas mais constantemente às violências de nossa própria organização social, a qual protege os direitos de dominação masculina, reforçando a idéia de que “na função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio” (Saffioti 2002, p. 197-198).

De fato e infelizmente, não é de causar estranheza que essas relações desiguais e abusivas muitas vezes estejam também presentes nos relacionamentos conjugais, dado que os dois atores principais fazem parte desses processos que perpetuam a relação dominação-subordinação e mantém a mulher em uma situação de desvantagem em relação ao homem. Como assinalou Araújo (2002), a organização hierárquica de gênero da sociedade é um fator preponderante na produção não só da violência social, como também da violência interpessoal e familiar.

A partir dessa explanação, pode-se apreender que dentro de um relacionamento afetivo/conjugal, a dominação masculina, legitimada socialmente, mostra-se na

possibilidade dos homens buscarem, por meio de violência, exercer controle sobre as mulheres⁶ e, com isso validar sua posição de poder.

A relação entre nossa organização social patriarcal e as ocorrências de violência contra as mulheres é destacada em diversas pesquisas (Cavalcanti, Gomes e Minayo, 2006, Saffioti, 1999), podendo-se concluir que esse tipo de violência se encontra estreitamente vinculada à distribuição desigual de poder e às relações assimétricas estabelecidas entre homens e mulheres, perpetuando a desvalorização do feminino e sua subordinação ao masculino.

Greig et al (2000) ressaltaram que “os processos que conferem privilégio a um grupo e não a outro são muitas vezes invisíveis àqueles a quem o privilégio é conferido”⁷ (p.1). Assim, a não-compreensão de que essas concepções dicotomizadas resultam de construções históricas e sociais e podem, portanto, ser reestruturadas de acordo com o contexto histórico vivenciado, facilita aos homens, e inibe às mulheres “o acesso ao e o controle do poder político, econômico e cultural”⁸ (Greig et al, 2000, p.7).

Configurada uma organização “natural” que é aceita por ambas as partes, a possibilidade de conflito e busca por alterações do padrão pré-estabelecido por meio da insubordinação do dominado tende a ser bastante reduzida, porém, ao identificar sua situação, a mulher, parte dominada, pode buscar por vários meios mudá-la. Como descreveram Meneghel et al (2005a), os grupos dominados têm, muitas vezes, a capacidade de fazer das instâncias de opressão, espaços de resistência e de exercício de poder. Nesse sentido, as autoras afirmam que “resistência e empoderamento são modos de enfrentar os sistemas de dominação/exploração baseados em gênero, raça e classe social.” (p. 571).

Por outro lado, o homem, afetado e mais beneficiado pelas estruturas sociais, geralmente tem interesse em defender e não desafiar as vantagens decorrentes da estrutura de gênero (Connell, 1995; Greig et al, 2000).

Além dos privilégios concedidos ao homem, deve-se observar que a naturalização dos papéis hegemônicos de gênero, implica na nomeação desses como prescritores sociais de comportamentos, prejudicando tanto a mulher quanto o homem. Ambos sofrem pressões

⁶ Apesar de não ser objeto desse estudo, reconhecemos a existência de relacionamentos violentos entre casais homossexuais (homens ou mulheres) e também de relações heterossexuais em que a mulher é a principal, quando não a única, agressora.

⁷ No original: The processes that confer privilege on one group and not another are often invisible to those upon whom that privilege is conferred.

⁸ No original: Such associations ease men's, and inhibit women's, access to and control over political, economic and cultural power.

para se adequarem a tais papéis: enquanto as mulheres são recolhidas ao espaço privado, destituídas de poder (sobre os outros e, muitas vezes, sobre si mesma) e têm sua sexualidade reprimida, os homens são constantemente cobrados quanto à sua masculinidade e virilidade, sendo impedidos de vivenciar plenamente experiências afetivas (Bourdieu, 2003; DaMatta, 1997; Dario, 2002; Nolasco, 1997).

Apesar disso, as perdas maiores parecem pender para o lado mais fraco da relação, seja no ambiente público (devido, por exemplo, a dificuldade de acesso da mulher a cargos de chefia e a desvalorização financeira de seu trabalho) ou privado (com a dependência financeira e emocional, e a violência do marido, por exemplo).

Pode-se compreender, então, a violência sofrida pela mulher em seu relacionamento como uma continuação daquelas já sofridas na sociedade como cidadã, trabalhadora e consumidora, posto que não apenas a própria estrutura familiar reproduz a organização das relações de poder de nossa sociedade como também é identificada como a “principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros” (Giffin, 1994, p. 150).

1.5 Família tradicional e as mudanças nos papéis de gênero

A compreensão de que a família não é uma instituição natural e imutável, mas antes o resultado de uma construção histórica recente, passou a ser apontada por estudos a partir da segunda metade do século XIX (Nader, 2001). Assim, o reconhecimento de que a base da atual organização familiar brasileira, como de toda a sociedade, deu-se sobre os moldes do padrão patriarcal europeu, permite-nos apreender sua atual configuração e também discutir alguns aspectos acerca da construção e das mudanças dos papéis de gênero.

Apesar de, hoje, já serem discutidas e, até certo ponto, aceitas outras formas de organização da família (por exemplo, famílias recasadas, monoparentais, homoparentais), a organização nuclear burguesa permanece sendo tomada como o modelo ideal de união (Morgado, 2004, Romanelli, 2002). Nas famílias pobres, sobretudo, as relações familiares seguem “um padrão tradicional de autoridade e hierarquia”, como aponta Sarti (2003, p. 20), o que difere das famílias de classe média/alta, já descritas em alguns estudos como construindo um padrão mais igualitário de organização entre os cônjuges.

De acordo com Morgado (2004), o modelo familiar tradicional tem como uma de suas principais características a naturalização da divisão social do trabalho, ou seja, a distinção

de papéis entre homem e mulher. Considerada como a principal responsável pela reprodução da dominação masculina, sendo a Igreja e a escola, as outras duas instâncias reprodutoras (Bourdieu, 2003), a família se organiza de modo a reforçar os papéis tradicionais de gênero, reproduzindo a ideologia patriarcal estruturante do espaço social público, nos valores e papéis familiares e conjugais representados. Nesse sentido, a figura masculina valorizada é a do provedor e chefe da família cujo acesso ao espaço público de produção é livre ao passo que, a figura feminina exaltada é a da esposa/mãe/reprodutora, responsável pela criação dos filhos e também pelo cuidado com a casa e todos que ali habitam (Giffin, 2002; Rocha-Coutinho, 1994; Nader, 2001; Morgado, 2004; Saffioti, 1999).

Com relação aos processos ideológicos implicados no desempenho social do homem e da mulher, ressaltamos que esses, ao mesmo tempo em que enfatizam a necessidade e a permissão de poder e controle masculino, minimizam ou desconsideram os prejuízos relacionados ao afastamento físico e emocional do homem como pai e marido. Esse afastamento dificulta o contato e o envolvimento afetivos com seus familiares e sua parceira. Por outro lado, essas mesmas ideologias dão à mulher o poder de decisão e de cuidado sobre seu lar e seus filhos, ou seja, desde que ela se mantenha dentro desse e de outros limites impostos socialmente, sua posição de “rainha do lar” e “mãe sagrada” são consideradas praticamente intocáveis.

Dentro desse arranjo familiar, as relações conjugais se configuram como esferas propícias para a regulação e afirmação dos papéis hegemônicos do homem e da mulher (Rocha-Coutinho, 1994) e, conseqüentemente, como um ambiente que proporciona as condições ideais de efetivação dos direitos do homem sobre a mulher. Saffioti (1997a) argumentou que, ao homem, chefe da família, é concedida uma licença social de mando e demanda sobre a esposa e os filhos sendo, por essa razão “muito alta a frequência de relações violentas entre o chefe da família e sua mulher...” (p.45). O uso de violência contra as esposas como reflexo do poder outorgado ao homem é descrito também por Giffin (2002) e León (2001).

Apesar da configuração familiar predominantemente patriarcal, é notável a presença de novos elementos que apontam para a necessidade de reorganização de algumas estruturas tradicionais. Entre os fatores que se destacam está a entrada da mulher no mercado de

trabalho remunerado⁹, possibilitada pela conquista dos direitos (não) reprodutivos e impulsionada tanto por demandas do mercado como da própria família, devido, de acordo com Araújo (2005), ao não cumprimento do papel de provedor pelo homem.

Percebem-se, portanto, mudanças nos papéis femininos que podem ser relacionados a iniciativas feministas que buscam o empoderamento da mulher por meio do domínio sobre o próprio corpo e da inserção no espaço público, principalmente via trabalho assalariado.

Assim, são diversos os estudos que atestam a convivência de novos e velhos padrões acerca dos papéis de gênero e suas influências nas configurações das relações familiares e afetivas (Morgado, 2004; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Nolasco, 1997). “Ou seja, o novo e o antigo convivem na subjetividade, sem que o primeiro tenha substituído o segundo, como aparentemente pode-se supor” (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004, p. 38).

No âmbito de uma relação conjugal estruturada sobre bases patriarcais, o encontro entre os novos e antigos padrões tende a gerar conflitos quanto às identidades masculinas e femininas dos próprios parceiros (Araújo, 2005; Bourdieu, 2003), que precisam ser redefinidas para se enquadrarem a essa nova configuração. Nesse sentido, encontramos a mulher assumindo a dupla jornada de trabalho, tentando “equilibrar” família e trabalho e não se culpar pelo “abandono” do lar e dos filhos (Rocha-Coutinho, 2003) e o homem procurando lidar com o ganho de autonomia da parceira e com a necessidade de se envolver com papéis que lhe requerem afetuosidade.

A busca de reequilíbrio dos papéis, principalmente masculinos, é discutida, por alguns autores, em termos de uma crise de identidade de gênero, ou mais especificamente, crise da masculinidade (Nolasco, 1997; Araújo, 2005). Na medida em que a reestruturação das relações de gênero dentro do ambiente familiar implica, na perda (real ou aparente) de poder por parte do homem, esse, já autorizado socialmente a controlar sua esposa, pode reagir à suposta ameaça de “desmasculinação”, fazendo uso de violência para reverter a situação.

⁹ Com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, deve-se considerar que esse fenômeno é novo para as mulheres de classe média e alta, que possuem alta qualificação (Sarti, 2003 e Rocha-Coutinho, 2003). As mulheres pobres sempre trabalharam e, de acordo com Sarti (2003), como o trabalho remunerado está inserido na lógica de obrigações com a família e é motivado por ela, ele não ameaça o lugar de autoridade do homem provedor. Além disso, o contato dessas mulheres com uma atividade remunerada, muitas vezes, implica na reprodução das atividades já exercidas em sua própria casa (cozinheira, faxineira, babá), posto que não possuem qualificação. A domesticidade do trabalho feminino, nesses casos, é mantida.

1.6 Violência conjugal masculina, a perspectiva dos homens.

Os estudos que buscam focar o homem-agressor são poucos, quando comparados à quantidade de publicações voltadas à mulher em situação de violência, porém já nos permitem notar que os padrões relativos à masculinidade hegemônica e a necessidade dos homens de manutenção e afirmação dessa são aspectos importantes relacionados às ocorrências de agressão.

Heilborn (1997), ao analisar as relações entre os sexos na sociedade brasileira, referiu-se à existência de um “complexo simbólico ordenado em torno dos valores de *honra* e *vergonha*” (p. 327, grifos da autora), no qual o exercício do poder masculino “está no controle da moral feminina” (p.327). Nesse mesmo sentido, Machado (2002) afirmou que “a violência conjugal costumeira está intimamente articulada ao valor da ‘honra masculina’ e da dignidade do homem assentada no exercício do controle sobre a mulher” (p.6). Esse controle foi descrito por Connell (1995), que afirmou que “casos de violência doméstica frequentemente encontram mulheres, fisicamente capazes de cuidar de si mesmas, que aceitaram as definições dos agressores sobre elas mesmas como incompetentes e desamparadas”¹⁰ (p.83). Acrescentamos que tais definições fazem parte de nossa cultura e são ensinadas aos homens e também a suas parceiras por grupos e instituições sociais significativos, como escola, igreja e família e, nesse sentido, a violência sofrida pela mulher atua como um evento que reforça tais preceitos.

Confirmando essa perspectiva, Wood (2004), categorizou relatos de agressores conjugais a respeito de suas agressões. Ela entrevistou 22 homens condenados que assumiam ter agredido suas parceiras, mesmo que alguns não estivessem presos por essa razão, e identificou três categorias principais em seus relatos: 1) *Justificativas*; 2) *Dissociação* e 3) *Remorso*. A primeira categoria apresentou quatro subtemas, dois deles abordados pelos 22 entrevistados: a) *ela me desrespeitou como homem* e b) *ela me provocou*. O terceiro subtema, *direito do homem de controlar sua mulher*, foi citado por 18 participantes enquanto 13 mencionaram o quarto subtema, a saber, o fato de a mulher *aceitar a situação de violência*. A categoria *Dissociação* contou com os relatos de 17 participantes que negaram ser do tipo *abusivo/violento* e de 16 entrevistados que afirmaram que a violência era limitada. *Remorso*, a terceira categoria identificada,

¹⁰ No original: Domestic violence cases often find abused women, physically able to look after themselves, who have accepted the abuser’s definitions of themselves as incompetent and helpless.

agrupou os depoimentos de 12 dos homens que afirmaram se arrependem de ter batido em suas parceiras.

O que podemos verificar, com base nesses dados, é a justificativa das agressões baseada em conteúdos relacionados a comportamentos de provocação e desrespeito por parte da mulher. Referências sobre a culpabilização da mulher pela violência que sofre e a minimização das agressões ocorridas estão presentes em muitos estudos na área (Cavanagh, Dobash, Dobash & Lewis, 2001; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Faulkner, Stoltenberg, Cogen, Nolder & Shooter, 1992; Hamberger & Hotzworth-Munroe, 1999 e Soares, 1999). Além disso, o fato de o homem atribuir a responsabilidade da agressão à esposa demonstra também o poder que ele assume sobre ela.

Machado (2002) expôs que a construção cultural do masculino aproxima os homens das situações em que se exige deles ou eles entendem necessária, a prática de atos violentos. Desse modo, Saffioti (1999), ao discutir os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990, afirmou que “o sentimento de propriedade, presente no homem em relação à mulher, parece manifestar-se mais fortemente nos maridos que nos pais, quando se trata de punição física” (p. 157).

O detentor do poder dentro de uma família é, em nossa sociedade, mais comumente o homem, e a ele são outorgados diversos direitos sobre aqueles que vivem sob seus ‘cuidados’. Com relação à mulher, podemos colocar que essa, na condição de esposa, se torna “um objeto para o marido que a obtém”, como analisou Badinter (1986, p.120). Dentro de uma cultura ainda marcadamente masculina, as mulheres, segundo Araújo (2002), ao se colocarem na condição de inferioridade, acabam por delegar poderes a seus maridos.

Wood (2004) identificou em seu estudo duas descrições de masculinidade. Na primeira, descrita pelos 22 participantes, verificou-se a articulação de “uma visão patriarcal de masculinidade que prega que os homens deveriam estar no comando dos relacionamentos”¹¹ (p. 568), e que tal visão assume que a mulher deveria agradar, servir e satisfazer o homem. A autora avaliou que, para que se sintam “homens de verdade” diante de suas parceiras, esses homens precisam fazer valer essa visão patriarcal de masculinidade, muitas vezes por meio de controle e violência.

Em conflito com essa noção controladora, a autora assinala que a segunda descrição, presente no discurso de 13 dos 22 homens entrevistados, caracteriza-se por um “código de

¹¹ No original: Participants articulated a patriarchal view of manhood that holds that men should be in charge of relationship.

cavalheirismo” (*code of chivalry*), o qual requer que o homem respeite, cuide e nunca abuse das mulheres. Wood considerou que apesar de tal código ser reconhecido, ele é violado nos relacionamentos com as próprias esposas ou namoradas e analisa que “a maior parte dos participantes que trouxeram esse tipo de visão de masculinidade associaram a idéia de proteção da mulher menos com suas parceiras íntimas do que com uma *mulher abstrata* ou uma *mulher específica*, mais notavelmente mães e filhas”¹² (p.571, grifos da autora). Wood ressaltou que, apesar desses entrevistados assumirem as agressões contra suas parceiras, eles têm clara a idéia de que o homem deve cuidar da segurança das mesmas.

Posto desse modo, podemos considerar que o homem, como marido e tradicional provedor da casa, parece convencido de seus direitos de “castigar sua esposa, porque ela é sua propriedade e não responde a suas expectativas” (Dohmen 1995, p.52), podendo usar seu poder para “prevenir, fiscalizar e exigir a sexualidade fiel da companheira e fiscalizar o exercício das funções de ‘mãe’ e de ‘dona de casa’” (Machado, 2002, p.5).

Além de provedor da casa, um outro papel assumido pelos maridos é o de *mantenedor da ordem familiar*, cuidando para que essa funcione adequadamente e que cada qual (pai/marido, mãe/esposa e filhos) cumpra com as funções tradicionais defendidas pela sociedade. Entendemos que, com esse cuidado, o homem também busca controlar possíveis mudanças nas configurações familiares que poderiam, de algum modo, implicar na ameaça ou necessidade de reestruturação de sua própria masculinidade.

¹² No original: Most participants who invoked this view of manhood linked protecting women less to their intimate partners than to either *women in the abstract* or to *specific females*, most notably mothers and daughter.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Ao fazer uma análise sobre perpetuação e profusão da violência, Marcondes Filho (2001, p.22) pontuou que, “quando justificados [os atos de violência] por um benefício maior, a violência torna-se, assim, naturalizada”.

No que se refere ao relacionamento homem-mulher e suas dificuldades, podemos levantar algumas argumentações que busquem explicar, ou ainda, “justificar” essa violência. Assim, encontramos publicações que indicam que casais envolvidos em relacionamentos violentos buscam manter as expectativas (externas e deles próprios) relacionadas à constituição e manutenção do lar, e aos papéis que, entendem, devem ser cumpridos pela mulher, como mãe e esposa e pelo homem, pai e marido. Miller (2002, p. 251) descreveu que “a expectativa geral é de que as mulheres apóiem a ‘reputação’ da família, com suas atitudes sociais tradicionais, e mantenham os ‘problemas familiares’ dentro do próprio lar”.

Pode-se acrescentar, como vimos no estudo de Wood (2004), que, o marido, muitas vezes justifica a agressão contra sua parceira pelo fato dessa pôr em dúvida e/ou ofender sua “honra masculina” ou desrespeitá-lo “enquanto homem”. Para compreendermos tal discurso, podemos nos valer do conceito de masculinidade hegemônica, descrita por Connell (1995, 2005), que tem a subordinação da mulher como ponto principal para a construção do masculino.

Saffioti (2002, p.198) afirmou que a violência contra a mulher ocorre, pois a “ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais do ditame do patriarca”, ainda, como colocaram Greig et al (2000), a mulher em situação de subordinação tende a buscar a alteração do quadro, enquanto o homem tende a buscar mantê-lo como está. Nesse sentido, interrogamos se dentro de um relacionamento amoroso as diferenças nas concepções de gênero, nas características que identificam o homem e a mulher, são fatores relacionados aos desentendimentos, às brigas e agressões.

Pondaag (2003) e Soares (1999) observaram que, ao serem questionadas, as mulheres que sofrem com as agressões dos parceiros não se percebem como vítimas de uma violência de gênero. As causas das agressões não são explicadas por essas mulheres pela convivência social ou pela cultura machista em que elas e seus companheiros estão inseridos; para elas, a violência é propiciada por situações/contextos particulares como o

abuso de substâncias (álcool ou drogas ilícitas), o estresse causado pelo trabalho, dificuldades financeiras ou ao “sangue ruim” da família.

Devemos considerar que as mulheres que participam de pesquisas sobre violência conjugal pertencem, em geral, a classes de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, e que essas características podem influenciar nos discursos que descrevem a ocorrência de agressões como fatalidades decorrentes de seus cotidianos e não como um fenômeno influenciado apenas por aspectos do dia-a-dia, mas também criados e mantidos socialmente.

Segundo Jenkins e Aubé (2002), as construções relacionadas a gênero, como características e ideologias associadas a um ou outro gênero, podem ser importantes para a compreensão da agressão em homem e mulheres. Elas avaliaram que homens com concepções mais tradicionais de gênero têm maior tendência a agredir suas parceiras. Essa tendência a relacionar masculinidade à violência é descrita também por Anderson e Umberson (2001), Gilbert (2002) e Greig et al (2000). No caso de mulheres com concepções menos tradicionais, Jenkins e Aubé (2002) afirmaram que essas têm maior tendência a se definirem como vítimas e agressoras.

Essas últimas autoras concluíram que as concepções de gênero de homens e mulheres são importantes na predição de comportamentos violentos e acentuam a importância de estas serem estudadas. Desse modo, fez-se importante considerar em nossa pesquisa as perspectivas de maridos e esposas que compõem, de fato, casais. Buscamos, então, identificar suas percepções acerca das ocorrências de violência (física, psicológica ou sexual) e também sobre os papéis que ambos desempenham ou que acreditam dever desempenhar em seus relacionamentos.

Acreditamos que a percepção da violência conjugal como decorrente do processo de manutenção da hierarquia entre homem e mulher, possa ser identificada nos relatos tanto dos maridos como de suas esposas quando esses apresentarem suas concepções sobre seus relacionamentos e sobre os papéis domésticos que cada um desempenha na família e na relação a dois (pai, mãe, esposa, marido).

Diante dessas considerações, procuramos com o presente trabalho investigar de que modo as concepções e práticas de gênero presentes em relacionamentos violentos atuam na construção de conflitos que resultam em violência física, psicológica ou sexual do marido contra sua companheira. Para tanto, buscamos pesquisar:

1. As concepções dos casais participantes acerca dos papéis de gênero do homem e da mulher dentro do ambiente familiar e conjugal;

2. As descrições dos episódios de agressão física (tipos de agressão, motivos alegados, conseqüências e avaliações);
3. As percepções dos participantes sobre si mesmos, seus parceiros e seus relacionamentos.

3. MÉTODO

3.1 Casais participantes: contato, coleta dos dados e descrição.

3.1.1 Contato com possíveis participantes

A identificação de possíveis participantes foi realizada em duas situações: após audiência de conciliação em um dos Juizados Especiais Criminais (Jecrim) do Fórum de Vitória, e no início das sessões de grupo com casais que são desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Psicossocial aos Apenados (Napa), situado no município da Serra, região da Grande Vitória, ES.

Ao contatar os possíveis participantes, a pesquisadora se apresentava como aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), informando que procurava casais voluntários para uma pesquisa sobre relacionamentos violentos. Outras informações que eram sempre destacadas: inexistência de vínculo com a instituição em que o casal estava sendo contatado ou com outras instituições ligadas a órgãos da Justiça; proteção da identidade dos participantes; importância de pesquisas na área; realização individual das entrevistas; fornecimento de passes de ônibus; horários e locais da entrevista de acordo com a preferência do participante.

Aos interessados eram requisitados números de telefone para contato posterior e agendamento da entrevista.

- Juizados Especiais Criminais (Jecrim): Audiências de conciliação

Por meio da Lei 9.099/95, foi dada aos Jecrins a jurisdição para conciliar, julgar e executar infrações penais de menor potencial ofensivo¹³, que compreendem contravenções penais e os crimes cuja lei penal inflija pena máxima de dois anos de detenção/reclusão, ou multa. Segundo Santos e Chimenti (2004) esses Juizados são

¹³ Dentre as infrações estão: agredir ou provocar ferimentos leves em alguém, maus-tratos, crimes de trânsito, fugir de local de acidente sem prestar socorro à vítima, ameaças, praticar atos obscenos, perturbar a tranqüilidade.

orientados pelos princípios da simplicidade, informalidade, celeridade/rapidez e economia processual.¹⁴

Em pesquisa realizada por Azevedo (2001), que acompanhou um total de 60 audiências nos Fóruns Regionais e Central de Porto Alegre, RS, predominaram os delitos de ameaça e de lesões corporais dolosas (LCD) leves, que juntos corresponderam a 76% das audiências observadas. O maior número de processos envolveu vizinhos (41% dos casos) e, em segundo lugar cônjuges (17%).

Com relação às queixas de violência conjugal, essas são, de início, realizadas em uma Delegacia de Defesa da Mulher, onde é lavrado um Termo Circunstanciado (TC)¹⁵, que é encaminhado imediatamente ao Juizado. De acordo com as conciliadoras do Primeiro e Segundo Jecrins, promotoras/profissionais bacharéis em direito, os processos que são levados a esses Juizados podem passar por até três fases:

1. Audiência Preliminar: efetuada pelas conciliadoras, tem por objetivo diminuir a quantidade de processos e dar rapidez na solução de casos. As duas partes envolvidas no processo são ouvidas, e é explicitada a elas a possibilidade de extinção da representação desde que haja acordo entre as partes, o qual é ratificado pela assinatura de um Termo de Audiência de Conciliação. O denunciante pode ou não aceitar o acordo. (Modelos de Termo de Audiência de Conciliação dos Primeiro e Segundo Jecrins de Vitória, utilizados nos acordos entre os casais, encontram-se nos Apêndices A e B, respectivamente).
2. Transação Penal: efetuada pelo Ministério Público, esse procedimento ocorre em caso de não haver acordo entre as partes e se caracteriza pela “aceitação de proposta de aplicação imediata de medida não privativa de liberdade, como forma de despenalização” (Santos & Chimenti, 2004, p. 291). Assim, é oferecida ao autor do fato uma conversão de pena restritiva de liberdade em pena alternativa, podendo ser essa o pagamento de cesta básica ou prestação de serviços à comunidade.

¹⁴ As acusações de Lesão Corporal Dolosa (LCD) e de Ameaças ocorridos entre cônjuges são hoje, responsabilidade desses Juizados, o que, segundo Saffioti (1999, p. 90) tem sido “uma lástima na resolução de conflitos domésticos, na opinião de delegadas de DDMs e outros profissionais. Algumas considerações sobre as falhas dessa lei na execução de processos de violência conjugal podem ser encontradas também em Oliveira (2005) e Azevedo (2001).

¹⁵ “Instrumento no qual devem ser expostos, de forma sucinta, a qualificação das partes envolvidas na ocorrência e suas versões, a data e local do fato, a descrição dos objetos e de outros dados relevantes para a apuração do caso e a formação da *opino delicti* pelo Ministério Público.” (Santos & Chimenti, 2004, p. 288). O TC não institui, em si, o registro de uma denúncia, e tem como função agilizar o encaminhamento da queixa ao Juizado.

Havendo esse acordo, o autor do fato não pode ser beneficiado com essa conversão durante 5 (cinco) anos.

3. Audiência de Instrução e Julgamento: Na ausência do autor do fato nas audiências preliminares, ou repetindo-se a recusa de acordo entre os envolvidos, o Ministério Público oferece denúncia da queixa, com base nos elementos disponíveis (principalmente o TC). São ouvidos vítima, acusado (até então qualificado como autor da infração) e testemunhas, e o Juiz responsável dá a sentença. Como ocorre denúncia pelo Ministério Público, sendo o denunciado condenado, essa decisão constará em sua folha de Antecedentes Criminais, embora seja crime de menor potencial ofensivo. Em casos de condenação, os juizes podem determinar a detenção do autor dos fatos ou seu afastamento^{16 17}.

As Audiências Preliminares foram acompanhadas pela autora, após autorização do Juiz de Direito do Fórum de Vitória (por meio de assinatura de um documento que se encontra anexado como Apêndice C) e contato com as conciliadoras responsáveis por cada um dos Juizados. Os acompanhamentos das audiências com os casais (que ocorriam de segunda a quinta-feira, no período da tarde) ocorreram por nove semanas nos meses de julho, agosto até meados de setembro.

Para a realização desse acompanhamento, teve-se contato prévio com os prontuários das audiências de conciliação, contendo os TCs e outros documentos referentes às denúncias, que eram agrupados de acordo com a semana em que ocorreriam. Datas e horários das audiências com os casais que atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa eram registrados e a autora retornava aos Juizados nesses dias.

O contato com os casais por esse meio foi bastante difícil, uma vez que muitas audiências não ocorreram devido à ausência do casal ou de uma das partes, fato esse que

¹⁶ De acordo com Santos e Chimenti (2004), “nos casos de violência doméstica a transação penal e a suspensão do processo deverão conter preferencialmente medidas socioeducativas, dentre elas o acompanhamento psicossocial e palestras, visando a reeducação do infrator, evitando-se a aplicação de multa e prestação pecuniária” (p. 320). Segundo as conciliadoras, os Jecrins de Vitória não contam com estrutura que possibilite tais encaminhamentos.

¹⁷ No dia 07 de agosto de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a primeira lei brasileira direcionada especificamente para o combate da violência contra a mulher. A nova lei, apelidada de Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher por meio da proibição da aplicação de penas pecuniárias (cestas básicas e multas), possibilidade de prisão preventiva e em flagrante do agressor e da instituição de juizados especiais com competência cível e criminal. A nova lei prevê pena de três meses a três anos de detenção aos condenados e define as formas de violência vividas por mulheres no cotidiano: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência, e dependentes, a programas e serviços de proteção. Com a nova lei, o Brasil cumpre os acordos internacionais da Convenção de Belém do Pará e do Comitê de Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (CEDAW).

nos foi alertado previamente por uma das conciliadoras, que revelou que tais faltas são comuns. No período especificado, foram identificadas cerca de 15 audiências que se enquadravam nas características requeridas pela pesquisa e sete efetivamente ocorreram. Em todas elas, a autora acompanhou a realização das audiências e realizou o convite para participação na pesquisa ao final das mesmas. No total, quatro casais e dois maridos concordaram em participar da entrevista.

- Núcleo de Apoio Psicossocial aos Apenados (Napa): Grupo com casais

Segundo informações fornecidas por funcionários do Núcleo, o NAPA foi criado no segundo semestre de 2002 pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal da Serra, o Napa faz parte do Centro de Referência para Vítimas de Violência Doméstica, o qual reúne outros dois serviços: o Pró-Vida (que atende vítimas de violência doméstica do município) e a Casa Abrigo (cujo objetivo é acolher e proteger mulheres e filhos ameaçados).

O objetivo do Napa é a prestação de atendimento psicológico, social e educativo aos casos de penas alternativas indicadas pelos Jecrins do Fórum da Serra (Oliveira, 2005) ou outras instituições do município, e destaca-se por ser um trabalho pioneiro no estado do Espírito Santo como política de enfrentamento à violência no município da Serra.

Com a criação desse núcleo, tornou-se possível o cumprimento do suporte socioeducativo aos denunciados por casos de agressão contra suas parceiras, evitando o pagamento de multas e cestas básicas ou a prestação de serviços comunitários, sendo esse procedimento a alternativa preferencial nos casos de violência contra a mulher, como avaliaram Santos e Chimenti (2004).

Além do Jecrim, realizam encaminhamentos ao Napa: Conselho Tutelar, Casa do Cidadão/Assistência Jurídica, Unidades de Saúde, Núcleo de Atenção à Família (NAF), Programa de Saúde Mental, Alcoólicos Anônimos (AA), entre outras instituições do município da Serra.

Os encaminhados pelo Juizado por agressão contra a parceira participam de encontros mensais coordenados por uma psicóloga e uma assistente social. As reuniões do grupo têm duração aproximada de duas horas e contam com uma média de dez casais por encontro, sendo que, segundo as coordenadoras do grupo, a participação da parceira nos encontros passou a ser obrigatória a partir do segundo semestre de 2004.

A estrutura de funcionamento do grupo permite a entrada constante de outros casais encaminhados pelo Jecrim. Além dos encontros do grupo, os participantes (maridos e esposas) recebem atendimento individual, realizado pela psicóloga encarregada.

Após a autorização da coordenadora do programa, a pesquisadora fez o convite aos participantes do grupo em três ocasiões, sendo que por duas vezes um dos estagiários responsáveis pela entrevista com os homens acompanhou esse procedimento.

Cinco casais e um marido aceitaram participar das entrevistas, e tiveram seus números de telefone anotados pela autora para contato posterior.

3.1.2 Coleta dos dados

As entrevistas foram conduzidas individualmente nos locais de preferência dos participantes, de acordo com as possibilidades existentes, podendo ser realizadas na residência dos próprios entrevistados, em uma sala cedida pelo Napa, ou ainda em uma sala do Núcleo de Atendimento Intrafamiliar¹⁸ (NAI) de Vitória, cedida pela diretora desse Núcleo. Aos participantes entrevistados fora de suas residências foram fornecidos passes de ônibus.

Com o objetivo de minimizar possíveis interferências nas respostas dos participantes decorrentes da diferença de sexo entre entrevistado e entrevistador, as esposas foram entrevistadas pela autora ou por uma aluna-estagiária de graduação em Psicologia da Ufes, e os maridos por alunos-estagiários desse mesmo curso¹⁹.

Antes do início das entrevistas, os participantes receberam informações adicionais sobre a pesquisa, tendo sido enfatizado o interesse na opinião do entrevistado e de que não havia respostas certas ou erradas para as perguntas que seriam apresentadas. O Termo de Consentimento Informado (TCI) foi lido na presença dos entrevistadores sendo quaisquer dúvidas esclarecidas antes da assinatura das duas vias do mesmo (uma cópia

¹⁸ Situado no Centro Integrado de Cidadania (CIC) de Vitória, o NAI busca trabalhar com orientação, esclarecimento, acompanhamento psicossocial e jurídico para as pessoas envolvidas em conflitos familiares (Oliveira, 2005). Esse Núcleo foi contactado pela pesquisadora, a princípio, com o intuito de buscar casais que participassem da pesquisa. Foi informada, porém, que os casais que ali compareciam estavam, em geral, já separados ou em processo de separação e que o contato com os homens poderia não ocorrer, dado que sua presença no núcleo era menos freqüente. Apesar disso, como já colocado, a diretora do núcleo permitiu que uma sala fosse utilizada para entrevistas, desde que não interferisse nos atendimentos e fosse reservada com antecedência.

¹⁹ Antes do início da coleta, os estagiários participaram de dois encontros para a explicação dos objetivos da pesquisa, contato com o roteiro de entrevistas, esclarecimentos de dúvidas sobre seu conteúdo e também sobre o público-alvo que seria entrevistado. Os estagiários recebiam passes escolares para se deslocarem até os locais de entrevista.

desse documento pode ser encontrada no apêndice D). Com a anuência dos entrevistados, as entrevistas foram registradas com a ajuda de gravadores de fitas cassete convencionais.

A realização das entrevistas com as duas partes do casal num mesmo dia só foi possível em um caso, devido à dificuldade de se conciliar os horários dos casais.

No total, foram realizadas 14 entrevistas: cinco casais, dois maridos e duas esposas. As quatro últimas foram descartadas por não contemplarem o critério de participação dos dois cônjuges, o que se deveu, em dois casos, à indisponibilidade de horários dos parceiros; em um caso à não participação da esposa na coleta; e, em um último caso, a entrevista com o casal não se completou por ter sido identificado, na entrevista com a esposa, que o casal não compartilhava das características requeridas para a pesquisa (segundo o relato da própria esposa, seu parceiro jamais havia “*relado a mão*” nela, e havia sido indicado ao Napa após agredir sua enteada).

Um dos casais provenientes do Jecrim teve seus dados desconsiderados para análise pelo fato de não haver, na relação do casal, histórico de violência conjugal, fato esse que os diferenciava dos demais casais entrevistados e que só foi constatado após a realização das entrevistas. Alguns dos casais que haviam concordado em participar da pesquisa não foram entrevistados devido à desistência ou incompatibilidade de horários de um dos cônjuges.

Por essas razões, foram consideradas para análise as entrevistas de quatro casais: um proveniente de contato no Jecrim e três que participavam dos encontros do Napa.

3.2 Instrumento para a coleta de dados

Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro subdividido em duas partes. A primeira, registrada por escrito pelos entrevistadores, recolheu informações pessoais e sócio-demográficas de cada participante (como data de nascimento, escolaridade, profissão, salário, consumo de álcool, porte de arma), bem como algumas informações sobre o relacionamento do casal (tempo de relacionamento, início das agressões, presença ou não dos filhos em situações de brigas entre os cônjuges).

A segunda parte do roteiro buscou recolher as concepções dos participantes sobre homem, mulher e relacionamento. O roteiro foi desenvolvido em duas versões: para o marido (Apêndice E) e para a esposa (Apêndice F).

3.3 Tratamento dos dados

As informações coletadas na primeira parte do roteiro de entrevistas foram utilizadas para o desenvolvimento do resumo informativo, já apresentado, contendo alguns aspectos da vida dos casais (tempo de relacionamento, profissões, renda familiar, número de filhos, por exemplo).

As entrevistas realizadas na segunda parte do roteiro foram transcritas integralmente, separadas em dois grupos (grupo de esposas e grupo de maridos) e submetidas separadamente aos seguintes procedimentos de análise:

3.3.1 Alceste (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte)²⁰

O conteúdo produzido pela segunda parte do roteiro de entrevista foi analisado com a ajuda do *software* Alceste, programa utilizado para análise de dados textuais. Esse *software*, descrito por Menandro (2004) como uma técnica e uma metodologia, visa a apreensão de informações essenciais contidas em um conjunto de textos conexos e volumosos. Dessa forma, a aplicação do programa pode ser realizada em dados provenientes de diversos procedimentos de coleta que tenham em comum a linguagem verbal (entrevistas, diálogos, artigos de imprensa, ensaios literários), como afirmou Soares (2005).

Ao analisar um dado conjunto de textos, o Alceste fornece uma “primeira classificação estatística dos enunciados simples do *corpus* estudado” (Oliveira, Gomes e Marques, 2005, p. 158), em função da distribuição das palavras nesses enunciados. Para tanto, “o método utilizado nesta forma de modelização consiste em classificar e recortar o *corpus* em unidades relativamente arbitrárias, e verificar a distribuição de vocabulário específico em unidades” (Soares, 2005, p. 552).

É relevante destacar que a análise realizada pelo programa é considerada apenas a distribuição das chamadas “palavras plenas”, ou “palavras com sentido” (verbos, substantivos, adjetivos e advérbios), em suas formas reduzidas, ou seja, sem as desinências gramaticais e/ou alguns sufixos. Por exemplo, na forma reduzida analisada

²⁰ Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto. Além dos artigos que citamos no corpo do texto, um texto bastante elucidativo e didático sobre o programa é o de Martha de Alba - Alba (2004) El método Alceste y sus aplicaciones al estudio de las Representaciones Sociales del espacio urbano: el caso de la ciudad del México. **Papers on Social Representations**, 13, 1.1-1.20 (<http://psr.jku.at/>)

filh+, podem estar representadas as palavras plenas *filho*, *filha*, *filhos*, *filhas*, *filhinho*, etc. Para a correta identificação dessas expressões reduzidas, o programa gera em seu relatório final um “dicionário” que contém as formas reduzidas e as respectivas palavras plenas referentes a cada classe encontrada com a indicação no número de vezes que cada uma delas aparece.

As unidades básicas de análise com que o programa Alceste trabalha são:

1. Unidades de Contexto Inicial (UCI): correspondem a divisões primárias do grupo de textos analisados. As UCIs são determinadas pelo próprio pesquisador e pela natureza de sua pesquisa, sendo identificadas por meio de linhas com asterisco que sinalizam o início de cada uma delas (****espaço simples*). As variáveis introduzidas nas linhas estreladas (destacadas nos exemplos a seguir em **negrito**) são determinadas também pelo pesquisador, de acordo, com os dados coletados e seus interesses de pesquisa. Desse modo, essas unidades podem especificar apenas cada entrevista coletada (**** ***suj_12**), ou ainda podem identificar três ou mais variáveis relevantes, como por exemplo, sexo e idade do participante e uma questão específica de um questionário em questão (**** ***suj01 *sex_mas *id_35 *quest_01**).

No caso do material da presente pesquisa, cada uma das quatro entrevistas de cada grupo (de esposas e de maridos) foi considerada uma UCI e identificada por meio de linhas com asteriscos (ex: **** *suj_01). Em cada grupo de entrevistas foram inseridas, então, quatro destas linhas.

2. Unidades de Contexto Elementares (UCE): frases dimensionadas pelo programa de acordo com o tamanho do corpus, de sua pontuação e da ordem de aparição no texto (Menandro, 2004, Oliveira et al, 2005). A UCE corresponde à idéia de frase dimensionada em função do comprimento e da pontuação. É a partir dela que o Alceste realiza o trabalho de classificação (Oliveira et al, 2005).

Destacamos, a seguir, duas UCes identificadas pelo Alceste (retiradas do artigo de Oliveira et al , 2005). O primeiro número refere-se à linha em que a Unidade se encontra no *corpus* analisado, a segunda ao valor de qui-quadrado (X^2), que indica a força de relação com a classe. O símbolo (#) marca as palavras mais fortemente relacionadas à classe.

688 33 nao e #uma #doença que ele tem, se ele e #diabetico, se ele e #hipertenso, ou se ele tem um #cancer, a #hipertensao e o #diabetes e um detalhe, um detalhe #importante, mas antes-de tudo, seu #joao #hipertenso ou a minha #crianca que esta com #baixo #peso.

315 26 acho que não me #lembro de nenhum de nenhum #conceito de #enfermagem da #faculdade. #sair da #faculdade e #entrar o

mercado_de_trabalho foi um #caos, porque fazemos a #faculdade achando que nao sabemos nada.

3. Classe ou contexto lexical: corresponde a um tema extraído da análise do *corpus*. A cada classe correspondem UCEs específicas identificadas por meio do vocabulário (formas plenas e reduzidas) contido nelas. A força de relação com que cada UCE e/ou palavra se relaciona a uma classe é determinado pelo valor do qui-quadrado (X^2).

As classes são construídas pelo programa por meio da análise denominada **Classificação Hierárquica Descendente (CHD)**, que origina uma classificação definitiva do vocabulário específico de cada classe, com frequência, porcentagem e força de relação de determinada palavra com o contexto no qual foi inserida.

Ao final da classificação, o Alceste organiza os dados das classes e suas distribuições sob a forma de um dendrograma (ilustrado na Figura 1), representação gráfica em forma de árvore, que indica o número de classes, suas estruturas e a forma de relação entre elas (proximidade e/ou oposição).

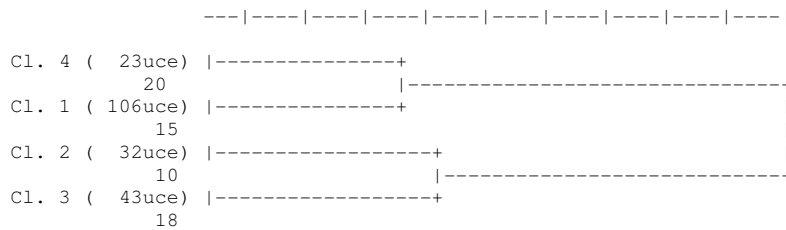


Figura 1: Exemplo de dendrograma de classes estáveis resultante da CHD. (ilustração fictícia)

Um segundo tipo de tratamento realizado pelo Alceste é a **Análise Fatorial de Correspondência (AFC)**, a qual, segundo Ribeiro (2000) é uma técnica que descreve tabelas por meio do cruzamento entre o vocabulário e as classes. Essa análise possibilita visualizar, a partir de um plano fatorial (Figura 2), a distribuição e a relação entre as classes, e também entre as formas reduzidas identificadas pela CHD.

Assim, com o objetivo de alcançar uma maior coesão nos dois *corpi* submetidos à análise do Alceste, buscou-se suprimir as repetições de palavras em uma mesma frase (Ex: “*eu tentava, tentava, tentava*”, passou a ser apenas “*eu tentava*”). Expressões que eram de interesse para a análise, como dona de casa e chefe de família, foram unidas por traço baixo (*chefe_de_família, boa_esposa*).

Devemos destacar aqui que o trabalho do Alceste se revela proveitoso quando em “parceria” com o do pesquisador, uma vez que o primeiro oferece uma “topografia do discurso” (Kalampalikis, 2003, citado por Menandro, 2004), ao organizar e destacar conteúdos e temas do *corpus*, enquanto o segundo irá interpretar e dar significados ao produto gerado pelo *software*.

O procedimento de Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), foi utilizado como meio de complementar as temáticas propostas pelo Alceste.

3.3.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um recurso metodológico que, de acordo Minayo (1993), “articula a superfície descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (p. 203). Segundo Bardin, a análise de conteúdo constitui:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2002, p. 42).

Dentre as técnicas que podem ser desenvolvidas na análise de conteúdo, foi utilizada, no presente trabalho, a análise categorial. Essa técnica busca identificar e analisar os “núcleos de sentido”, ou temas, que compõem o texto analisado. Os temas são entendidos, então, como “unidades de significação” encontradas no texto analisado durante as leituras guiadas por uma teoria específica (Bardin, 2002).

O processo de construção das categorias é iniciado por meio da leitura flutuante do material a ser analisado a fim de se obter uma visão geral do conteúdo. Em seguida, são realizadas leituras mais acuradas com o objetivo de identificar os temas presentes no conjunto textual.

3.3.3 Conjugação dos procedimentos de análise

A análise de cada um dos grupos obedeceu ao procedimento descrito a seguir:

1. Análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Os contextos lexicais originados pelo Alceste foram identificados por meio da verificação das palavras e expressões com maior qui-quadrado e frequência em cada classe e também das UCEs relacionadas a essa mesma classe. Esse processo nos permitiu caracterizar e discutir os contextos propostos, a partir dos temas centrais de cada um deles. Além disso, o contato com os dendrogramas e coeficientes de correlação (r) entre as classes nos possibilitaram examinar e discutir as relações existentes entre essas.

2. Acréscimo de temas complementares identificados por meio da Análise de Conteúdo nas descrições das classes decorrentes da CHD.

Com base nas questões especificadas nos instrumentos de coleta e no contato exaustivo com o conteúdo das entrevistas (transcrições, formatação para o Alceste e leituras recorrentes) identificamos nessas, além dos temas já encontrados pelo Alceste, algumas temáticas que consideramos relevantes e que o conteúdo destacado pelo *software*, por meio das UCEs, não abordava diretamente. Os temas identificados na análise categorial de conteúdo foram acrescidos às classes estabelecidas pelo Alceste tendo-se o cuidado de que estes complementassem a proposta de análise gerada pelo programa, sem alterar ou distorcer os temas centrais previamente propostos.

3. Avaliação da Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

Com os temas e conteúdos das classes devidamente identificados, realizou-se a análise do gráfico gerado pelo Alceste por meio da AFC. As variáveis de cada um dos eixos, as quais atuavam na distribuição espacial das classes e dos elementos no gráfico foram identificadas e, a partir disso, pudemos confirmar algumas relações previamente indicadas por meio da análise dos coeficientes de correlação e ainda discutir novas relações interclasses que puderam ser visualizadas no gráfico.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Descrição dos casais participantes

Os quatro casais que participaram dessa pesquisa possuem como característica comum a prestação de queixas (tecnicamente denominada notícia-crime) de agressões físicas cometidas contra a mulher pelo parceiro, tendo-se confirmado, durante a coleta de dados, a existência de histórico de violência conjugal (física, psicológica e/ou sexual), do marido contra a esposa.

Apresentamos, a seguir, breves descrições dos quatro casais cujas entrevistas foram analisadas.

- **Casal 1: Fabiana e Fábio**

Contatado no Napa, o casal vive em união consensual há quinze anos, e possui três filhos, dois meninos de quinze e dez anos e uma menina de sete anos de idade. O filho mais velho é de um relacionamento anterior de Fabiana, tendo sido criado por Fábio desde os três meses de idade. O casal foi entrevistado separadamente em sala cedida pelo Napa.

A família reside em casa própria em um bairro popular situado no município da Serra, na Grande Vitória. A renda familiar mensal é de cerca de quatro salários-mínimos²¹.

Fábio, 33 anos, estudou até o 6º ano do ensino fundamental, trabalha como chapeiro em uma lanchonete e recebe R\$ 800,00 por seu trabalho. Frequenta a Igreja Batista, assim como sua esposa, mas participa menos dos cultos devido a seu horário de trabalho. Em sua entrevista, Fábio revelou que consome bebida alcoólica com uma certa frequência, não tendo mencionado o uso de outros tipos de drogas.

Fabiana, 32 anos, possui ensino fundamental incompleto (terminou o 4º ano) e trabalha como manicure, recebendo, cerca de R\$ 400,00 por mês. Disse ter experimentado cocaína quando era mais jovem e que não gostou. Deixou de consumir bebida alcoólica quando começou a frequentar a Igreja Batista, e relatou que mesmo antes costumava beber pouco: *“um copo ou dois (de cerveja), e só”*.

Durante a entrevista Fabiana se mostrou abatida, falava baixo e bastante pausadamente. Segundo ela, as agressões físicas tiveram início há 12 anos, quando se mudaram da casa da mãe de Fábio para a casa atual.

²¹ Valor do salário mínimo no segundo semestre de 2005, período em que foram realizadas as entrevistas: R\$ 300,00.

As brigas são presenciadas pelos filhos, que, segundo Fabiana, “*ficam apavorados, falam em separação (...) que ia ser melhor se a gente separasse*”.

- **Casal 2: Mara e Mauro**

O casal foi contatado após a audiência de conciliação no Jecrim do Fórum de Vitória. Na audiência houve acordo quanto ao arquivamento do processo e a assinatura de um Termo de Audiência de Conciliação por ambos. A entrevista com Mara foi realizada em sua residência e Mauro foi entrevistado em sala do NAI.

O casal conviveu maritalmente por três anos, tendo, antes, namorado por cerca de um ano. No período da entrevista o casal estava separado desde a última briga, ocorrida quatro meses antes, mas continuavam se encontrando como ambos informaram em suas entrevistas.

No período das entrevistas, Mara morava com seu filho de cinco anos em uma kitnet alugada em um bairro popular da cidade de Vitória e Mauro em uma casa nos fundos da residência de sua mãe. O menino é filho de um relacionamento anterior de Mara.

Mara concluiu o magistério e trabalha como professora em uma creche, onde recebe um salário-mínimo. Tem 25 anos de idade e na época da entrevista trabalhava também como babá em uma residência: “um dinheiro extra que eu tinha”. Relatou ser religiosa e que não tinha uma religião específica: “freqüento todas”.

Mara já experimentou maconha uma vez, na companhia de Mauro e disse tomar “umas cervejinhas” socialmente, quando sai com Mauro ou com suas amigas.

Em sua entrevista, Mara relatou estar namorando um antigo namorado e que Mauro desconhecia o fato.

Mauro tem 39 anos de idade e ensino médio completo. É policial e recebe como salário cerca de R\$1.200,00. Em seu relato, revelou estar diminuindo o consumo de bebida alcoólica após uma crise convulsiva e que nunca fez uso de drogas ilícitas.

O entrevistado é pai de duas crianças de um casamento anterior, uma menina de seis anos e um menino de 12 anos de idade, que moram com a mãe. “*Eu fui casado, oito anos, com outra pessoa, quando eu a conheci eu me separei dessa outra pessoa e fui morar com ela*”. Mauro relatou que seu relacionamento com Mara não é o primeiro a ter episódios de violência.

Segundo ele, durante o namoro com Mara não houve episódios de agressão física. Mara, por outro lado, afirmou que as agressões e humilhações aconteceram ainda no namoro.

Os relatos do casal revelam que o filho de Mara já presenciou discussões entre ela e Mauro e também uma agressão física contra a mãe. Segundo os dois, o menino chorava, ficava assustado e pedia pra parar.

Em contato telefônico posterior com Mara, para confirmação de alguns dados, ela revelou que, após 11 meses morando separados, o casal está novamente vivendo junto: “*a gente se gosta, né. A gente conversou bastante, e tudo (...) Vamos ver se a gente se acerta dessa vez*” (Mara).

- **Casal 3: Amanda e Arnaldo**

O casal participa dos encontros realizados no Napa tendo sido entrevistados separadamente em sala cedida pelo próprio Núcleo. Vivem juntos há aproximadamente 13 anos, e o namoro, segundo Amanda, durou cerca de três meses.

Possuem quatro filhos: dois meninos com idades de catorze e nove anos e duas meninas de onze e cinco anos de idade. O filho mais velho é de um relacionamento anterior de Amanda.

O casal mora com os filhos em casa própria, localizada em um bairro popular, no município da Serra.

Arnaldo tem 43 anos de idade e terminou o ensino médio. Trabalha como comerciante, tendo uma renda média mensal de R\$ 2.000,00. É católico, mas ultimamente tem participado de cultos da Igreja Batista.

O entrevistado relatou que consome bebida alcoólica moderadamente, em geral em situações de festa/comemoração e que é a primeira vez que se envolve em um relacionamento violento.

Amanda possui 31 anos e é católica praticante. Não terminou o 5º ano do ensino fundamental e trabalha como auxiliar de serviços gerais para uma empresa, sendo responsável, com outras três auxiliares, pela limpeza das “repúblicas” onde moram os funcionários.

Ela afirmou que nunca fez uso de drogas ilícitas e que consome pouca bebida alcoólica. Contou ainda que apenas o final de seu relacionamento anterior foi “*muito tumultuado*”, mas que a atual relação era a primeira que considerava violenta.

Com relação ao tempo em que as agressões físicas vêm ocorrendo, Amanda declarou que essas já aconteciam durante o namoro. Arnaldo afirmou que as agressões tiveram início há quatro anos.

Os relatos do casal indicam que seus filhos presenciam brigas e agressões e que esses demonstram medo. Amanda afirma que as crianças têm medo do pai, e que seu filho mais velho, após presenciar a última discussão, perguntou à mãe porque ela não matava o marido, pra que ficassem “*livres dele*”.

Esse mesmo filho teria contado à mãe que Arnaldo havia adquirido uma arma recentemente. Amanda afirmou que ouviu seu marido falar sobre um “*tresoitão*”, mas que ela mesma não tinha visto.

- **Casal 4: Carlos e Carina**

Este casal foi convidado durante o encontro de casais do Napa, e participou da coleta de dados em sua própria residência (as entrevistas foram realizadas separadamente). Vivem juntos há aproximadamente 23 anos, e, segundo Carina, o namoro começou quando ela tinha 19 anos e “*dura até hoje*”. O casal passou a viver junto após um ano de namoro. Possuem duas filhas, uma de 15 anos de idade, que mora com eles, e uma de 20 anos que saiu da casa dos pais há pouco tempo, depois de se casar.

A família reside em bairro popular, no município da Serra, em uma casa que Carina trocou com seu irmão:

“a casa não está nem no nome meu nem no nome dele. Porque a gente trocou de casa, né. Essa casa aqui era do meu irmão. (...) meu irmão foi fazendo o material, rebocando e eu pagando ele. (...) se eu for coisar tudinho, praticamente é minha. (...) eu tenho que ir lá na Serra passar pro meu nome.”

Carina é evangélica, tem 42 anos de idade e ensino fundamental incompleto (parou de estudar no 7º ano). Trabalha como diarista, “*até conseguir alguma coisa de carteira assinada*”, em três residências, recebendo R\$ 35,00 para cada dia de faxina.

Carlos, 38 anos, tem ensino fundamental incompleto (terminou o 5º ano). É pintor, presta alguns tipos de serviços informais (pedreiro, “*chapa*”) e, no período da entrevista, trabalhava fazendo “*chapa*”, descarregando material em um fábrica de cimento.

O entrevistado declarou não ter religião e que vai aos cultos da Assembléia de Deus para assistir às apresentações de suas filhas.

Com relação ao consumo de bebida alcoólica, Carlos afirmou que às vezes bebe cerveja e pinga nos finais de semana e que nunca fez uso de outros tipos de drogas.

Segundo Carlos suas filhas não presenciam as brigas entre ele e sua esposa. Já Carina afirma que, quando as meninas estão presentes, elas se trancam no quarto e pedem que o casal pare de brigar.

O casal afirma que não houve agressões físicas no período de namoro, tendo essas sido iniciadas, segundo Carina, há 17 anos: “*a primeira vez que aconteceu, minha filha tava com dois, três anos*”.

4.2 Grupo das esposas

4.2.1 Descrição

Apresentamos a seguir uma tabela com os principais dados coletados sobre as integrantes do presente grupo (Tabela 1).

Tabela 1: *Informações sobre as esposas entrevistadas.*

Participante	Idade	Tempo de relacionamento	Idade dos filhos	Escolaridade	Profissão	Início das agressões físicas
Amanda	31	13 anos e 3 meses	14; 11 e 9 e 5	Fundamental incompleto	Auxiliar de serviços gerais	Durante o namoro
Fabiana	32	15 anos	15; 7 e 10	Fundamental incompleto	manicura	Há 12 anos
Carina	42	23 anos	15 e 20	Fundamental incompleto	diarista	Há 17 anos
Mara	25	4 anos	5	Magistério completo	Professora	Durante o namoro

As entrevistas analisadas são provenientes de um grupo relativamente jovem de esposas (média de 32,5 anos de idade). Todas as participantes viviam consensualmente com seus maridos e Mara havia deixado de morar com seu parceiro após a última briga. O tempo de relacionamento variou de 4 (quatro) a 23 anos, sendo que três das entrevistadas conviviam com seus parceiros há mais de 10 anos.

Três das entrevistadas possuem um filho de um relacionamento anterior: Amanda, Fabiana e Mara.

Das quatro entrevistadas, três não completaram o ensino fundamental: Fabiana parou de estudar no 4º ano do ensino fundamental, Amanda estudou até o 5º ano e Carina não completou o 7º ano. Mara terminou o ensino médio e se formou no magistério. Todas as esposas exerciam atividade remunerada no período da entrevista: Mara e Amanda tinham carteira assinada, sendo que a primeira complementava sua renda trabalhando como babá

durante os finais de semana. Cada entrevistada recebia mensalmente cerca de um salário mínimo.

Ressaltamos aqui o fato de todas as entrevistadas exercerem atividade remunerada. Apesar de afirmar que mulheres que trabalham fora são também agredidas pelos parceiros, Barcellos (2003) observou que a maioria das mulheres que são vítimas de violência “não desenvolve atividade profissional fora de casa” (p.136), o que, no caso de nosso grupo não foi constatado.

4.2.2 Apresentação e análise dos dados

4.2.2.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

O *corpus* submetido à análise do *software* Alceste foi subdividido por esse em 493 UCEs, das quais 428 (86,82%) foram consideradas relevantes e analisadas pelo programa. Tal quantidade demonstra boa coerência do conteúdo analisado, uma vez que, como afirmado por Menandro (2004), as análises realizadas com mais de 70% do *corpus* do texto apontam grande consistência dos dados.

A análise realizada pelo programa, por meio da CHD, identificou dois eixos bem definidos: o primeiro compreende a classe 1, com 281 das UCEs (65,65% dos dados analisados) e o segundo eixo corresponde ao subagrupamento das classes 2 e 3, contendo o restante das UCEs submetidas à análise (34,35%).

A Figura 3, abaixo, contém o dendrograma gerado pelo programa já com as classes e eixos nomeados, e os índices de proximidade (r), que sinalizam a força da relação existente entre as classes. As palavras que compõem o dendrograma correspondem àquelas com maior qui-quadrado (X^2), ou seja, as que possuem maior relevância semântica dentro de cada classe.

Na classe 1 foram identificados conteúdos relacionados aos aspectos necessários ao bom funcionamento da família ou, de uma família ideal. Esse primeiro contexto, denominado DINÂMICA AFETIVO-FAMILIAR, apresenta-se composto por elementos-base para a boa relação afetiva de um casal, bem como do bom funcionamento do lar. Esse último dependendo principalmente da execução adequada das funções (direitos e obrigações) de cada um dos cônjuges como marido, pai, esposa e mãe.

A classe 2 é composta por palavras que caracterizam padrões de comportamento que implicam em discordância e atritos entre os cônjuges, sendo por isso denominada

CONFLITOS E DISCUSSÕES. Já à classe 3, por reunir conteúdo relacionado às descrições de brigas entre os cônjuges e suas conseqüências mais imediatas, deu-se o nome VIOLÊNCIA E FRUSTRAÇÃO.

O segundo eixo foi denominado DINÂMICA DA VIOLÊNCIA, pois conjuga duas classes que expressam dificuldades e elementos negativos presentes de fato no relacionamento das entrevistadas. Neste eixo, temos um coeficiente de proximidade entre as classes 2 e 3 igual a 0,65, o que mostra uma relação forte entre os conteúdos dessas duas classes.

Ressaltando que índices de proximidade superiores a 0,5 indicam relações mais significativas entre as classes e eixos (Menandro, 2004), notamos que entre os dois eixos representados tal índice é praticamente nulo ($r = 0,02$). Tal valor pode ser analisado como uma “cisão” entre duas visões incompatíveis/opostas de relacionamento, a primeira com as idealizações sobre família e a relação do casal e a segunda evidenciando conteúdos relacionados às brigas conjugais, o que se aproxima mais da realidade das entrevistadas.

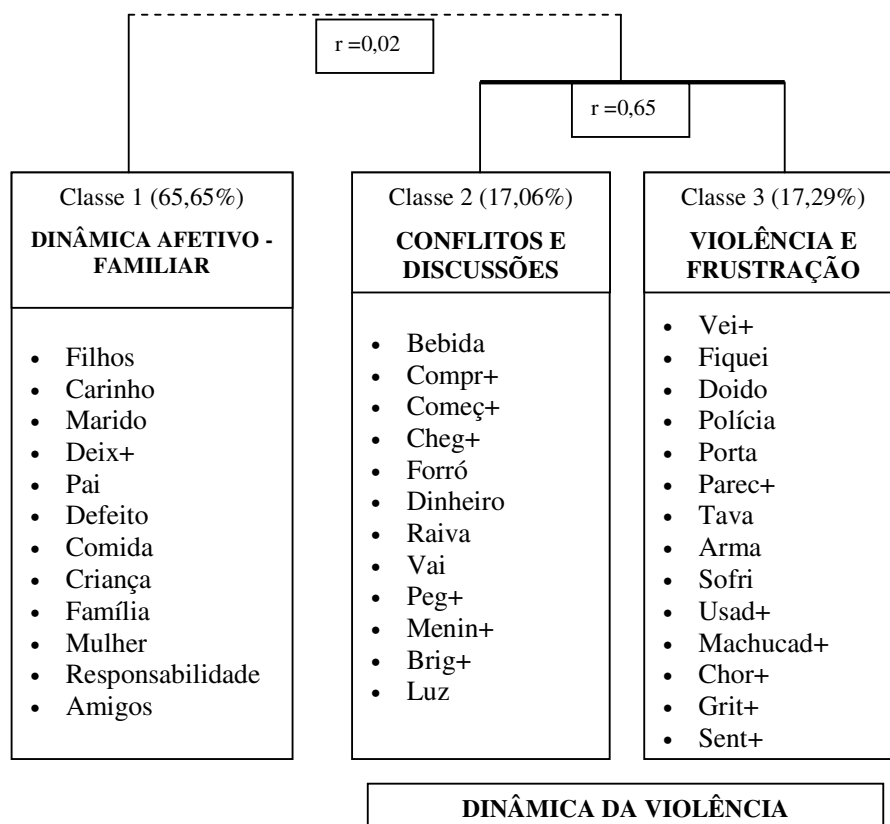


Figura 3: Dendrograma do conteúdo das entrevistas com as esposas.

A seguir, apresentamos uma análise mais detalhada de cada uma das classes.

Eixo 1/Classe 1 - DINÂMICA AFETIVO-FAMILIAR

A Tabela 2, que se segue, contém algumas das palavras mais características da classe, de acordo com o valor de seus qui-quadrados (X^2).

Tabela 2: *Palavras relacionadas à Classe 1 do grupo das esposas..*

Palavra	X^2	Palavra	X^2
ach+	39.40	comid+	8.57
filhos	21.19	criança+	8.57
carinh+	17.98	familia+	7.95
marido	15.88	amig+	7.42
deix+	14.30	mulher+	7.21
pai+	13.17	responsabilidade+	7.01
defeito	9.83	amigos	7.01
gost+	9.41		

Para uma melhor contextualização do conteúdo discutido, consideramos importante destacar algumas palavras com qui-quadrado menor, mas que possuem 100% de frequência nessa classe, sendo, por isso muito características da mesma. São elas: atenção, bagunç+, beij+, boa_mãe, boa_esposa, bom_marido, bom_pai, chefe_de_família, companheir+, conhece, deveria, demonstr+, dedic+, diálogo, direitinho, disposta, dividir, estud+, folga, homens, julga, liberdade, limp+, obrigações, necessidades, relacionamento.

Ressaltamos ainda que todas as palavras relacionadas à presente classe apresentaram frequência superior a 70%, ou seja, todas possuem grande ligação com o contexto lexical proposto pelo Alceste.

Contendo mais da metade das UCEs analisadas, identificamos na classe DINÂMICA AFETIVO-FAMILIAR dois temas fortemente relacionados. No primeiro, relacionado à *dinâmica familiar*, predominam elementos representativos das responsabilidades do homem, como **marido**²² e **pai**, e da mulher, como **esposa** e **mãe**. O segundo conteúdo presente nesse contexto é o da *dinâmica afetiva*, a qual se refere ao vínculo afetivo do parceiro com a família e, mais especificamente, à relação amorosa do casal, caracterizada pelo **companheirismo**, pelo **diálogo** e por **demonstrações** de carinho um com o outro. Avaliamos que o conteúdo das entrevistas indica que o bom andamento dessas duas

²² As palavras destacadas em negrito dentro do texto são aquelas selecionadas pelo Alceste como de maior relevância para a classe. Esse procedimento será utilizado nos textos referentes a todos os contextos lexicais apresentados.

dinâmicas está implicado na constituição e manutenção da harmonia da **família** e também do bom **relacionamento** conjugal.

Nota-se no presente contexto lexical a presença de elementos que expressam *o que é esperado* pelas entrevistadas nas relações familiares e conjugais. Nesse sentido, verificamos que, devido ao próprio conteúdo da entrevista aplicada, tais elementos são descritos utilizando-se expressões como *tem que* e *deve ser*, e os verbos *ter*, *dever* e *ser*, no caso de características positivas almejadas no ambiente conjugal e familiar; já na descrição de **defeitos** que não devem estar presentes nessa família ideal, algumas das expressões empregadas são *não deve*, *não pode*, *não é*.

DINÂMICA FAMILIAR:

Com relação a essa dinâmica, o predomínio dos papéis e valores tradicionais de mulher e homem é bastante notável: o **bom marido** e pai, na condição de **chefe de família**, deve cumprir com suas **obrigações** e “*não deixar faltar as coisas*” para os **filhos** e para o lar. A **boa esposa/mãe** é a dona de casa e deve se ocupar com o **cuidado** com as **crianças**, com a **limpeza** da casa e com o preparo da comida.

Observamos que as entrevistadas definem suas qualidades e defeitos, assim com de seus parceiros, em função da execução ou não das tarefas que determinam para cada um. Assim sendo, um bom marido cumpre com suas funções de provedor e cuidador da família, enquanto um **marido ruim** é aquele que deixa de desempenhá-las, sendo esse um de seus maiores defeitos. A **mulher**, por outro lado, deve evitar deixar a casa **bagunçada** e estar sempre **disposta** a cuidar do marido e dos filhos por meio dos serviços desempenhados dentro do lar (preparar refeições, banhos e arrumar as roupas).

Para ilustrar esses pontos apresentamos, a seguir, algumas UCEs e trechos selecionados diretamente das transcrições das entrevistas²³.

Mas ele não #deixa #faltar #as coisas então ele tem essa muito #boa #qualidade, que eu #acho isso muito #importante. #cuida #das #crianças, paga #as contas em dia, não #deixa atrasar nada.

Não ter aquela pia cheia de vasilha, #roupa suja jogada pelo chão, tudo #arrumadinho. quando ele chegar a #comida estar #pronta. E ter #os #filhos todos #limpinhos, tudo certinho. #acho que isso é ser #uma #boa esposa.

²³ As ilustrações dos tópicos discutidos serão realizadas por meio de extratos do *corpus* (UCEs) gerados pelo programa Alceste e também de transcrições das entrevistas. Essas últimas são apresentadas entre aspas e em itálico, já as UCEs têm como característica a indicação de palavras com o símbolo (#).

“Trabalho principalmente, ele trabalha, ele devia pensar sempre no bem estar da família e a mulher também, né.” (Fabiana)

“(...) mão aberta! Carinhoso, muito dedicado, muito bonzinho. Não deixava faltar nada em casa, era muito bom.” (Mara, ênfase da entrevistada)

É interessante notar como os papéis sociais de gênero conduzem os relatos que foram coletados, uma vez que as obrigações descritas pelas esposas para elas próprias são colocadas também como um direito masculino, no sentido de que a esposa *deve* cuidar bem da casa e o marido *tem o direito* de ter a casa bem cuidada.

O #direito dele é assim, chegar em casa e ter #comida #pronta, ter a #roupinha dele dobradinha. Ter #café. #deixa eu ver mais, ter a #roupa dele toda #arrumadinha. quando ele #quiser, ter a #roupa dele toda #arrumadinha, passadinha.

Apesar da persistência dos papéis tradicionais nos relatos, os quais assinalam a dedicação da mulher aos cuidados com sua família e seu lar, todas as esposas exercem atividades assalariadas fora de casa²⁴. Nesse sentido, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se deveu principalmente à busca por contribuir para o aumento da renda familiar, podendo ainda ser o único meio de viabilizá-la, observação essa também realizada por Barcellos (2003).

“A maioria das coisas quem compra, quem paga tudinho é eu. Telefone também é, água também é, luz também é. Tudo em meu nome, não tem nada no nome dele. É por isso que eu que ter responsabilidade pelos meus filhos, pelo meu esposo e por mim..” (Carina)

“Aí, e eu vendo que ele não tava arcando com os compromissos, né, direitinho, eu falei ‘não, alguma coisa eu vou ter que fazer, porque eu não posso ficar esperando só pelo que você quer fazer dentro de casa’, né.” (Fabiana)

Enquanto Carina é a principal provedora, Fabiana e Amanda têm em seus empregos um meio de colaborar nas despesas da casa. Tanto Fabiana quanto Amanda trabalhavam pela primeira vez, Amanda trabalhava havia 6 meses e Fabiana há cerca de um ano.

Apesar de o trabalho desenvolvido fora de casa ter uma conotação, nesses dois últimos casos, menos de uma realização pessoal da mulher e mais de um meio de cuidar da família e da casa, notamos que o emprego dessas esposas possibilitou alterações no cotidiano das entrevistadas: Fabiana contratou uma ajudante para os serviços domésticos,

²⁴ Ressaltamos que as profissões exercidas pelas esposas entrevistadas (faxineira, manicure, professora/babá) são profissões tipicamente “femininas”, comumente exercidas por mulheres de menor escolaridade e de renda familiar mais baixa e que, apesar de inseridas no mercado de trabalho, essas mulheres se mantêm restritas ao ambiente privado mesmo quando envolvidas em uma atividade remunerada (Sarti, 2003).

aliviando assim a dupla jornada de trabalho e Amanda apontou que seu trabalho é também uma “válvula de escape” dos problemas existentes em seu relacionamento:

“[marido pergunta] ‘seu trabalho é melhor do que sua família?’, aí eu disse ‘não, não é melhor, mas está me ajudando muito. Porque se eu estivesse dentro de casa com você, nossa situação já tinha piorado já’” (Fabiana)

O acesso da mulher ao mercado de trabalho e o conseqüente aumento de sua contribuição na renda familiar podem implicar na redistribuição de algumas obrigações domésticas e, com isso, a busca de relações mais igualitárias com o parceiro, como afirmaram Dantas-Berger e Giffin (2005) e Rocha-Coutinho, (1994). Algumas modificações estão presentes nos relatos analisados, como, por exemplo, a questão de **dividir** obrigações, que aparece em dois discursos distintos: um que divide as tarefas domésticas e responsabilidades com os filhos, de Mara, Fabiana e Amanda, e outro, de Carina, em que a divisão é apenas das contas domésticas. Ainda, verificamos que no caso de Mara a divisão das tarefas domésticas parece de fato ocorrer, ao passo que Fabiana e Amanda expressam suas cobranças em função de um modelo ideal de marido (que se interessa pelo cuidado da casa e da família e se envolve com os afazeres domésticos) que não condiz com os padrões de comportamento de seus parceiros.

“Porque ele sempre se expressa assim ‘ah eu trabalho o dia todo e ainda tenho que me preocupar com nota de filho e com isso e aquilo?’. Eu falo ‘ah eu acho que somos marido e mulher, nós temos que os dois resolver o problema (...) É difícil, tudo que eu resolvo em casa.’” (Amanda)

“se dispor a colaborar dentro de casa, nos afazeres da casa, né. Por exemplo, ‘ah, vamos dar uma geral aqui hoje e se precisar tirar móvel do lugar, colocar pra fora, tapete, sofá, limpar tudo, nós vamos fazer’. Eu acho que um bom marido faz isso.” (Fabiana)

“Se bem que no meu caso era mais ou menos porque meu dinheiro era só pra mim. (...) Enquanto eu varro, ele passa pano, enquanto eu cozinho, ele lava louça, tudo dividido pra mim, enquanto eu lavo, ele passa.” (Mara)

“Dividir as responsabilidades dentro de casa. (...) Mas dividir, assim, conta. Um faz, um paga uma conta, um paga a água, outro paga o telefone, o outro paga a luz, o outro paga as contas de dentro de casa, a feira do dia. Pra não ficar pesado pra uma pessoa só que depois, porque os dois trabalha, né, não custa nada dividir as contas de dentro de casa.” (Carina)

Apesar das mudanças, as esposas entrevistadas parecem estar tentando “equilibrar”, em suas vidas, o doméstico (suas funções tradicionais de esposa e mãe) e o público (seu novo papel de trabalhadora assalariada). Nota-se, em dois relatos acima citados, a necessidade de se manter a delimitação de alguns espaços: Carina mantém-se como a

tradicional “dona de casa”, uma vez que “*coisas domésticas é da mulher mesmo fazer*”, e defende a divisão do pagamento das contas da casa.

Além disso, Carina, que é a responsável pelo pagamento das contas, revela cobrar de Carlos maior responsabilidade com a família, destacando que “*o chefe de família é ele, não eu.*” Nesse caso, mesmo assumindo o papel de provedora, a identificação do homem com “autoridade moral” não se altera (Sarti, 2003), aspecto esse que pode ser relacionado à força dos estereótipos e tradições de gênero que mediam as relações conjugais.

Mara, por outro lado, defende o igualitarismo apenas nas tarefas domésticas, ressaltando que a esposa não deve arcar com todas as obrigações com relação às tarefas domésticas: “*Enquanto eu varro, ele passa pano, enquanto eu cozinho, ele lava louça, tudo dividido pra mim, enquanto eu lavo, ele passa*”. Segundo Mara, cabe ao marido “*sustentar a casa, (...) Não deixar faltar nada dentro de casa*” e, por isso, seu salário não era contabilizado para os gastos com despesas familiares “*(...) porque meu dinheiro era só pra mim*”.

Também Fabiana, mesmo contribuindo com a renda familiar, credita ao marido a função de provedor principal:

“Sendo que o dinheiro [salário do marido] até daria pra cobrir as despesas da casa e não cobre porque não quer, caso contrário tava tudo certo.”

Temos também nessa classe a presença de características relacionadas mais especificamente aos papéis de mãe e pai, sendo os dois descritos pelas entrevistadas como fonte de **carinho** para as crianças. Prevaecem aqui conteúdos que enfatizam a importância de os pais (pai e mãe) acompanharem o desenvolvimento dos filhos (desempenho na escola, amizades, saúde) e de dialogar com eles.

Dentre as **responsabilidades** específicas do pai e da mãe, ao primeiro se delega maior encargo com relação ao suporte material do filho (alimentação, roupas e escola, por exemplo), ao passo que a segunda deve se dedicar aos cuidados domésticos e de criação.

Nesse sentido, são responsabilidades maternas aquelas vinculadas ao cuidado do lar, como limpeza e arrumação da casa, preparo da **comida**, além da atenção à higiene e aos estudos dos filhos. Entendemos que, com tais medidas, a mãe estaria propiciando às crianças as condições adequadas para seu desenvolvimento, sendo a principal responsável pelo sucesso desse.

Enquanto mãe, eu #deixo de comer pra #dar pros meus #filhos comer, eu me #acho #uma #boa_mãe. Eu #cuido #das #roupas deles, #da #comida.

Eu #tenho, assim, que #cuidar #dos meus #filhos, tem que procurar suprir #as #necessidades deles.

Além do carinho, ao pai cabe a responsabilidade de ‘servir de exemplo’ para seus filhos, como nos exemplos a seguir:

#obrigação #do #pai eu #acho que é #demonstrar #amor com #os #filhos e #servir de #exemplo pra eles, mas #do #jeito que está, ai se meus #filhos seguem o #pai.

“um bom pai, ele tem que dar bom exemplo no dia-a-dia dele, né, trabalha, sustenta uma família e nunca dá mau exemplo, mesmo que, tem homem que tem família e que gosta de tomar uma cervejinha, mas que porém na presença dos filhos não bebe, né, toma um suco, um refrigerante, né, um sorvete, mas alguma coisa. E na frente dos filhos ele se mostra né, mesmo que não, que não seja sem defeitos, né, mas ele dá o máximo dele pros filhos pensarem ‘meu pai é o melhor pai do mundo’, né.” (Fabiana)

DINÂMICA AFETIVA

Com relação aos elementos relacionados à *dinâmica afetiva* do casal, observamos que os maridos, além de provedores da casa e fonte afetiva para os filhos, são descritos pelas entrevistadas como **amigos**, uma fonte de carinho para elas próprias. Há, no conteúdo analisado, o destaque da importância do diálogo, do carinho e do **companheirismo** entre os cônjuges.

Um #bom_marido é um #marido #companheiro, #amigo. É #pai, e irmão. Eu #acho que um #marido tem que ser tudo na #vida #da #mulher, como a #mulher tem que ser pra ele.

#uma #boa_esposa é aquela-que procura #conversar, procura sempre #dialogar, chegar à conclusão #dos problemas. Eu sempre procuro me #expressar assim com ele vamos botar em panos limpos, você tem que me aceitar #do #jeito que eu sou, eu não sou #uma #pessoa #ruim, sou #uma #pessoa #boa.

“De respeito, né, um compartilhar da vida do outro, saber das coisas, planejar junto, pensar junto.” (Mara)

De acordo com o conteúdo das entrevistas, a falta de demonstração de afeto, e a ausência no convívio familiar e amoroso com a esposa, são sinais negativos que indicam o desinteresse do homem pelo convívio familiar e conjugal. Essas faltas seriam características do pai e do marido ruins.

“Então isso não é um bom esposo, ele não compartilha, não está junto da esposa, sai e não dá um beijo de tchau, volta e não dá um beijinho, entendeu? Não dá um beijo com o filho, ou então fica lendo jornal e esperando tudo vindo na mão.” (Mara)

O relacionamento sexual é destacado por duas das entrevistadas como um ponto importante para um bom relacionamento. As UCEs, a seguir, são extratos do relato de

Mara, a primeira refere-se ao namorado com quem estava envolvida na época da entrevista.

me #respeita, ele é digno, cavalheiro, ele é #amoroso, #carinhoso, é meu #amigo. E, ai, é que ele é isso tudo, mas na #cama ele não é muito [homem] não, ele não me satisfaz.

Com muito #amor, muito #carinho, eu #acho que é isso um #relacionamento. E #amor, #carinho, eu falo de #cama, tudo. Um compartilhar #da #vida #do outro, #saber #das coisas, planejar junto, #pensar junto, mas tendo a sua #parte.

Ao ser questionada sobre os pontos positivos de seu relacionamento, Fabiana falou rapidamente sobre sua vida sexual:

“ah, sexualmente a gente se dá bem, nunca, quanto a isso aí nós não temos... tenho queixas sim porque mulher sempre tem.” (Fabiana)

Um aspecto que deve ser destacado é que a palavra amigos e a forma contraída amig+ (amigas, amigo, amiga), além de se referirem à amizade entre os cônjuges, possuem ainda outras duas conotações dentro do conteúdo analisado pelo Alceste. Uma delas refere-se à defesa do direito a amizades por ambas as partes, o que implica no respeito mútuo e também no reconhecimento do espaço do outro, como observamos nos exemplos abaixo:

Pelo menos eu #acho que #relacionamento é assim, baseado nisso. #às vezes eu #quero sair com #as minhas #amigas, ele #quer sair com #os #amigos dele. A gente está junto, mas cada um tem o seu #momento também separado.

“Um respeitar as coisas do outro, entendeu? (...) Igual tem vez que eu preciso do meu espaço, eu acho que um não pode invadir a privacidade do outro, tem que ter o respeito” (Mara)

“em uma relação tem que haver respeito mútuo um com o outro e também tem que dar liberdade também pra outra pessoa, ninguém vive presa numa outra pessoa e só, né.” (Fabiana)

“lá em casa eu acho que eu tinha o direito de receber as pessoas, minhas, amigas, amigos. De fazer almoço, jantar pra eles” (Amanda)

Por outro lado, encontramos nas falas referentes aos amigos do marido uma série de avaliações negativas, muitas vezes relacionadas ao descuido com a família, gasto da renda familiar, consumo de bebida alcoólica e traição.

E muito despreocupado, #às vezes, com #relação à #família. Ele é #carinhoso e tudo, mas #às vezes eu #acho que é um descaso, sai com #os #amigos e esquece que tem #família.

“aí eu não sei se ele está na farra com amigo, se está com mulher, né, e aí, assim, ele com a cara cheia de bebida, pega alguma doença dessas mulheres” (Fabiana)

“Tem homem que é assim, só pensa na bola, na cervejada, final de semana sai e só fica com os amigos, entendeu?” (Mara)

“Quando ele tá com dinheiro ele... ele não tem aquela responsabilidade dentro de casa. Primeiro é a bebida, primeiro os amigos. Por último é dentro de casa. Aí... isso é um defeito, né.” (Carina)

A generalização dos defeitos de seus maridos como parte das características “inatas” masculinas está presente no discurso da maioria das esposas entrevistadas. Ciúme, autoritarismo, relações extraconjugais e desinteresse pela família estão entre os defeitos que as esposas expõem e, ao mesmo tempo, “amenizam”, ao transformá-los em constitutivos do homem.

“Trair todo homem trai (...) quem me dera se ao invés de me bater ele me traísse (...) Tem muito homem que prefere a cervejada, o futebol e os amigos e deixa a mulher sozinha em casa” (Mara)

é aquilo mesmo e a pessoa tem que aceitar o que eles falarem, né; sempre quer ter razão em tudo. Aí é um pouco de machismo, né. Pra mim... é o jeito deles que é assim mesmo. (Carina)

“Porque o homem nesse aspecto aí [relação sexual], o homem não se preocupa muito com a mulher, mas isso aí a gente entende” (Fabiana)

Percepções naturalizadas e estereotipadas da mulher também ocorrem nas falas das esposas entrevistadas: a mulher como portadora de uma índole mais delicada e sensível é descrita pela maioria das esposas. Em algumas falas se nota a necessidade de a mulher ser “mais submissa” e conhecer suas limitações quando se casa, como destacam as duas UCEs que se seguem:

[eu devia] concordar mais com #as coisas. Eu #quero que tudo #seja #do meu #jeito. Tudo que eu #quero, eu #acho muito isso, eu #acho que me identifico na #parte de ser #carinhosa, de ser #dedicada com o lar, de #cuidar #das coisas certinho, #do #marido, #da #roupa #das #crianças.

A #mulher, a #partir #do #momento que ela tem #família, casou, #vive junto com alguém, ela tem que #saber #dos seus limites. Ela tem que #saber, a não ser que tem #roupa que a #mulher veste e o #homem não #gosta, mas que ela #acha que a #roupa esta bem #nela e que e implicância dele,

Apesar de não se identificarem com essa mulher pura e submissa, Mara e Amanda revelam em suas falas que essa figura poderia ser a mais adequada às imposições do marido. Amanda, que já tinha um filho de outro relacionamento quando se uniu a

Arnaldo, acredita que seu marido preferiria que ela fosse “*uma mulher livre, solteira, até virgem*”, ou seja, que não tivesse um histórico de relacionamento amoroso anterior.

“Se eu fosse uma crente eu acho que eu dava muito certo com ele. Aquelas mulheres evangélicas lá, assim, que só saião, coisa de manga até aqui, acho que aí ia dar certo, ia ficar com ele numa boa sem problema.” (Mara)

Como se pôde observar, as respostas das entrevistadas revelam um conteúdo carregado de papéis tradicionais e idealizados de família e também de relação afetiva. Notamos que, ao descreverem tanto os aspectos bons como os ruins de marido, pai, esposa e mãe, as participantes mantiveram a questão do cumprimento das obrigações de cada um, sendo que ao homem predominou o domínio das atividades públicas enquanto à mulher coube, principalmente, o ambiente privado do lar.

A construção de uma família ideal é descrita pelas qualidades que cada um possui e também pela negação dos defeitos que são identificados. Com base no conteúdo das entrevistas, verificamos que os defeitos descritos sobre o marido e o pai ruins estão presentes nos relacionamentos das entrevistadas, sendo características de seus próprios parceiros (agressividade, abuso de bebida alcoólica, descaso com a família). Por outro lado, os defeitos da mulher como esposa e mãe são descritos de forma genérica ou com exemplos de conhecidas e amigas, divergindo das características (sempre positivas) atribuídas a elas próprias no desempenho desses papéis.

“o marido ruim é um marido agressivo, um marido ignorante. Um marido intolerante, não tem tolerância, por isso é um marido agressivo, né.” (Amanda)

“um marido ruim é o fim, o fim. O marido ruim é aquele que maltrata a família, que desconta na família todos os problemas, por exemplo, beber. Às vezes a pessoa age errado e poderia pelo menos tentar agir certo, mas age errado e mesmo assim não admite que errou. Aí tenta achar culpados pros erros dele.” (Fabiana)

“uma esposa ruim deixa os filhos jogados, o marido chega do serviço e não ter comida pronta; (...) procurar uma roupa pra vestir e a roupa tá suja, cheia de bolor, toda suja. Deixar a casa toda bagunçada, deixar a pia cheia de vasilha, o quintal lixo puro, nossa_mãe. (...) Muito ruim. Eu acho que isso é uma mulher relaxada (ri)” (Carina)

“eu tenho vários exemplos de esposa ruim. Na minha escola, por exemplo, minhas amigas são esposas ruins. Chega em casa, marido chega em casa, a comida não está pronta, uma esposa ruim, chega em casa, a casa toda bagunçada, toda suja, não tem comida pronta.” (Mara)

Vale ressaltar que, em suas auto-avaliações, como mãe e esposa, todas as entrevistadas se avaliaram positivamente, salientando o cumprimento de suas obrigações domésticas e, em alguns casos, reforçando nos discursos seus esforços pela família e pelos filhos:

“eu acho que, eu acho que eu sou boa porque graças a Deus sempre que ele procura roupa limpa, está limpa. Eu não deixo juntar roupa suja, né, tendo sabão eu lavo quase todo dia (...) Almoço na hora certa, café na hora certa (...) pra jantar eu faço. Ele não tem o que se queixar de mim porque, eu já levanto cedo e arrumo a cama, me levanto cedo. (...). Quando [o marido] acorda está tudo pronto, cuidado do passarinho, molho as plantas, aí tomo banho, aí depois que eu vou pro serviço.” (Carina)

“eu sou uma boa esposa. Não sei se ele acha isso de mim, mas eu sou uma boa esposa. Faço todas as minhas obrigações, arrumo tudinho, tudo no lugar. Quando ele chega tá lá a comida feitinha, a toalha do banho, certinho. (...) procura sempre dialogar, procura sempre chegar a conclusão dos problemas. Eu sempre procuro me expressar assim com ele ‘vamos botar panos limpos (...), você tem que me aceitar do jeito que eu sou, eu não sou uma pessoa ruim, sou uma pessoa boa’” (Amanda)

“numa boa mãe eu penso em mim. Mas eu não sou tão boa não. Mas boa mãe eu tento ser uma boa mãe pro meu filho. Amiga, eu gosto de, eu converso tudo com ele, falo que além de mãe dele sou amiga dele, quero que ele compartilhe tudo comigo, que confie em mim, porque eu confio muito nele, entendeu? (...) Não é porque ele é pequeno, meu filho, que eu posso e ele não pode não. Eu acho que é isso. Muito carinho com ele, tento entender, compreender. Sou pulso firme na hora que tem que ser, até demais, mas a boa mãe é aquela que conversa muito, dá muito carinho.” (Mara)

“enquanto mãe, eu, eu deixo de comer pra dar pros meus filhos comer, eu me acho uma boa mãe. Eu cuido das roupas deles, né, da comida, acho que sou boa mãe”. (Fabiana)

Os maridos das entrevistadas, por outro lado, foram avaliados de modo mais crítico e negativo. Apesar de descreverem algumas qualidades de seus maridos durante as entrevistas (trabalhador, bom provedor ou carinhoso com os filhos), em geral as avaliações realizadas pelas esposas, consideravam pouco os aspectos positivos de seus parceiros e salientavam os defeitos e dificuldades que esses possuem. Nenhuma das quatro entrevistadas considerou seus parceiros como bons maridos.

“eu acho que deixa a desejar, né. porque, porque, é mais ou menos. Porque tem muita coisa aí pra, pra mudar.” (Carina)

“ah ele é mais ou menos, ele não é um bom marido não.” (Amanda)

“mais ou menos, porque tinha vezes que ele saía e meu filho tava dentro de casa, aí ele queria ir para o pagode e eu falava que não ia porque meu filho tava em casa e deixar pra ir outro dia, né, em que ele não tava lá.” (Mara)

“eu não acho um bom marido, acho que nunca se preparou pra ser um marido. Ele nunca levou a vida familiar a sério”. (Fabiana)

As avaliações dos maridos como pais foram menos negativas; os parceiros são considerados bons pais, apesar dos defeitos.

“apesar disso tudo, ele é um bom pai. Respeita as filhas, né, respeita assim (...) foi, não foi [bom pai]. E até hoje, ele, as meninas conversam com ele e tudo, mas você não vê

aquela ligação pai e filha, é muito diferente. Ele brinca com elas e tudo, mas, eu acho que se fosse menino, não sei. Porque tudo que elas, (...) tudo que elas precisam elas não pedem nada a ele não” (Carina)

“eu acho que, assim, eu acho que ele é um bom pai sim. Porque ele é carinhoso, mas só que ele falta aqueles detalhes assim, tipo, “vou sentar com meu filho hoje e vou explicar...” (...). As crianças ficam meio apavoradas quando ele bebe assim e tal(...) não é aquele pai que eu esperava, assim ‘ah eu quero esse homem pra ser o pai dos meus filhos’ (...) assim preocupado com escola, preocupado com o médico (...) de ir na escola que nem ‘ah, hoje tem reunião de pais’” (Amanda)

“como os dois menores ele é um bom pai, só que às vezes ele, ele, é o jeito dele mesmo, né, meio autoritário, não sabe chegar conversando, né.(...) Com o meu mais velho ele, pode até ser que goste dele, mas não sei se sente por ele o mesmo carinho por ele não.” (Fabiana)

Mara avaliou negativamente seu ex-parceiro considerando tanto a relação dele com o seu filho, como também os cuidados de Mauro com os filhos de seu primeiro casamento:

“péssimo, pro meu filho nunca foi, né. Ele não gostava do meu filho. Ele fala que ele gosta, né, mas não parece. E como pai, porque eu posso dizer(...) que ele tem um filho de nove anos e pra mim é um péssimo pai.” (Mara)

Eixo 2: DINÂMICA DA VIOLÊNCIA

Com 147 das UCEs analisadas, esse eixo reúne as duas classes que agregam os elementos negativos presentes no relacionamento do casal. Diferentemente da primeira classe, que foi analisada como uma descrição de ideais sobre família e relacionamento afetivo/amoroso, o eixo 2 traz conteúdos carregados de exemplos de episódios do dia-a-dia das entrevistadas, em especial aqueles ligados às brigas do casal.

Classe 2: CONFLITOS E DISCUSSÕES

Esse contexto representa 17,02% das UCEs analisadas pelo *software* e contém, em geral, alguns aspectos da dinâmica do casal referentes aos conflitos mais constantes de seu dia-a-dia. Abaixo apresentamos a Tabela 3, contendo as palavras mais representativas da classe.

Tabela 3: *Palavras relacionadas à Classe 2 do grupo das esposas.*

Palavra	X ²	Palavra	X ²
bebid+	44.17	vai	19.76
compr+	33.47	peg+	17.79
começ+	29.87	sair	11.58
dinheiro	27.35	brig+	14.42
cheg+	24.90	luz	14.17
forr+	24.60	xing+	11.10
raiva	23.96	discut+	10.59

Os conteúdos presentes aqui aludem a comportamentos inadequados do parceiro: vícios (**bebida** alcoólica e outras drogas), descumprimento de suas obrigações de chefe de família, agressividade do marido, bem como aos sentimentos e atitudes das entrevistadas com relação a esses fatos.

Como descrito na classe 1, a ausência do chefe da família em casa e/ou a não-execução de seu papel de provedor é muitas vezes relacionada ao desinteresse pelas questões familiares, idéia essa que aparece aqui reforçada por comportamentos que implicam em gasto das economias familiares e afastamento da família.

Assim sendo, o **dinheiro** que deveria ser investido no provimento do lar (pagamento de contas de água e **luz**, **compra** de alimento, roupa), aparece sendo gasto com elementos que representam descompromisso com o cuidado do lar e sua manutenção.

Avaliando as entrevistas e UCEs, observamos que as relações estabelecidas entre gasto da renda familiar, consumo de bebida alcoólica, “noitadas” no **fórró**, “descaso” com a família e casos extraconjugais do parceiro são fatores que, segundo as esposas, provocam discussões e **brigas**.

A seguir, apresentamos algumas UCEs e transcrições de entrevistas que parecem sustentar a descrição acima.

destacou o papel da #luz, e me deu, dobrou e me deu. No outro #dia cortou minha #luz. Ele #pegou e #gastou o #dinheiro #todinho. E eu não olhei aquele #coisinho que eles #colocam o, quando eles #pagam, não registrou. E eu, ele me deu dobrado, eu pus no bolso, #pra mim estava #pago.

ele se #arrumava e #saía. Se a #gente #brigasse, ele se #arrumava e #saía, #voltava só de madrugada, eu acho isso errado, eu nunca #fiz isso. #vai eu #fazer uma #coisa #dessa, ele #vai e me metia o cacete. Agora ele podia, se #arrumava, #pegava o #carro e rachava fora, #voltava #bêbado, é #muita humilhação.

“Que eu já sofri muito, já chorei muito por ele, já perdi noites e noites de sono, esperando ele na janela, ou, às vezes, ele chegando na camionete da namorada dele na porta de casa, e eu vendo aquela cena.” (Amanda)

Algumas das discussões entre os cônjuges são iniciadas pela própria parceira, a qual critica o marido pelos comportamentos que percebe como inadequados.

ele não #faz nada não. Sou eu que #falo. Aí eu #começo a #discutir porque #chegou #bebido. Aí, tem vez que ele #fala que #vai na #feira #comprar as #coisas e não #chega com nada e #bebido.

“Eu falo, a gente discute por causa disso ‘tem que prestar atenção, tem três crianças em casa’, né. Assim, ele tem que cuidar dessas coisas, ver o que está faltando e trazer pra dentro de casa, né, mas parece que ele não liga. E eu falo mesmo pra ele.” (Fabiana)

A **raiva** aparece como resultado do descontentamento da mulher com relação a tais comportamentos e também como o modo como muitas vezes ela se dirige ao marido durante as discussões.

#pra #colocar #dentro de casa, nada. Um #dia que #teve agressão física aqui, foi o #dia que ele #chegou #bebido, sem #dinheiro e eu #falei com ele.

Ai meu Deus. Depois #passa a #raiva. Quando ele esta em casa e ele #bebe tudo aquelas #garrafinhas de garrafa, aquelas pequenininhas, ele cata. ele esvazia uma, depois #vai lá e #pega outra. #Dentro de casa ninguém agüenta #cheiro de cachaça. Aí ele #falou assim melhor #beber em casa do que #beber no #boteco, eu #falo assim, #bebe, mas #bebe lá fora, no quintal.

“eu falei ‘poxa não bebe não, deixa essa garrafinha minha aí guardada’, aí ele ‘vou beber’, aí eu fui e peguei da mão dele, né e nisso a garrafinha quebrou. ‘ah tá, quebrou, agora você bebe, lambe o chão aí e bebe’, aí saí. (...). Nisso que eu fiquei de costas ele pegou aqui, que meu cabelo tava amarrado e segurou e puxou assim, forte. Aí eu bati as costas na quina da porta lá da cozinha que fica ali.” (Amanda)

As ocorrências de alguns episódios de agressão física são antecedidas por discussões como as descritas acima. Podemos, então, apreender parte do contexto envolvido nas ocorrências das brigas com agressão física que foram narradas pelas participantes: o estado alterado do parceiro, devido ao abuso de álcool; as recorrentes falhas como provedor e companheiro; as tentativas das esposas (nem sempre no momento ou do modo mais adequado) de discutir ou corrigir tais falhas e a agressividade do marido como resposta a essas cobranças.

Um aspecto bastante ressaltado nas entrevistas é o uso de violência psicológica por parte do marido: ameaças de morte ou de punição física, humilhações, **xingamentos** e ofensas dirigidos à esposa e a familiares.

ele #falava você não #vai #sair #daqui nunca, você não tem onde #morar, não tem onde #ficar, você não é nada, você é uma merda. Sua mãe é isso, porque ele sabe que minha

mãe é um monte de #coisa e que meu pai também, então ele #falava que eu era igual a minha mãe, igual o meu pai.

(...) ele é tão grosso, que ele #fica assim, no #máximo um #mês bom. Depois #começa tudo de novo. Só #pra pessoa dar um tempo e #esquecer. É quando eu não quero mais #aceitar ele que ele, nossa, mas ele me #xinga mesmo.

“Ele me xinga de nomes absurdos, fala que eu sou safada, que eu sou piranha. Fala coisas que vai lá no fundo” (Amanda)

“Ele cortava minhas roupas, entendeu? Ele falava não usa, aí é que eu usava, se falava que não era pra eu usar aí é que eu usava mesmo, entendeu?” (Mara)

“a única ameaça que ele faz é assim ‘o dia que eu ficar sabendo que você está com alguém eu te levo pro mato e te mato’, ele fala.(...) eu tenho medo de sair com ele sozinha. Assim, pra lugar que não tem mais ninguém, entendeu?” (Carina)

Durante as brigas em que há agressões físicas, a violência psicológica ocorre, principalmente, na forma de xingamentos, destruição de bens e ameaças contra a vida. Mesmo presente em desentendimentos que não culminam em violência física, Jenkins e Aubé (2002) afirmaram que a violência psicológica tem sido considerada um precursor para a violência física. Esses autores ressaltam que esse tipo de violência pode ter efeitos mais severos e duradouros do que uma agressão física. Em consonância com eles, Kelly (2004) encontrou em revisão de literatura sobre o tema, que o abuso psicológico de mulheres parece ser um fator de risco para sintomas psicológicos, e está bastante relacionado a altos níveis de ansiedade e depressão.

As humilhações e ameaças, segundo as entrevistas analisadas, parecem ser utilizadas pelos maridos como meio de punir comportamentos que os desagradam (uso de roupas inadequadas, contato com amigos e amigas, cobranças com relação aos cuidados com os filhos e o lar) ou ainda de evitá-los.

Os relatos a seguir revelam o controle que os maridos exercem ou buscam exercer sobre suas esposas:

“ela tem que conversar com ele e dizer que ela não usa esse tipo de roupa pra chamar a atenção, ‘é porque eu gostei, ficou bem em mim’, né, não é pra provocar ninguém” (Fabiana)

“Porque ele manda eu não sair de roupa curta, eu não usar blusa decotada, entendeu? Não falar com nenhum homem, porque eu não posso nem com nenhum homem, só com mulher.” (Mara)

“Eu acho que eu teria esse direito de convidar as pessoas pra minha casa e eu não posso.” (Amanda)

“Nunca fui de sair sozinha. As mulheres me chamam e eu não vou, né. Eu até, assim, me arrumo tudinho, chegando, assim, eu falo, não vou não, não vou não. Porque eu tenho certeza que se alguém me ver, vai contar pra ele e começa o barraco” (Carina)

Um meio de negociação interessante encontrado por um casal para evitar discussões está apresentado na transcrição abaixo:

“(…) ou então ele falava ‘quanto você pagou nessa saída?’ aí eu tinha pago, tipo assim, vinte reais, e ele falava ‘eu compro por cinquenta quer?’. Aí às vezes eu aceitava, né, pra somar um dinheirinho.” (Mara)

Classe 3: VIOLÊNCIA E FRUSTRAÇÃO

Com 74 das UCEs analisadas (17,29%), esse contexto compõe o segundo eixo juntamente com a classe anterior. Na Tabela 4 podem ser observadas algumas das palavras mais fortemente relacionadas à presente classe:

Tabela 4: *Palavras relacionadas à Classe 3 do grupo das esposas.*

Palavra	X ²	Palavra	X ²
vei+	37.66	arma	14.45
fiquei	32.87	sofri	14.45
doido	24.20	usad+	14.45
polícia	24.20	machucad+	14.59
porta	24.20	chor+	13.91
parec+	21.05	grit+	13.91
peguei	19.32	sent+	13.91
tava	17.64		

A análise realizada pelo Alceste reuniu nessa classe elementos que compõem um quadro geral sobre as brigas com agressões físicas. As situações de violência física vivenciadas pelas entrevistadas, aparecem descritas de forma bastante detalhada: comportamentos do parceiro e da esposa, atitudes frente à agressão, datas, local da briga, testemunhas presentes, agressões físicas e verbais sofridas, diálogos e **sentimentos** durante e após o término da briga.

AS BRIGAS

Eu estava com vinte e poucos anos. Aí ele pegou e #veio pra #cima de mim, e eu falei pra ele, e #chorando e tudo: Arnaldo eu estou #grávida. E aí ele me #deu #soco me #bateu, #deu #soco na minha barriga, e tapa. Aquele dia ali foi horrível. Ele recebeu a notícia com super #agressão, então, aquilo ali, dali pra diante já começou tudo.

ai ele #veio pra #cima de mim, ai eu falei não #vou botar ele pra #tomar #banho não porque ele já está #dormindo. Ai ele #veio pra #cima de mim, me pegou pelo pescoço e porque você é uma porca e você é isso, sem motivo ele #veio pra #cima de mim. Ai ele me #deu um murro aqui no rosto, ai eu até perdi esse dente aqui, que eu não tenho essa #presa aqui, #quebrou, fraturou.

“um dia que, que teve agressão física aqui, foi o dia que ele chegou bebido, sem dinheiro e eu falei com ele porque que ele estava chegando em casa sem um tostão. Ai, ele apertou meu pescoço, pegou a faca. Ai as meninas começou a gritar, né, ai ele largou a faca em cima da mesa e começou a quebrar, pegar a cadeira e acertar no chão.” (Carina)

“Ai veio um senhor, até marido da colega da vizinha lá, (...) falou assim, ‘mulher com mulher dança não’ ai me puxou assim e falou ‘vamos dançar’ ai um outro menino chamou a menina pra dançar. Ai ele [o marido] me pegou e me arrastou pelo cabelo, da casa da vizinha até a nossa. (...) Que eu achei que o nível baixou muito, assim, diante dos meus vizinhos, e uma coisa que ninguém esperava...”. (Fabiana)

Nas descrições de episódios de violência, os maridos são descritos com posturas mais ativas do que as das mulheres, no que se refere à utilização de agressões físicas. Os conteúdos pertencentes à presente classe apontam que eles “vão pra cima” de suas parceiras, investindo chutes, socos e insultos contra elas, ou ainda as ameaçando com arma de fogo ou faca.

Nos relatos coletados não há indícios de agressões físicas das esposas contra os parceiros, o que não significa que essas não ocorram como tentativas de proteção do próprio corpo ou mesmo por iniciativa das próprias mulheres, duas alternativas que são discutidas por outros estudos na área (Alvim & Souza, 2005; Anderson & Umberson, 2001; Dutton & Nicholls, 2005, Dasgupta, 2002; Kelly, 2004). Apesar desse tipo de agressão não ter sido abordado diretamente pela entrevista, descrições poderiam ter surgido ao se discutir os motivos para as agressões que elas sofrem ou mesmo durante a descrição de uma das brigas.

Um aspecto que deve ser enfatizado aqui é a ocorrência da maioria das agressões descritas dentro das residências dos casais, as quais, culturalmente, remetem a uma segurança quase absoluta - “a segurança do lar” – mas que também delimitam simbolicamente o poder de ação sobre a esposa.

De acordo com o conteúdo analisado, a postura ativa da esposa durante as brigas destaca-se pela procura de proteção: ela **grita** por ajuda, pede que a agressão se encerre, **chora** e busca se afastar do marido (trancando-se em algum cômodo ou fugindo de casa). Esses dados corroboram os descritos por Dantas-Berger e Giffin (2005), nos quais a maioria de suas entrevistadas, mulheres que sofriam abusos físicos e sexuais de seus companheiros, reagia às agressões físicas buscando se defender ou evitar a violência.

A respeito dos episódios, encontramos em alguns relatos a descrição de trocas de ofensas entre os parceiros, por meio de gritos, não havendo relatos de agressões contra o marido por parte das entrevistadas.

As impressões que as esposas têm do marido durante os eventos violentos estão também presentes nos elementos analisados. Esses mostram que o parceiro **parece** “perder a razão”, o que é expresso por adjetivos como **doido** e possuído. Tal avaliação pode estar relacionada à impossibilidade das entrevistadas de controle ou negociação com o esposo, o que tornaria ainda mais intensos os sentimentos de medo e desamparo gerados pela situação vivenciada.

que eu #fiquei #sabendo. Você esta ficando #doido, aí e que ele me #batia mesmo e falava, você esta falando que eu estou #mentindo? Aí eu aproveitei que ele foi pegar um #negócio no #guarda roupa, a #arma, e eu corri pra dentro do #banheiro.

e eu falava pára, #parecia uma pessoa possuída, que não adiante você falar nada. E #aconteceu que eu fui orando, rezando e ele saiu. Aquele dia eu quase me defequei no #banheiro, eu nunca #senti um #medo tão grande na minha vida. (...)

“não é o normal dele. Só, igual a mulher falou, uma mulher que eu faço faxina, ela é evangélica, que o diabo age através.” (Carina)

REDE DE APOIO DA MULHER:

A quem a mulher em situação de violência recorre após tais conflitos com o esposo? Os elementos presentes nessa classe também nos permitem identificar algumas redes de apoio que as entrevistadas buscam, ou seja, a quem elas recorrem para pedir ajuda ou conversar sobre os desentendimentos e agressões conjugais.

Nos relatos e extratos analisados incluem-se referências a familiares (pais, sogra, filhos mais velhos), a um médico, às empregadoras/chefes do serviço e mesmo a uma desconhecida. Percebemos que, assim como no estudo de Bruschi, de Paula e Bordin (2006), a procura por pessoas próximas sugere que a violência sofrida foi considerada pelas esposas uma questão a ser tratada privadamente. Nesse sentido, acreditamos que a missão cultural da mulher de “preservação do lar e da família”, juntamente com outro constructo tradicional – a privacidade do lar – possam influir nas tomadas de decisão dessas mulheres quanto ao modo de lidar com a violência do marido.

A busca por ajuda legal, por meio de registro de denúncia na delegacia, aparece em todos os relatos, tendo sido, como já mencionado, pré-requisito para a seleção dos casais participantes. Em todos os casos, as esposas haviam realizado a denúncia pela primeira vez, apesar de as agressões já ocorrerem a vários anos.

(...) mas não tinha como, ele ia me #matar. Aí a #polícia #veio e eu fui com eles prestar a #queixa e tudo. Aquela #noite foi assim, a mais horrível que eu já tive na minha vida.

você caiu? Aí eu #fiquei com #medo de falar. Mas só que ele [médico] me #levou pra dentro da sala, aí #pediu para mim falar. (...)

“[Filhos] *ficam apavorados, falam em separação, que ia ser melhor se a gente separasse*”. (Fabiana)

“*eu trabalhava de final de semana na casa da juíza, acho que promotora, nem sei (...) aí eu pedi pra ligar pra ele, pra conversar com ele*” (Mara)

“*A minha mãe fala ‘ah Carina, larga esse homem’ (...)* “quando eu morava na outra casa e ele correu atrás de mim com a faca. Correu atrás de mim com a faca e eu fui até, correndo mesmo, fui até a outra rua e me escondi na casa de uma mulher. Só vim pra casa depois que ele estava dormindo.” (Carina)

Apenas Amanda revelou que o apoio que recebeu lhe foi oferecido por um médico durante sua consulta, e não buscado por ela diretamente. Essa ocorrência nos revela dois aspectos importantes: o primeiro, ressaltado por Bruschi et al (2006), é a importância de se trabalhar pelo reconhecimento, por parte da comunidade, de que centros e profissionais de saúde podem ser “fonte de ajuda e orientação em questões de violência conjugal” (p. 263); o segundo ponto importante é sobre o preparo dos profissionais de saúde (não apenas dos médicos) para identificar e lidar de modo adequado com suspeitas de violência conjugal, o que possibilitaria um melhor acompanhamento do caso, a notificação das ocorrências aos setores responsáveis e também poderia evitar novas ocorrências de violência nos casos identificados.

Apesar de a denúncia ser uma obrigação legal, Bruschi et al (2003) relataram que são poucos os profissionais que interrogam seus pacientes sobre o assunto, o que, acreditamos, pode se dever ao despreparo desses profissionais e também à necessidade, dentro de nosso sistema de saúde público, de atendimentos “relâmpagos”, para atender a demanda da população.

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA

Os episódios de agressão deixam diversas marcas nas esposas; os prejuízos destacados nas UCEs pelo Alceste, vão envolver **machucados** como arranhões, contusões, quebra de dente, e também seqüelas emocionais que, além do **sofrimento** que geram, levam essas mulheres a avaliar suas posturas e sentimentos com relação ao marido e ao próprio relacionamento.

A seguir destacamos trechos transcritos e UCEs que descrevem alguns dos prejuízos físicos e emocionais sofridos pelas participantes:

até ele mesmo [médico] me #deu o laudo, que, devido a queda #provocada por ele [marido], eu tinha #machucado os #rins.

Alguém passou, não #sei, #viu eu #perguntando pra ele e já inventou que eu #tava num bar. A pior pessoa do mundo, me #senti #humilhada, eu queria #morrer.

“eu me senti muito mal porque eu não mereci ser tratada daquela forma porque eu não estava fazendo nada de errado” (Marta)

“Quebrou um espelho na minha cabeça que minha cabeça está amassada até hoje.” (Carina)

O desgaste da relação amorosa e a frustração com o relacionamento e com o parceiro são conseqüências constantes nas avaliações que as participantes fazem das brigas. Notamos em tais avaliações o que denominamos de “desencanto” com o relacionamento, ou seja, a quebra das idealizações românticas sobre a relação homem-mulher.

eu acho que não tem nada, eu acho que #acabou aquele #negócio que tinha dentro de mim, que e, aquele apego que você tem pelo marido. Eu acho que #acabou aquele #sentimento que eu tinha, ele me #magoou muito, me #machucou muito. Então hoje não #existe mais aquele #negócio, aquele carinho que eu #sentia de estar ali.

“Pra mim, agora depois de tudo o que houve e que eu vejo o que a gente podia ter construído e não construiu pelos defeitos dele. Pra mim, se ele fosse só meu amigo, seria melhor. (...) Ele já me decepcionou muito e minha confiança com ele acabou, eu não consigo mais ter uma boa relação com ele por causa disso, por receio de qualquer hora voltar tudo de novo” (Fabiana)

“O sentimento que fica depois é que o amor que você sente por essa pessoa vai se acabando. Acabando, acabando... e aquela angústia, aquela dor.” (Carina)

Uma questão importante sobre a redução do carinho e do interesse pelo companheiro aparece nas referências sobre a vida sexual do casal. A dificuldade de se envolver em uma relação mais íntima com o marido que em alguns momentos trata a esposa bem e em outros a ofende ou espanca, é destacada por três participantes: Fabiana, Amanda e Carina.

Essas esposas revelam que algumas vezes se negam a manter relações sexuais com seus maridos e explicam essa recusa tanto pelo medo de contraírem doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), pois elas sabem dos casos extraconjugais dos parceiros, como também pelo próprio desgaste emocional decorrente dos distúrbios no relacionamento.

Desse modo, como relatado por Dantas-Berger e Giffin (2005), “a degradação crescente da relação se refletiu igualmente na qualidade das relações sexuais,

transformando a cama num campo de batalha, revelador, em alguns casos, do desprazer cronificado” (p. 422).

“Não força, ele aceita. Eu falo assim ‘olha, eu não tenho condições, me respeita porque eu não tenho condições de nada. Por tanta coisa que você fez que eu não me sinto bem’.” (Carina)

“e fica o risco da mulher pegar doença que ele traz pra dentro de casa. Então, ele põe a vida dele e da mulher em risco, né. Eu até já recusei ele por esse motivo, mas eu só penso, nunca falei disso com ele, né.” (Fabiana)

Diferente dessa situação, Amanda mostrou reconhecer na relação sexual uma obrigação da esposa para com o marido e afirmou estar sempre *“esperando a ele, mesmo embora eu não esteja com vontade, mas sempre estou ali, disposta a ele”*.

O desencontro entre disposição e vontade faz do ato sexual apenas uma tarefa difícil, muitas vezes cumprida com grande desconforto:

(...) ele nunca tentou fazer nada a força comigo não. Às vezes que eu me sinto, assim, #usada. Às vezes quando ele #vinha me #procurar e eu não estava com vontade, às vezes, #sei lá #parecia que eu estava #fazendo a força, pra satisfazer a ele, eu não #tava me satisfazendo nada, só #tava ali.

“Às vezes a gente acaba de ter relação, e nossa, me dava uma tristeza, um mal-estar, sabe, no corpo. Eu me sentia suja, corria pro banheiro e ia tomar banho, me lavava, ficava cusbindo, com ânsia de vomito, tipo assim, ‘nossa esse homem fez tanta coisa pra mim e eu...’. Tem momentos das nossas relações da gente eu me sinto muito mal, eu não me sinto bem.” (Amanda)

Mesmo sendo uma obrigação que a desagrada, Amanda revela ceder ao marido para evitar acusações de infidelidade e conseqüentes brigas decorrentes disso:

“Às vezes, fazia mesmo pra satisfazer a ele, pra poder evitar de ele falar que eu estava com outro homem, que eu estava saindo com outro homem.”

Outras participantes confirmam em suas entrevistas a relação entre a recusa da relação sexual com o marido e a ocorrência de agressões físicas e verbais, além de acusações de infidelidade. Nesse sentido, percebemos que a aceitação do ato sexual parece confirmar para os parceiros a fidelidade da esposa e a conseqüente estabilidade do relacionamento; a recusa em aceitá-lo traria, então, a suspeita de um envolvimento extraconjugal por parte da mulher. O sexo forçado parece ser utilizado, assim como a agressão, como um meio de subjugar (física e sexualmente) a esposa ao controle do marido, como descrevem Carina, e Fabiana.

“É quando eu não quero mais aceitar ele que ele, nossa, mas ele me xinga mesmo. Fica com raiva. Eu não aceito, e ele fica, eu fico assim, eu me tranco, entendeu? aí ele fica, me xinga de piranha, que eu estou com outro homem...” (Carina)

“Porque ele chega da noitada, né e aí eu recuso e por isso aí ele me julga, briga, fala isso e aquilo, ‘você tem outra pessoa’, mas não é isso, né.” (Fabiana)

Apesar de três esposas revelarem já ter se recusado a manter relações sexuais e terem sido agredidas por isso e duas descreverem desconforto e medo de contrair doenças do marido durante as relações, nenhuma das esposas identificou como violência o sexo “cedido”, mas não consentido aos maridos.

Um caso em que a reação do marido à recusa da esposa passou das agressões verbais para a relação sexual forçada foi relatado por Fabiana:

“Eu falava que não queria, não queria, e ele me segurou e falou que eu era mulher dele, que não sei o quê, esse tipo de coisa. E mesmo sem eu querer, porque ele agiu sem, (...) e porque isso aí, se eu quisesse ter denunciado ele, né, porque ninguém é obrigado a fazer o que ele quer, né.” (Fabiana)

Apesar de Fabiana reconhecer nesse comportamento do marido um ato criminoso, essa agressão não foi denunciada.

A respeito dos sentimentos dos maridos após os episódios de violência (física, psicológica ou sexual), todas as esposas afirmam que esses declaram se arrepender das agressões.

“se sente mal. No outro dia tem vez que, no outro dia eu (...) quando está bom [sóbrio], eu conto e ele fala (...) pede desculpa não sei quantas vezes, pede desculpas.” (Carina)

“eu acho que ele se sente mal. Mal porque a pessoa tem consciência de que não agiu certo, né? Então ela se sente mal.” (Fabiana)

“como ele fala pra mim que ele sente, né? Arrependido, como sempre, não sabe por que fez, porque tem muito ciúme de mim e é por isso que ele faz isso. Entendeu? Que se eu fizesse o que ele mandasse isso não teria acontecido.” (Mara)

Amanda, além de falar sobre o arrependimento de seu marido, relata que ele parece considerar o episódio de violência como um evento menor e rapidamente superável:

“eu acho que hoje ele se sente muito culpado por tudo que ele fez. Ou, às vezes eu sinto que parece que ele não lembra de nada, ao mesmo tempo que eu lembro e acho que ele sente muito, assim, do que ele fez, ao mesmo tempo, quando ele vem me procurar, eu acho que, parece que, ele está normal, você está entendendo?” (Amanda)

RUIM COM ELE. PIOR SEM ELE?

Apesar de toda a decepção e de revelarem em seus discursos o desejo de se separarem, essas mulheres parecem se perceber presas a seus maridos, justificando a continuação da união pela necessidade de se manter a família unida, principalmente pelo bem dos filhos. Como descreveram Pondaag (2003) e Oliveira (2005), à mulher cabe tradicionalmente o papel de zelar pela harmonia e manutenção do casamento e da união familiar, e ela, em geral, assume tal função sem qualquer questionamento por essa já se apresentar como um fato naturalizado socialmente e, por isso, constituinte do padrão hegemônico de feminilidade.

“não sei se é por causa dos meus filhos... Por que que eu vou destruir uma família? Eu penso muito, assim, em destruir e as crianças vão se prejudicar muito, vai ser ruim pra eles. Senão, eu já tinha, eu acho que já tinha saído dessa.” (Amanda)

“Eu sinto muito ódio, dá vontade de, eu acho que eu só não fui embora ainda por causa das minhas meninas por que senão eu já tinha ido embora, e, tinha ido embora, sumido.” (Carina)

Ainda com relação à permanência da mulher na relação violenta, encontramos trechos em suas entrevistas que mostram, mesmo que de modo sutil, a existência de certa expectativa de mudança e melhora da relação conjugal (trechos em destaque).

“nós não vivemos muito bem, mas a gente tem tudo pra se dar bem” (Fabiana)

“acho que não tem nenhuma coisa positiva no nosso relacionamento, não sei por que eu tô insistindo. Eu acho que não tem nada, eu acho que acabou aquele negócio que tinha dentro de mim, que é, aquele apego que você tem pelo marido. (...) Acho que acabou, não sei se vai acontecer alguma coisa pra...” (Amanda)

Mesmo separada, Mara continuava se encontrando com seu parceiro, Mauro, e, em sua entrevista, revelou que, apesar das “coisas ruins” que havia no relacionamento, ela o amava e ainda tinha muito carinho por ele, sentimentos esses que a faziam repensar a separação²⁵.

“Porque pra agüentar o que eu agüentei e mesmo tendo acontecido isso tudo eu ainda gosto dele, nossa. Porque eu amo de verdade, mas eu, mas perto das pessoas, hoje em dia eu penso, o que esse pessoal vai falar? Como é que fica a minha, né, eu voltar pra ele depois de tudo o que aconteceu? Mas minha vontade do fundo do coração era voltar, entendeu? Apesar de tudo o que aconteceu, eu não sei por que. E não igual falam “ela

²⁵ Três meses após a entrevista, o casal, que permanecia se encontrando após a separação, voltou a viver junto.

gosta de apanhar”, eu gosto dele, do lado bom dele. Eu não vejo essas coisas ruins, eu começo a pensar no Mauro dentro de casa, no Mauro bom.” (Mara)

Esta classe compõe, com a segunda, o eixo denominado DINÂMICA DA VIOLÊNCIA. A relação entre essas duas classes é bastante clara e nos mostra recortes da construção de situações violentas que envolvem agressões psicológicas, físicas e sexuais dentro de um relacionamento conjugal.

Nessa última classe identificada pelo Alceste, temos o desfecho dos conflitos existentes na relação do casal: a agressão física contra as esposas e a desilusão dessas com o relacionamento. Ao falarmos de desfecho não estamos entendendo que a violência se encerra após a agressão, mas buscamos salientar a construção desse evento por meio dos conflitos surgidos entre o ideal descrito na classe 1 e o convívio real que se apresenta na classe 2 e que se torna ainda mais debilitante na classe 3.

4.2.2.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

O resultado da AFC realizado pelo Alceste pode ser visualizado na Figura 4, que se segue. Palavras e formas representativas foram coloridas de acordo com sua relação mais forte com uma classe específica a fim de facilitar a visualização da distribuição das mesmas.

A observação inicial do gráfico nos permite situar as Classes 1, 2 e 3, respectivamente entre os quadrantes II e IV, no quadrante I e no quadrante III.

Com base na análise da CHD e na análise das palavras e de sua distribuição no próprio gráfico, identificamos as variáveis a que essas distribuições obedecem: no eixo horizontal (x) verificamos que a organização das palavras obedece à avaliação (negativa ou positiva) dos elementos presentes no relacionamento; no eixo y, notamos que a posição das palavras varia de acordo com a qualidade da relação do casal: afetiva (troca de carinhos, atenção, diálogo..) ou familiar (tarefas e papéis domésticos: limpar, prover/“não deixar faltar”, roupa comida...).

Verificamos que na classe 1, DINÂMICA AFETIVO-FAMILIAR, estão presentes conteúdos unicamente positivos (concentrados no lado direito do gráfico), distribuídos de forma bastante balanceada entre os quadrantes II e IV (dinâmica familiar e afetiva, respectivamente). Considerando tal dado, e o que já discutimos na análise da CHD, pode-se afirmar que o conteúdo do grupo das esposas nos mostra uma família em que afetivo

(expressão de bons sentimentos) e racional (execução das tarefas) são características *igualmente importantes* para o bom funcionamento e harmonia da família e do casal.

Em oposição à classe 1, estão concentradas no lado esquerdo do gráfico as classes 2 e 3, as quais, pela CHD, encontram-se subagrupadas em um mesmo eixo, denominado DINÂMICA DA VIOLÊNCIA.

Temos então a classe 2, CONFLITOS E DISCUSSÕES, posicionada no primeiro quadrante do gráfico, sendo que as palavras dessa classe estão dispostas mais consistentemente na parte superior. Assim, podemos avaliar que o conteúdo predominante aqui são os aspectos negativos que se relacionam às tarefas domésticas. Confirmando o que discutimos anteriormente, nessa classe predominam conteúdos que descrevem as brigas em função do não cumprimento das tarefas de provedor pelo marido.

A classe 3, VIOLÊNCIA E FRUSTRAÇÃO, localiza-se no terceiro quadrante, abaixo da classe 2, e tem seu conteúdo disposto predominantemente na região inferior do gráfico. Os elementos afetivos negativos estão mais concentrados nessa classe, uma vez que aqui se destacam as descrições das agressões físicas e dos sentimentos (com relação ao parceiro e a seu relacionamento).

Interessante notar a configuração dessas duas últimas classes primeiramente pela posição oposta à primeira classe, por caracterizar um relacionamento com características incompatíveis com o ideal de família; em segundo lugar pelo fato de seus conteúdos comporem um desenho que mostra a relação de continuidade entre elas, o que podemos entender como uma cadeia na qual os problemas com as obrigações domésticas ocasionam discussões e desentendimentos que podem gerar agressões psicológicas e físicas e o prejuízo da relação afetiva.

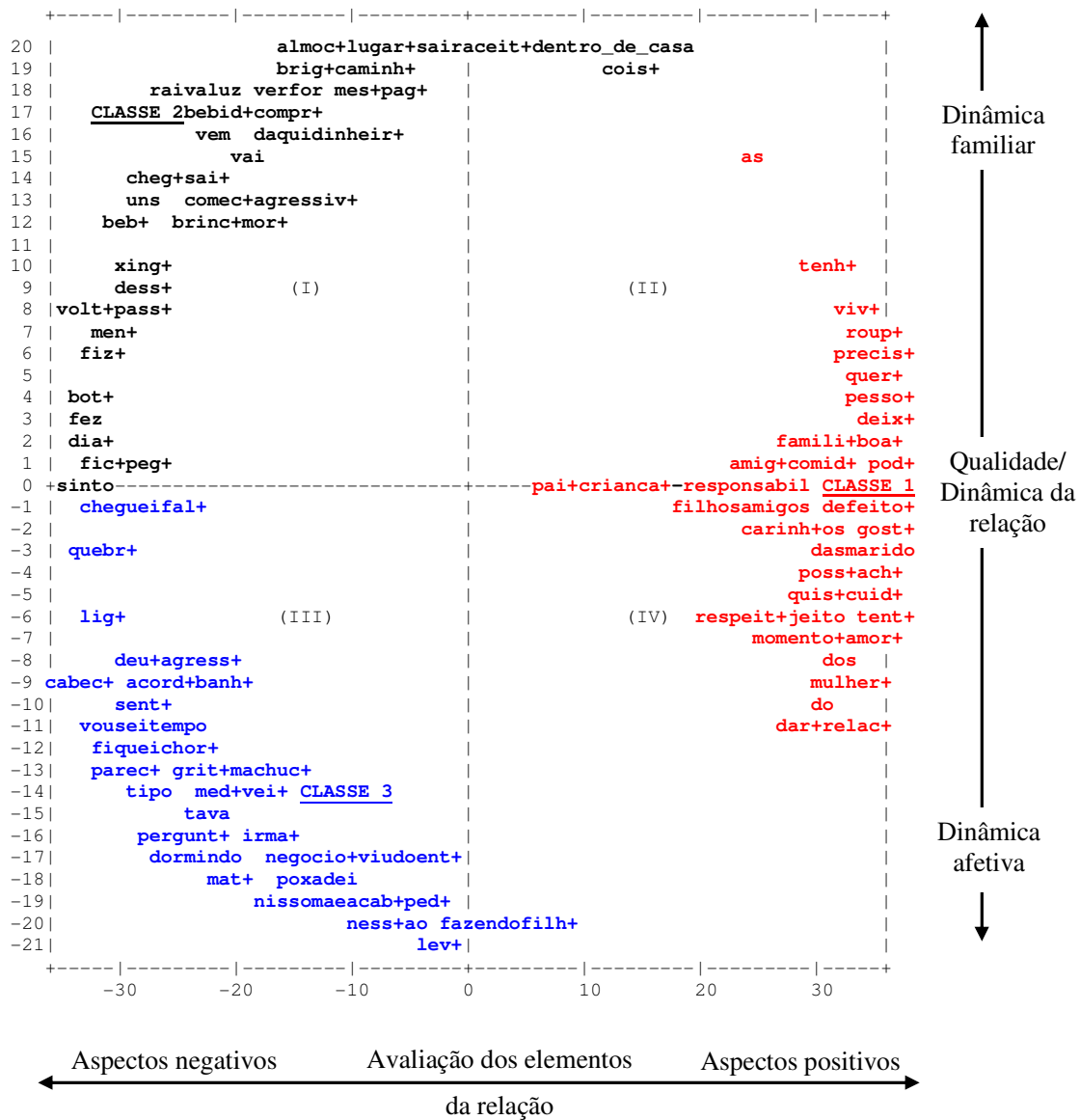


Figura 4: Representação gráfica da AFC do grupo de esposas – na posição (34,-1), considerando (x,y), estão sobrepostas as palavras: *boa_esposa*, *dedic+*, *obrigaç+*, *boa_mãe*, *bom_marido*, *bom_pai*, *companheir+*, *dialog+*, *estud+*, *explic+*, *express+*, *meio*, *nel+*, *part+*, *relacionamen+*, *ruim*, *atenção*, *beij+*, *cama*, *divid+*, *importanr+*, *limp+*, *principal+*.

4.3 Grupo dos maridos

4.3.1 Descrição

A caracterização dos maridos que compõem o presente grupo está apresentada na Tabela 5:

Tabela 5: *Informações sobre os maridos entrevistados.*

Participante	Idade	Tempo de relacionamento	Idade dos Filhos	Escolaridade	Profissão	Início das agressões
Arnaldo	43	13 anos e 6 meses	14; 11 e 9	Ensino médio completo	Comerciante	Há 4 anos
Fábio	33	15 anos	15; 7 e 10	Fundamental incompleto	Chapeiro	Não relatou
Carlos	38	25 anos	15 e 20	Fundamental incompleto	Pintor	Não relatou
Mauro	39	3 anos	6 e 12	Ensino médio completo	Policial	Há 3 anos

Assim como no caso das esposas, temos um grupo relativamente jovem de entrevistados, com uma média de 38 anos de idade. Dois participantes possuíam ensino médio completo, enquanto os outros dois não concluíram o ensino fundamental (Fábio concluiu o 6º ano e Carlos estudou até o 5º ano do ensino fundamental). Apenas Carlos não estava empregado no período da entrevista, tendo esse revelado que atua no mercado informal fazendo “bicos” como pintor, pedreiro e chapa – carregador de cargas de caminhão. A renda dos entrevistados empregados variou de R\$ 800,00 a R\$2.000,00.

Entre os maridos entrevistados, Mauro é o único divorciado e também o único a relatar já ter se envolvido em relacionamento violento anterior.

4.3.2 Apresentação e análise dos dados

4.3.2.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A análise do *software* subdividiu as 4 UCIs do *corpus* em 308 UCEs. Dessas últimas, 268 (87,01%) foram efetivamente analisadas e agrupadas em contextos lexicais/classes. A

alta porcentagem de UCEs analisadas confirma a consistência dos dados e a adequação desse a tal procedimento de análise.

A análise realizada pelo programa destacou a existência de quatro classes distribuídas em dois eixos principais: o primeiro, com 49,25% das UCEs, é composto pela classe 1, e o segundo eixo contém as classes 2, 3 e 4, sendo que as classes 2 e 3 estão subagrupadas em um eixo secundário.

Apresentamos a seguir o dendrograma gerado pelo Alceste já com as classes, eixos e índices de proximidade (r) devidamente sinalizados (Figura 5).

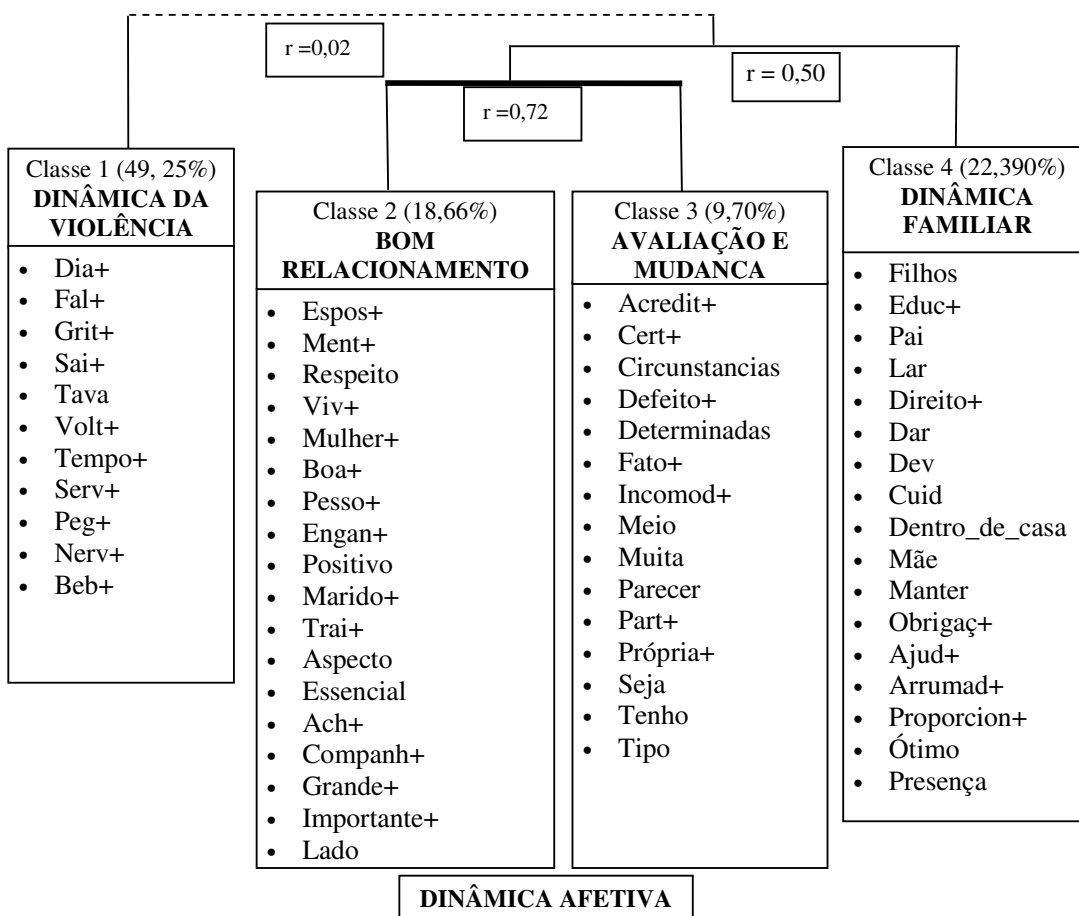


Figura 5: Dendrograma do conteúdo das entrevistas com os maridos.

Com quase metade das UCEs analisadas, o primeiro eixo, representado pela classe 1, é constituído por elementos que se referem aos episódios de brigas e agressões físicas e foi denominado DINÂMICA DA VIOLÊNCIA. Esse eixo encontra-se em oposição ao segundo, sendo o índice de proximidade entre eles praticamente nulo ($r=0,02$).

Denominamos a classe 2 de RELACIONAMENTO AFETIVO, pelo fato de as palavras aqui destacadas expressarem idéias relacionadas aos aspectos positivos e/ou desejados em um relacionamento amoroso. A classe 3, com conteúdos relacionados às avaliações acerca do relacionamento, considerações sobre os comportamentos da esposa e do próprio entrevistado e também à busca de mudanças no relacionamento, foi designada AVALIAÇÃO E MUDANÇA. Notamos que a proximidade (indicada pelo índice de correlação igual a 0,72) e o agrupamento dessas duas classes se devem ao compartilhamento de conteúdos relativos à relação afetiva do casal, e, por isso, o eixo que as reúne foi nomeado DINÂMICA AFETIVA.

A quarta classe se encontra ligada a esse último eixo por um índice de proximidade relativamente alto ($r = 0,5$). Nela estão agrupadas palavras referentes aos diferentes papéis domésticos que são ou deveriam ser exercidos pelo homem e pela mulher no cotidiano da vida familiar. A classe 4, então, foi denominada DINÂMICA FAMILIAR.

Eixo 1/Classe 1: DINÂMICA DA VIOLÊNCIA

A Tabela 6 reúne algumas das palavras mais fortemente relacionadas a essa classe bem como seus respectivos qui-quadrados (X^2).

Tabela 6: *Palavras relacionadas à Classe 1 do grupo dos maridos.*

Palavra	(X^2)	Palavra	(X^2)
Dia+	19,28	Peg+	9,59
Grit+	18,70	Nerv+	9,59
Fal+	16,89	Beb+	9,59
Sai+	15,49	Tempo+	9,04
Tava	14,08	Separ+	7,96
Volt+	11,82		
Serv+	10,7		

A fim de possibilitar uma melhor caracterização do contexto proposto pela análise do Alceste, destacamos também algumas das palavras exclusivas dessa classe (100% de frequência) e, por isso, representativas da mesma. São elas: acord+, agressiva, almoç+, buscar, cheguei, fiquei, irrit+ , juntos, lembr+, mand+, puxei, quebr+, tapa, saiu, telefone, última.

O tema predominante na presente classe, como se pode observar pelas palavras indicadas pela análise do Alceste, refere-se à caracterização dos desentendimentos (discussões com ou sem agressões físicas) conjugais.

As descrições dos episódios de violência física contêm, em geral, elementos que remetem aos comportamentos das esposas que **irritam** os maridos, algumas atividades realizadas pelos entrevistados naquele **dia** (**serviço**, saída com amigos e consumo de bebida) e a briga em si (com agressões psicológicas - ameaças, acusações - e físicas). São abordadas também as conseqüências dessas desavenças: denúncia da agressão, saída da esposa de casa, e, em um dos casos a **separação**, por um determinado período de tempo.

RAZÕES DAS BRIGAS E AGRESSÕES

Os conteúdos relacionados às brigas aludem a comportamentos e atitudes das esposas que são considerados inadequados por seus maridos. Alguns desses comportamentos são: **gritar** com o marido, vestir-se de modo inapropriado, trabalhar fora, sair com amigas.

E ela #saía #falando pra diversas pessoas, #entendeu, aquilo ali que todo #mundo sabia: você se #separou da Mara? E eu #ficava assim, porque ela #tava #falando que tá procurando casa, que você não tá se #dando bem com o #menino dela.

“Alterar a voz, querer gritar, qualquer coisinha gritava, estava nervosa, fazia barraco. (...) ela gritava e eu ficava nervoso também, mandava ela calar a boca.[outro motivo de brigas] E não é, assim, andar bonita pra ir pra uma festa, pra ir num lugar assim, é pra ir pro serviço, ir pra padaria. Só pras pessoas verem que ela está bonita.” (Mauro)

“Mas me incomoda o fato de eu saber que ela trabalha, que ela chega tarde em casa, que ela está na casa de amiga (...) E muitas vezes quando ela não responde tudo termina bem, mas quando ela responde...” (Arnaldo)

“O que eu não gosto é eu estar num lugar e chegar gritando comigo, no meio dos outro, me mata de vergonha.” (Carlos)

“direito eu tenho, eu não gosto conforme uma roupa que ela veste, aí eu fico...” (Fábio)

Averiguamos que posturas ativas como gritar, responder ao marido, se embelezar sem motivo aparente, sair com amigas e discutir problemas conjugais com elas são atividades que contrariam a concepção da boa esposa e mãe, uma vez que, a essa, são atribuídas culturalmente a delicadeza, a submissão ao marido e a dedicação exclusiva ao mundo doméstico. A transcrição a seguir ilustra a dificuldade que o marido tem de aceitar a quebra nos padrões tradicionais de comportamento de sua parceira:

“Amigas as quais, ultimamente, estavam levando pra forró, saindo. Quer dizer, uma mulher casada, mãe de quatro filhos, que tem um lar, na minha cabeça não entra isso,

não é, não é digno de uma mulher casada.” (Arnaldo)

Salientamos, ainda, que ao descreverem as brigas como decorrentes de maus comportamentos de suas esposas, esses maridos delegam a elas a responsabilidade das brigas e agressões que sofrem. Como observamos na transcrição acima descrita: *“quando ela não responde tudo termina bem, mas quando ela responde...”*.

Tendo em vista os comportamentos tidos como inadequados pelos maridos, verificamos que uma característica comum é o fato de esses, de algum modo, implicarem com a saída da esposa do ambiente doméstico, tendo contato, então, com o mundo público. Esse contato e exposição parecem ser interpretados pelos maridos como facilitadores de possíveis casos extraconjugais das esposas, o que gera insegurança e ciúme e também por esse motivo, são reprimidos.

Nesse sentido, podemos identificar nas agressões físicas descritas pelo grupo a tentativa de eliminar os “desajustes” das esposas que se expõem de modo inapropriado ou, ainda, como um meio de “colocar a mulher em seu devido lugar”, o espaço doméstico, restrito de contatos e submetido ao controle do marido.

Entre as observações sobre as justificativas alegadas e descrições das brigas, notamos a presença de elementos que evidenciam dificuldades dos maridos em identificar alguns dos motivos das discussões nas relações conjugais que desencadeiam eventos violentos, física ou verbalmente. Nesses casos são levantadas possibilidades ligadas à instabilidade emocional da esposa e em outros as discussões são descritas como repentinas e cujos assuntos os próprios entrevistados não recordam.

E, #ao mesmo #tempo em que às #vezes a #gente estava bem, #conversando aqui #numa boa, #chamando de meu amor, de um minuto pra outro a #gente já estava #brigando.

“Aí eu não sei o que que houve, juntou o problema de nervo dela com mais a gravidez, aí começou a discutir.” (Carlos)

“surgiu a discussão e eu estava alterado [alcoholizado] (...) discutindo, eu não me recordo muito bem o que a gente estava falando, e discutindo e brigando.” (Arnaldo)

AS BRIGAS

Com base no conteúdo presente nas UCEs e na análise categorial das transcrições, avaliamos que as agressões físicas ocorrem no interior da própria residência do casal ou então, em um ambiente doméstico simbólico, no qual o prolongamento do contexto doméstico facilita o poder de ação do marido sobre a esposa (casa de vizinhos, bar do sogro). A privacidade do lar é utilizada para tentar resolver os desentendimentos do casal

sem a intromissão ou testemunho de outros - como citado por Arnaldo, “*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher, isso é um ditado*”.

(...) #cheguei em casa e ela já estava deitada, dormindo. Aí eu fui, #cheguei, já #cheguei #acordando ela, #gritando e tal, e #falando, que se ela tinha tanto interesse em #sair de casa era pra ela #pegar as coisas ela e #sair naquela #hora ali.

“(...) *eu tava jogando dominó no bar do pai dela, aí ela chegou e tal, conversando com a mãe dela, ela chegou no meio de todo mundo, ela falou, ‘ah, você tá jogando, porque você não ficou em casa?’.* Ela barriguda [grávida] né, e eu de atestado [licença de saúde] né, (...) Aí, não sei o quê, eu viro uma canecada na testa, aí ‘pou’, e não deu outra.” (Carlos)

“*Foi uma brincadeira lá na festa lá, de aniversário lá mesmo, lá perto de casa. Aí, à noite ela estava dançando lá e eu não gostei, aí comecei, fiquei com ciúme. Puxei pelo cabelo até o meio da rua. Tava [dançando] com um cara, com uma pessoa e eu não gostei, puxei, arrastei, separei, tirei ela, e fomo embora.*” (Fábio)

Os exemplos a seguir são ilustrativos de desentendimentos que, apesar de iniciados fora do ambiente doméstico, são levados para dentro de “quatro paredes” para serem discutidos:

(...) é uma #vez no mês que eu trabalho #fardado, quando eu trabalho de motorista. E ela, eu #vou #sair também. Você que sabe, quando eu #chegar em casa, a #gente #vai #conversar. Aí ela #falou um #monte de gracinha e desligou o #telefone.

“*da outra vez eu cheguei, eu dei um tapa no rosto dela e puxei o cabelo dela. (...) aí que eu estava conversando com uma menina lá. Chegou no meio da rua fazendo escândalo, eu fui, botei ela no carro, trouxe ela pra casa, morava no primeiro andar. E ela gritando, gritando, gritando, fazendo escândalo..*”. (Mauro)

Presente em todos os relatos, o consumo de bebida alcoólica aparece bastante relacionado aos episódios de agressões físicas. Em alguns casos, esse consumo é utilizado como justificativa para o comportamento agressivo e serve como meio de reduzir a responsabilidade do marido pelos atos violentos.

“*eu pego uma cerveja, se eu, fico estressado no trabalho, eu bebo uma cerveja. Aí minha mulher começa a falar do álcool, aí eu estouro por causa disso.(...) a bebida me atrapalha, o relacionamento, atrapalha muito, atrapalha muito mesmo.*” (Fábio)

“*na maioria das vezes rolava bebida, na maioria das vezes. Normalmente quando eu não bebo, eu não, dificilmente eu tenho uma postura agressiva. (...) a bebida, aquilo ali vai acumulando na cabeça, vai te incomodando, te incomodando...*”. (Arnaldo)

“*Aí eu fui, já estava bem grogue, eu fui e falei (...) ‘eu vou, eu vou ali, resolver um problema’. Aí eu fui, peguei o carro, e fui pra casa.*” (Mauro)

O abuso de álcool por parte do agressor é um fator bastante presente em ocorrências de violência conjugal (Day, et al, 2003; Giffin, 1994; Minayo & Deslandes, 1998), mas deve-se cuidar para não se estabelecer uma causa direta entre bebida e atos violentos. Segundo Minayo e Deslandes (1998, p.38), mesmo havendo evidências empíricas da relação entre o consumo de álcool e o aumento da agressividade, “há muita incerteza, quanto às explicações causais”, uma vez que não é possível se estabelecer se pessoas alcoolizadas que se envolvem em atos violentos cometeriam as mesmas infrações quando em abstinência.

Nesse sentido, apesar de todos os maridos relacionarem o uso do álcool e a ocorrência de episódios de agressão, nem todas as agressões contra as esposas ocorreram em situações de alcoolismo do parceiro. Tal fato foi confirmado, por exemplo, por Mauro, que afirmou que apenas no último episódio de violência é que tinha feito uso de bebida alcoólica.

Outro entrevistado que não relacionou diretamente uso de álcool e violência foi Carlos, que revelou que sua esposa, Carina, é quem tomava a iniciativa das discussões quando esse, alcoolizado, chegava a sua casa.

“às vezes quando eu chego, no final de semana, eu passo ali por baixo e tomo algumas e chego, não que ela não goste que eu tô alcoolizado, é o bafo. ‘Nossa Senhora, vai tomar um banho, vai dormir no banheiro!’. Ela fica puta.” (Carlos)

Encontramos nos relatos de Mauro a referência à troca de agressões físicas entre ele e sua companheira. Já Arnaldo revelou casos em que a agressão contra sua esposa foi um meio de se defender de investidas violentas da mesma contra ele.

“Aí, nisso eu fui, dei um empurrão nela, ela foi, me deu um tapa, eu fui sair fora, nisso que ela me deu um tapa eu fui e dei um chute na, na perna dela assim.” (Mauro)

“eu acredito que ela sinta muita raiva no momento [em que sofre agressões] viu. Eu acredito, mesmo pelo fato de ela ter avançado duas vezes pra cima de mim com uma faca. Isso eu nunca citei, nunca dei queixa, nunca fiz nada disso.” (Arnaldo)

O fato de essas agressões serem descritas pelos maridos, nos mostra que em situações de violência conjugal as duas partes do casal são vítimas em potencial de danos físicos, ainda que, as agressões cometidas pelas parceiras sejam descritas em contextos de reação à violência do marido.

CONSEQUÊNCIAS DAS BRIGAS

Entre as consequências das brigas com agressões físicas, os entrevistados descrevem algumas reações das esposas durante as brigas (xingamentos e agressões) ou após essa (denúncia das agressões físicas à polícia, sentimentos das esposas e dos próprios maridos, saída da esposa de casa - que após um período curto de tempo retorna).

#ia para casa, #alugava uma casa e tal, #saía e #ia pra casa da vó dela, eu #pegava minhas coisas e #ia pra casa de mamãe. Aí #passava uma semana, #duas semanas e tal e nós #voltávamos pra casa. Aí #ficava um #tempo assim, #ficava #quieto, sem #briga, sem nada, #quietinho.

“Uma coisa, ela foi, procurou o fórum lá, o juiz.” (Fábio)

“que a Mara veio na corregedoria, da corregedoria mandaram ela pro, pro IML, pra fazer exame” (Mauro)

“(...) empurrei e ela caiu no chão e, saiu de casa. Eu fiquei dentro de casa, no outro dia ela voltou (...) ela se porta de maneira muito fria, logo após, né.” (Arnaldo)

Os sentimentos dos entrevistados e os de suas parceiras após as brigas com agressões físicas são descritos em termos de arrependimento pelo ocorrido e raiva, respectivamente.

“Daí só no outro dia que você, como se diz, arrependimento só vem depois, né. Depois que você vai ver o que você fez” (Mauro)

“eu pensei, é arrependido, né. Não precisava disso né. (...)” (Fábio)

“(...) e eu também estou arrependido de ter feito isso, e voltar numa boa.” (Carlos)

“Ela sempre sentiu ódio, raiva assim”. [não ficava com medo não?] “Nunca demonstrou medo não.” (Mauro)

“Eu acredito que ela sinta muita raiva no momento, viu.” (Arnaldo)

“Ela não gostou não. Porque o pessoal vizinho viu né, e tudo (...) [ela sentiu] revolta, né, raiva, né.” (Fábio)

A descrição das brigas e do arrependimento pelas agressões é seguida por falas que reduzem o impacto das agressões físicas e dos desentendimentos na relação do casal. Observamos que os relatos são colocados de modo a comparar as agressões “leves” que os entrevistados cometem com aquelas consideradas *realmente severas*, que ocorreriam com maior frequência e deixariam marcas no corpo da mulher. De acordo com o conteúdo das entrevistas, as agressões físicas presentes nas brigas dos entrevistados envolveram empurrões, tapas, chute e puxões.

“Mas essa questão da agressão, entendeu, não é assim constantemente, assim. (...) aconteceu durante esses três anos e pouco umas três ou quatro vezes (...) mas assim, [não] de deixar olho-roxo, ou assim, é, o corpo com hematomas assim...” (Mauro)

“Arma eu nunca tive não. Empurrão já teve, uns cascudinhos já teve. (...) Tem certas horas que eu passo do limite com as coisas que, graças a Deus que é leve. Essa coisa da ignorância, a violência, Deus me livre.” (Carlos)

“Não propriamente agressão, assim, de machucar (...) que ela parte pra cima de mim e eu empurrar, ela cair no chão. Eu já dei tapa no rosto dela (...). Agora, soco, é, algum tipo de coisa mais violenta, eu nunca tive não.” (Arnaldo)

Apenas no relato de Mauro encontramos referência a um ferimento na esposa causado por agressão física e, mesmo nesse caso, a desvalorização do ocorrido é bastante perceptível: *“dei um chute na perna dela, segundo ela ficou, ficou vermelho. Foi só isso”*. Os demais entrevistados não mencionaram ter provocado ferimentos em suas parceiras.

Além de exporem os episódios de violência dentro do relacionamento como um evento de menor importância, as conseqüências desses (prejuízos na qualidade do relacionamento ou danos emocionais e/ou físicos na parceira) são também percebidas como superficiais e passageiras, como afirmado por Carlos: *“é briga de casal, discute e depois resolve tudo na cama, né”*. Assim, para os maridos entrevistados as brigas e agressões são acontecimentos pontuais com pouco impacto na relação do casal e, após um curto período de tempo, *“as coisas voltam ao normal”*, *“numa boa”*, *“sem briga, sem nada”* (Arnaldo, Carlos e Mauro, respectivamente).

Finalmente, identificamos que o conteúdo dos discursos aqui analisados está de acordo com os principais temas encontrados por Wood (2004) em seu estudo com agressores conjugais. A autora identificou três categorias principais nas entrevistas que realizou, são elas: a) Justificativas – controle da esposa, desrespeito pelo parceiro e provocação pela esposa e aceitação da agressão por parte da companheira; b) Dissociação – minimização das agressões e negação do perfil de agressor abusivo; e c) Remorso – arrependimento pela agressão da esposa. Categorias bastante similares aparecem também descritas nos trabalhos de Goffman (1971, citado por Cavanagh, et al, 2001): negação, culpabilização, minimização e diminuição da responsabilidade (*“estava bêbado”*, *“não acontece sempre”*).

Eixo 2: Classes 2, 3 e 4

O segundo eixo identificado pelo programa Alceste, encontra-se em oposição ao primeiro (coeficiente de relação igual a 0,02) e é composto pelo eixo secundário DINÂMICA AFETIVA (que agrupa as classes 2 e 3), e pela classe quatro, denominada DINÂMICA FAMILIAR.

Eixo secundário: DINÂMICA AFETIVA

Nesse eixo encontram-se as classes 2, com 18,66% das UCEs analisadas, e 3 que reúne 9,7% das UCEs. O tema central dessas duas classes é o relacionamento afetivo do casal: os aspectos importantes para uma boa relação, considerações acerca do relacionamento e defeitos que os maridos consideram como prejudiciais à relação do casal. Além disso, é exposto o empenho dos maridos na busca de mudanças que resultem melhorias na qualidade da relação conjugal e familiar.

Classe 2: RELACIONAMENTO AFETIVO

Na tabela 7 estão contidas algumas das palavras mais representativas da classe, ou seja, aquelas que possuem maior qui-quadrado (X^2).

Tabela 7: *Palavras relacionadas à Classe 2 do grupo dos maridos.*

Palavra	(X^2)	Palavra	(X^2)
Espos+	67,63	Marido+	20,33
Ment+	67,51	Aspecto	19,30
Respeito	41,81	Essencial	17,7
Viv+	34,84	Ach+	13,19
Mulher+	33,39	Companh+	13,19
Boa+	28,49	Relacionamento+	12,83
Pesso+	28,94	Grande+	12,63
Engan+	22,21	Importante+	12,63
Positivo	22,21	Lado	12,63
Trai+	21,3		

Entre as palavras mais representativas da classe, destacamos ainda aquelas com frequência superior a 65%: apesar, convívio, correta, descobrir, dialog+, negativo+, particip+, prejudic+, sexo, sexual, sozinh+.

Notamos nessa classe a predominância de elementos que descrevem características consideradas pelos entrevistados como **importantes** nos cônjuges e no relacionamento para se ter e se manter uma boa relação conjugal. Tais características são apontadas tanto pelo levantamento de qualidades, como também pela negação de defeitos.

A **boa esposa** e o **bom marido** são representados como pessoas “honestas” e moralmente **corretas** que demonstram seu **respeito** pelo cônjuge por meio de suas atitudes: não **mentem** para, nem **traem** ou **enganam** seus parceiros. O relacionamento do casal, desse modo, depende da confiança que os parceiros depositam um no outro.

ele não #mentir, ser #uma #boa #pessoa com #respeito. É o que eu falo #pra você, eu #acho que o #respeito é primordial. Um bom #marido seria #uma #pessoa que #respeita, que não #traí, que não #mente, certo, #pra #esposa.

tem muitas #mulheres que #vivem com os #maridos por causa #dessa posição social, por causa #do #medo de ficar #sozinha. Eu #acho que #pra ser #uma #boa #esposa, eu #acho que ela tem que ser #uma #mulher decidida, honesta, #uma #mulher que não #traia o #marido.

As duas UCEs destacadas acima, identificadas pelo Alceste na entrevista de Arnaldo, são representativas da “honestidade” do homem e da mulher. Apontamos que os temas respeito, traição e mentira são recorrentes na entrevista desse participante, o que acreditamos se dever, principalmente, ao histórico de seu próprio relacionamento²⁶.

Ao mesmo tempo, segundo o conteúdo das entrevistas, o relacionamento entre **marido** e **esposa** está baseado no **companheirismo**, caracterizado pela presença e apoio do cônjuge nos “*bons e maus momentos*”. O **diálogo** é descrito como meio de aproximação entre os cônjuges, uma vez que é através dele que ocorre a troca de experiências e o compartilhamento de problemas na busca de soluções para esses. Outros elementos que aparecem destacados como necessários para um bom relacionamento conjugal são o afeto e o respeito.

Assim, a relação do casal é concebida pelos maridos entrevistados como um meio de compartilhar experiências, angústias e afeição. Percebe-se nos relatos recolhidos que os maridos valorizam a disposição da esposa em dar a eles carinho e companhia.

²⁶ Em sua entrevista, Arnaldo admitiu ter mantido diversos casos extraconjugais e que, hoje, estava arrependido e buscando eliminar esse comportamento: “*já traí tanto na minha vida que ultimamente eu saía com uma mulher e a mulher minha dentro de casa, pra que isso, né*”. Por essa razão, Arnaldo se mostrou inseguro com relação à fidelidade de sua esposa, que tem conhecimento das traições. O fato de Amanda ter começado a trabalhar fora de casa aumentou ainda mais essa insegurança.

(...) E, #apesar #desses #problemas de #mentira, é a união ainda, nossa #cumplicidade nesses #maus #momentos que a gente passou, #financeiramente e, em vários #aspectos.

E a #mulher não, a #mulher costuma se envolver mais. Eu #acho que é #essencial isso, a #mentira não #pode existir no #relacionamento, a #traição. E o #respeito, a #compreensão, o #diálogo, eu #acho que muitos #conflitos acontecem por falta de #diálogo, por falta de conhecimento #do #marido e da #esposa, certo.

“companheiro, mais companheirismo, né (...) Mais carinho um com o outro(...) mais carinhosa com o marido eu acho, que ela consegue tudo”. (Fábio)

“A gente se gosta, brinca, conversa, procura expor os problemas um pro outro, quando um não está certo, outro quebra o pau, e teima, e quebra daqui, quebra dali, mas que acaba chegando num acordo. (...) [esposa diz] ‘esquenta não, você consegue arrumar uma coisa [emprego]’. Ela sempre me dá uma força,” (Carlos)

“Uma relação assim, de carinho, de conversa e tal. (...) a esposa tem que saber compreender o marido. Compreender o marido, ser carinhosa, amiga.” (Mauro)

A satisfação sexual do casal é destacada por Arnaldo como um elemento **essencial** para a manutenção de um bom relacionamento, uma vez que, segundo o entrevistado, o envolvimento da mulher em casos extraconjugais está relacionado à insatisfação sexual da mesma.

você satisfazer #sexualmente ela, #acho que e #uma #das coisas mais #importantes no #relacionamento de um casal, o #sexo. isso ai não tem #pra onde você não falar sobre isso.

“acho que é uma das coisas mais importantes no relacionamento de um casal, o sexo. (...) Então eu procuro satisfazê-la sexualmente, não só a mim como a ela. (...) Porque a partir do momento que ela está traindo o marido, ele não está satisfazendo ela sexualmente. E na maioria das vezes, os homens, muitas vezes, tem até medo no relacionamento da esposa trair, porque o homem é mais carne, mais momento, né. E a mulher não, a mulher costuma se envolver mais.” (Arnaldo)

Destacamos, ainda, que a traição da esposa sinaliza também a possibilidade dessa abandonar o marido e a família, uma vez que, diferentemente do marido, “*que é mais carne*” e, por isso, capaz de se envolver sexualmente e não emocionalmente, o envolvimento da esposa com um amante implicaria em algum tipo de interesse afetivo por esse.

A dicotomia “*esposa-mulher e o marido-homem*” pode ser percebida claramente no relato anterior. Tal distinção está apoiada em uma premissa naturalista culturalmente reforçada que compreende o interesse sexual do homem e, conseqüentemente, seus casos extraconjugais, como resultantes de sua biologia, de um comportamento instintivo do macho que é altamente sexualizado. O interesse sexual da esposa (“mulher honesta”), por outro lado, não apenas é reprimido socialmente, como também está relacionado à

necessidade de um envolvimento afetivo prévio. Por essa razão, como afirmam Trindade e Nascimento (2004), historicamente, a sociedade culpa a mulher pela traição, já que o amante estaria apenas cumprindo seu papel de homem, ao se deixar atrair pela fêmea.

Apesar das dificuldades que surgem nos relacionamentos (desordem financeira, desentendimentos pessoais, problemas de saúde), os entrevistados avaliam de modo **positivo** suas esposas e suas relações afetivas, compreendendo, como resume Carlos, que “*quem gosta enfrenta barreiras*”. Tais barreiras, e o modo como esses maridos as enfrentam, são apresentadas e discutidas de modo mais detalhado na análise da terceira classe.

Classe 3: AVALIAÇÃO E MUDANÇA

A terceira classe compõe, juntamente com a classe anterior, o eixo DINÂMICA AFETIVA. As palavras mais representativas da classe, segundo o valor do qui-quadrado, estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8: *Palavras relacionadas à Classe 3 do grupo dos maridos.*

Palavra	(X ²)	Palavra	(X ²)
Cert+	47,41	Defeito+	16,74
Incomod+	47,41	Tipo	13,57
Acredit+	30,39	Part+	11,41
Tenho	29,10	Determinadas	11,38
Fato+	24,87	Muita	11,38
Meio	24,78	Parecer	11,24
Circunstâncias	19,76	Seja	11,24
Própria+	19,26		

Essa classe é constituída por uma porcentagem reduzida das UCEs analisadas (9,7%) e corresponde a um conteúdo bastante específico trazido, principalmente por um dos participantes: Arnaldo. Acreditamos que o fato desse participante ter ficado separado de sua esposa, Amanda, por um período de seis meses, e possuir um discurso bastante característico e repetitivo sobre as avaliações que realizou sobre seu relacionamento pode ter influenciado a diferenciação do conteúdo relatado, ocasionando a distinção do conteúdo dessa classe pelo Alceste. Mesmo com a prevalência de relatos de Arnaldo, os outros participantes também têm conteúdos de suas falas presentes na classe.

Temos, então, na presente classe uma visão crítica dos entrevistados sobre seus relacionamentos, principalmente com relação aos problemas que percebem e os meios pelos quais buscam resolvê-los.

A análise das UCEs dessa classe permitiu a identificação de um conteúdo que demonstra a busca dos entrevistados por uma melhor relação conjugal e familiar, por meio do empenho em eliminar e/ou resolver as dificuldades que eles identificam no relacionamento com a esposa e também com os filhos. Por essa razão, **defeitos** e comportamentos das esposas e dos próprios entrevistados que, segundo esses últimos, **incomodam** e/ou atrapalham a relação são expostos e identificados como motivos de desentendimentos conjugais. Ainda, há elementos que indicam algumas estratégias utilizadas pelos entrevistados como meio para superar essas dificuldades.

Desse modo, os maridos entrevistados percebem que a ingestão excessiva de bebida alcoólica afeta negativamente suas relações com a esposa e com os filhos e, por isso, deve ser controlada:

Então eu acho que esse #tipo de #coisa, briga, bebida, isso #atrapalha muito o relacionamento de um bom pai. Ninguém é perfeito, todo mundo tem seus #defeitos. Mas eu #tenho #procurado ser um bom pai #nesses aspectos, de estar acompanhando nos #bons momentos

“Eu tava prejudicando eu, e meus filhos também, e ela [sobre motivo de estar bebendo menos]” (Fábio)

Além da bebida, o ciúme, principalmente dos próprios maridos, é identificado como um defeito que, muitas vezes, provoca brigas entre os parceiros:

“E ela sentia ciúme de mim e eu dela, entendeu? E assim, e uns momentos a gente estava bem, em outros, assim, a gente brigava, assim, por, por pouca coisa.” (Mauro)

“O ciúme também atrapalha tudo, eu tenho, eu tenho muito ciúme.” (Fábio)

“Situações é, digamos assim, de, de ciúme propriamente dito, né. Ciúme que eu tenho dela.” (Arnaldo)

Notamos que a preocupação com a conservação e o bem estar da família é destacada pelos entrevistados como um dos fatores preponderantes para a busca de mudanças no próprio comportamento, o que pode ser analisado como resultado da incorporação de preceitos que exigem do homem a responsabilização pela manutenção da estrutura familiar.

Uma família instável financeiramente e com pouco afeto entre os familiares pode sinalizar a dificuldade ou incapacidade do homem em criar e manter uma família. Assim, os maridos declaram que identificam as carências presentes dentro do ambiente familiar e em seus relacionamentos e enfatizam que têm interesse e estão em busca de melhoras nessas relações.

se não tiver jeito de não ter, eu corro atrás, mas não vai #conseguir, eu vou. #nessa #parte aí eu sou, eu #quero enquanto eu não consigo. Eu, quando não consigo realizar #coisas que eu #tenho #certeza que é pra minha família, eu fico desintento, eu fico agoniado.

Eu #quero proporcionar a ela uma #coisa melhor, então isso é um #fato que me #incomoda muito. #Situações de #ciúme #propriamente dito eu #tenho dela. Como eu já errei muito, eu fico numa posição até assim, #meio, sem ter muito o que #exigir. Pelo #fato de eu ter feito #muita #coisa errada, ter tido muito relacionamento fora do meu casamento durante todo esse #período.

“eu não tenho tanta presença na família. (...). Dar mais presença, né, ficar mais em casa. Na minha folga eu saio, eu penso ‘eu não tô certo’. Depois eu estou num barzinho bebendo e os filhos lá, passear com eles era melhor.” (Fábio)

“Então, eu estava errado e eu estou tentando consertar isso, estou tentando ser um bom marido. Não tenho tido relacionamento extraconjugal mais, nem eu não tenho chegado tarde em casa. Não tenho chegado, procuro não chegar embriagado, né. Não tenho procurado levar problemas, do meu trabalho, da rua, pra dentro de casa.” (Arnaldo)

Esse discurso, que tende a mostrar a busca pelo marido por se reinserir na família por meio de cuidados e envolvimento afetivo, parece resultar das demandas das esposas e também de um discurso social relativamente novo, que descrevem o “novo homem”: não só provedor como também pai/marido afetuoso e participativo.

Apesar de separado, Mauro relatou a dificuldade de convívio com o filho de Mara, de cinco anos de idade, e seu empenho em melhorar sua relação com a criança, quando o casal ainda morava junto:

“às vezes eu pensava assim comigo, eu tentava gostar do menino, eu tentava, tentava, tentava mesmo, “não, eu vou gostar dele”, pelo fato de eu gostar dela, mas às vezes não sei que dava em mim assim que eu (...) Eu não, coisa assim, do sangue não bater mesmo”.

LIDANDO COM OS CONFLITOS

Identificamos passagens que mostram o uso, por parte dos entrevistados, de estratégias que visam evitar conflitos e desentendimentos. Entre essas estratégias, encontramos a possibilidade de término do relacionamento, o “time-out” e identificação de fatores estressores que podem ser controlados e/ou evitados.

A #partir do momento em que eu me #sentir #incomodado, eu agora vou sair de casa, ou vou me separar. Não #quero mais nenhum #tipo de #discussão, de briga, principalmente por causa das crianças. São crianças pequenas e eu #tenho #certeza que isso afeta elas muito seriamente, #atrapalha muito a vida delas e eu não #quero

“eu não vou dizer que não houve mais conflitos ou discussões. Quando dá esse tipo de situação a primeira coisa que eu faço é sair de casa. Saio, dou uma volta, vou a casa de um amigo, de uma amiga, de algum parente e volto. Pra não dar continuidade praquilo”. (Arnaldo)

“[sobre o período menstrual da esposa e as alterações em seu humor] aqueles três dias tradicionais, aquilo ali, eu tenho que ficar miudinho, porque aquilo abala. Qualquer coisinha, nesses dias eu não bebo, nesses dias eu não fumo no banheiro, porque nesses dias, se o pau quebrar, quebra feio. (...) Hoje a gente já acostudou, quando está desse jeito eu vazo fora e falo, chega pra lá.” (Carlos)

De um modo geral, os elementos reunidos nessa classe reproduzem as preocupações dos maridos e a busca por mudanças em seus comportamentos as quais visam eliminar/reduzir os atritos conjugais. Tem-se nessa classe a reprodução das cobranças sociais sobre o homem-pai e marido, que deve ser capaz não apenas de constituir uma família como também de mantê-la estável financeira e emocionalmente.

Percebemos que a identificação dos defeitos e a busca por controlar as situações que podem gerar confrontos físicos e/ou verbais são entendidas por esses maridos como obrigações que devem cumprir para que consigam se manter como chefes de família. Desse modo, a responsabilidade por algumas das dificuldades vivenciadas pelos casais é reconhecida também pelos maridos: *“Eu acho, eu mesmo é que estou errado.”* (Fábio). Não apenas os problemas financeiros são entendidos como de responsabilidade dos próprios maridos, mas encontramos relatos que revelam a admissão de parte da responsabilidade sobre as agressões e brigas com a esposa, ainda que minimizadas pelo consumo de bebida alcoólica, pelo ciúme descontrolado e pela culpabilização da esposa.

Além das características particulares apontadas no início da descrição dessa classe, é importante ressaltar que Arnaldo, Fábio e Carlos, os três entrevistados com mais relatos que se enquadram nessa classe, participavam das reuniões de grupo do NAPA, juntamente com suas esposas, o que pode ter possibilitado a reestruturação de suas falas por meio de avaliações de seus comportamentos com relação à parceira e à família. Em sua entrevista, Arnaldo declara estar seguro de suas decisões sobre seu relacionamento e que se sente beneficiado pela ajuda que está recebendo das pessoas do Núcleo.

porque eu sei o que eu #quero, mas eu não sei o que ela #quer, ainda não #tenho #certeza. Que o #fato de eu estar vindo aqui [Napa], não é nem por imposição da #justiça.

“*eu acho que a justiça está é fazendo um benefício, pra mim e pra ela. O fato de ela ser obrigada a vir, isso é muito importante, não adianta o homem vir sozinho.*” (Arnaldo)

Nesse sentido, observamos, nessa classe, a reduzida frequência de relatos de Mauro, que, além de não participar dos encontros do NAPA, pode ter tido seu discurso influenciado pelo fato de estar separado de sua parceira, não necessitando, então, avaliar ou buscar alterações em seus comportamentos e na dinâmica do casal.

Classe 4: DINÂMICA FAMILIAR.

A quarta classe a ser analisada representa 22,39% das UCEs analisadas pelo Alceste, compondo com as classes 2 e 3 o segundo eixo temático identificado pelo *software*. Na Tabela 9 estão apresentadas as palavras mais relacionadas a essa classe, de acordo com seu valor do qui-quadrado:

Tabela 9: *Palavras relacionadas à Classe 4 do grupo dos maridos.*

Palavra	(X²)	Palavra	(X²)
Filhos	60,34	Manter	19,84
Educ+	36,01	Mãe	19,01
Pai	33,01	Obrigaç+	16,44
Lar	31	Arrumad+	13,12
Direito+	28,2	Ajud+	13,12
Dar	23,73	Proporcion+	11,23
Cuid+	20,45	Ótimo	10,52
Dev+	20,45	Presença	10,52
Dentro_de_casa	20,01		

A classe 4 reúne o conteúdo referente aos papéis domésticos (de **dentro de casa**) do homem, principalmente como **pai**, e da mulher, como **mãe**. A organização do casal se volta para o cuidado com o desenvolvimento dos **filhos**, o que implica na atenção para a manutenção do **lar** e da harmonia: o provimento da casa é responsabilidade do marido enquanto os cuidados com a mesma (**manter** a casa limpa e **arrumada**) são **deveres** da esposa.

É mais ou menos isso #os #direitos dela, que ela tem sobre isso, é eu #proporcionar isso a ela, pra ela #proporcionar aquilo pra #família. Porque na verdade ela é a dona do #lar, ela é a dona #da #família.

Percebemos que a divisão das tarefas se estabelece em uma dimensão de “trocas” em que, tendo o marido cumprido suas funções de provedor, a mulher *pode e deve*, então, cumprir o seu papel de dona de casa.

Interessante notar que a UCE destacada acima aponta a importância dos cuidados femininos do lar, e, ao mesmo tempo, restringe o espaço de autonomia da mulher a esse ambiente ao transformá-la em “*dona da família*”. O homem, por outro lado é “afastado” do contato familiar para que possa cumprir seus deveres de chefe da família.

As UCEs subsequentes ilustram a compreensão das atividades maternas pelos maridos entrevistados, sendo ressaltadas as dimensões domésticas do cuidado com os filhos: alimentação, higiene, diálogo, atenção e educação.

porque é um #dever que ela tem de #cuidar #da #casa, de #manter a #casa #limpa, de #manter #as coisas #arrumadas, #as #crianças. Na condição de #mãe #os #deveres é #dar uma boa #educação para #os #filhos, é #manter o diálogo com #os #filhos.

eu conheço #mães que não amamentava #os #filhos com medo de o #seio cair, ficar feio. Não, #os quatro #filhos que ela teve, #os quatro de parto #normal, ela amamentou todas #as #crianças por mais de um ano.

“*a mãe, é dar mais carinho aos filhos né. Ter mais presença, né, ficar junto dos filhos, também, né*”. (Fábio)

“*é [acompanhar estudos no] colégio, café da manhã, cuidar do almoço, das crianças né, cuidar do almoço, roupa, reunião escolar (...)*” (Carlos)

A mulher é mãe, esposa e dona de casa. É ela quem deve “*manter a casa em ordem*” para o marido que chega do trabalho e para os filhos, que precisam de um bom ambiente para se desenvolver:

“*direitos que eu acho, que, ou como pai ou marido é eu chegar em casa e minha casa estar limpa, minha casa estar toda arrumada, minha casa estar bem colocada (...)* *Aí, se não estiver, aí está caracterizado que ela não é uma boa esposa.*” (Arnaldo)

“*as tarefas de casa, assim, (...) as coisas assim de casa, ela sempre fazia assim, sem reclamar, né. Às vezes reclamava que estava cansada, né, (...) Gostava assim, de inventar coisa diferente, ‘ah, fazer um pudim, fazer um bolo, e tal, não sei o quê’ (...)* *não era assim, uma mulher relaxada.*” (Mauro)

“*[esposa] ela limpa a casa dia de domingo, sábado, ela não agüenta ver essa casa suja que tá trepando e limpando, ela acostumou. (...) Faz café de manhã cedo, passa roupa, a roupa tudo passadinha, graças a Deus, ela faz tudo direitinho.*” (Carlos)

Fora desse padrão de discurso, encontramos na entrevista de Fábio relatos sobre a esposa como dona de casa, o que pode se dever ao fato de Fabiana, sua esposa, ter contratado uma assistente para os serviços domésticos, após começar a trabalhar como manicure. Essas mudanças nas funções da esposa no lar, podem ter influenciado no discurso do marido.

Em suas falas, Fábio destaca o papel de Fabiana como suporte afetivo dele e de seus filhos, uma vez que os cuidados domésticos não são de responsabilidade dela. Ao discorrer sobre o trabalho de sua esposa, o primeiro dela, Fábio, destaca o benefício da contribuição do salário da esposa no provimento da casa, mas também aponta um ponto negativo: a ausência da figura materna para os filhos.

“ela trabalha, né e ajuda na assistência também né. (...) a mãe quando fica fora os filhos fica sentido” (Fábio)

Maiores preocupações sobre o primeiro emprego da esposa são relatadas por Arnaldo. Segundo ele, o fato de sua esposa, Amanda, estar trabalhando fora “*está tumultuando tudo dentro de casa*”. Na UCE destacada abaixo, podemos perceber a que o tumulto se refere:

a #casa está uma bagunça, #as #crianças estão sozinhas, não tem quem #faz comida. Então, essas coisas tudo é um #direito que eu, como #pai, quero ter, um #direito de marido de ela estar #cuidando #dos #filhos.

A descrição de perdas para o desempenho da esposa em suas tarefas domésticas e/ou com o cuidado com os filhos é um dado identificado também na pesquisa realizada por Gianórdoli-Nascimento et al (2005) e discutido por Sarti (2003).

Diferentemente do casal Fábio e Fabiana, Arnaldo não admite a contratação de uma assistente para os serviços domésticos, o que, pela renda familiar do casal seria possível, pois entende que sua esposa é quem deve cuidar de sua casa e de seus filhos:

“Então eu me sinto no direito de exigir isso [que a esposa cuide da casa] e não botar ela pra trabalhar num lugar e eu pagar uma empregada pra tomar conta, pra cuidar dos meus filhos, eu acho isso feio.”

Verificamos que os relatos de Arnaldo são pautados pela posição de provedor da casa e chefe da família, e que, segundo ele, possui o direito de exigir que a esposa se responsabilize pelas tarefas domésticas.

O papel do homem como provedor da família está presente no conteúdo das entrevistas de todos os participantes e é abordado tanto quando esses expõem as funções do marido como as do pai. Esse último, além de provedor, é também responsável pelo suporte afetivo dos filhos e por sua educação.

então, graças a Deus que eu tive uma boa #educação e eu acredito que um bom #pai e isso aí. Tem que #manter o #lar, #manter #os #filhos, e, de todos #os aspectos, aspectos culturais, #dar acesso a eles a esporte, #educação, cultura.

um bom #pai não é só você amar #os seus #filhos, não é só você #dar brinquedo, não é só você #botar nos melhores #colégios, escolas particulares. Um bom #pai é você ser um #exemplo para #os seus #filhos. É importante você ser um #pai #exemplar, seu #filho falar quando eu crescer eu quero ser #igual o papai.

“eu criei minhas duas filhas, nunca dei um tapa, nunca bati, também dar dinheiro, às vezes não tinha pão, mas tinha aquelas rosconas, (...), o cafezinho da manhã sempre teve, o leitinho, e sempre aquilo. Nunca deixei andar em má companhia (...)” (Carlos)

“[bom pai é] trabalhador, sustenta, né, os filhos.” (Fábio)

“Na maioria das vezes, o homem, a obrigação do homem é o quê? Proporcionar o lar, trabalhar, manter as coisas, tudo certo.” (Arnaldo)

“[um bom marido] no meu modo de pensar, é ter um bom emprego, não deixar a mulher trabalhar fora, entendeu, cuidar da nossa família (...)” (Carlos)

Nessa última fala, retirada da entrevista de Carlos, a questão do marido *“não deixar a mulher trabalhar fora”*, está fortemente relacionada à auto-suficiência financeira da família proporcionada pelo *bom emprego* do marido.

A afirmação de Carlos nos remete à estruturação atual de sua família. Diferentemente de Fábio, que descreve o emprego de Fabiana como uma *“ajuda na assistência”* da casa, as falas de Carlos ilustram a dinâmica de um casal em que o salário da esposa não é um complemento, mas sim uma necessidade para a família, fato esse confirmado pela entrevista de sua esposa, Carina.

Essa situação é descrita pelo entrevistado, que fala sobre o apoio mútuo entre os parceiros e, ao mesmo tempo pontua seu desconforto com uma situação que acredita não ser a ideal, ao passo que é o marido quem deveria arcar com as despesas domésticas.

“a minha obrigação eu sei que é manter a casa, é cuidar da minha família. Mas aqui eu e ela somos braço e unha, quando eu tenho eu tenho, quando eu não tenho ela tem. É o nosso, nosso dia a dia é assim. (...) tadinha ela não tem culpa nenhuma, tem dia que faço um biscoito aqui, faz outro ali, faz outro acolá”(Carlos)

Apesar de todas as esposas trabalharem, Carlos foi o único a ressaltar a importância da renda proporcionada pelo trabalho de sua parceira.

Sobre o exercício da paternidade, Fábio, Mauro e Arnaldo, em suas auto-avaliações, afirmam que cumpriram parte de suas obrigações por terem sido bons provedores, mas reconheceram que ainda há pontos a serem corrigidos, principalmente no que diz respeito ao afeto e à atenção despendidos aos filhos.

#Pai, é bom mesmo, não sou um #ótimo. Se tivesse mais frequência de sair mais com meus #filhos. #Falta é #dar #carinho pra eles. Graças a Deus, eu comecei a trabalhar cedo. Lutando, comprei uma #casinha, trabalhando. Eu dei um teto pra eles.

“Eu acho assim que eu poderia fazer mais pelo meu filho, assim, entendeu, de estar mais próximo dele”. (Mauro)

“Eu, durante um período da minha vida, eu dei muito mau exemplo, que foram essas discussões, é, a embriagues, sabe. Isso tudo afeta, né, de uma forma negativa. Então eu tenho procurado ser um bom pai, eu, sempre me considerei um bom pai, mas hoje eu vejo que tinha esses aspectos negativos, que isso não me tornava um bom pai. (...) É importante você ser um pai exemplar, seu filho falar ‘quando eu crescer eu quero ser igual o papai’. Por quê? Porque aí você está dando uma boa imagem, né. Então eu procuro ser isso, eu me considero um bom pai.” (Arnaldo)

Carlos também considerou sua função de provedor dos filhos como critério para sua auto-avaliação positiva como pai e, diferentemente dos demais entrevistados, não descreveu pontos que poderiam ser melhorados.

Nenhum dos entrevistados se qualificou como um bom marido e todos eles revelaram seus esforços para se tornar um, apontando já terem enfrentado ou ainda enfrentarem dificuldades para isso. O cumprimento da tarefa de manutenção da casa e a busca por cuidar da família são os principais aspectos levantados pelos maridos em suas auto-avaliações. Questões afetivas foram levantadas mais diretamente por Arnaldo e Fábio.

“acho que um marido médio. Assim, eu sempre arqueei com as responsabilidades de casa, entendeu. Eu nunca fui assim, de, de sair, assim, pra farra e deixar a mulher sozinha, igual eu vejo outras pessoas fazerem. Você entendeu? E, às vezes, as brigas ocorrem, né, não tem como”. (Mauro)

“Eu me vejo incapacitado, de não poder fazer tudo o que preciso, mas procuro fazer na altura que me convém. Mas eu, eu sinto não poder fazer tudo o que eles merecem, mas se eu pudesse eu faria, infelizmente eu não posso, mas vou levando do jeito que Deus me deu força, eu vou levando”. (Carlos)

“eu acho, eu mudando eu vou ser um ótimo marido. Se eu mudar, eu tenho meus defeitos. (...), eu não tenho tanta presença na família.” (Fábio)

“Então, eu fico um bom marido nisso. Uma pessoa que respeita a esposa, que procura fazer tudo de bem, nada pra magoar, nada pra ofendê-la, né. Porque eu já, eu fui um mau marido. Durante um bom período da minha vida eu fui um mau marido. Estou tentando ser um bom marido, mas não depende só de mim, depende dela também, né”. (Arnaldo)

Acerca do desempenho dos papéis domésticos, notamos que a boa avaliação das mulheres, como esposa e mãe, está presente nos relatos de todos os entrevistados e se baseou principalmente no desempenho da mulher nas tarefas domésticas e também no envolvimento que as esposas têm com os filhos. Nesse sentido, compreendemos que a

avaliação positiva se baseou na identificação da esposa como cumpridora das tarefas tradicionalmente vinculadas ao papel feminino hegemônico de mãe/dona de casa.

“acho que do jeito que a Carina aqui, não tem melhor não. (...) Ela acorda cedo, o café tá pronto, se eu tenho que sair cedo ela faz a marmitinha pra mim, (...), cuida, não agüenta ver nada sujo, rapaz às vezes eu até reclamo com ela, dia de sábado e domingo, às vezes é dia dela dormir até mais tarde, acordo tá ela na (...) lavando roupa, lavando cuia. (ele fala para a esposa) ‘Rapaz pára’, [ela responde] ‘não, eu vou adiantar que eu vou dormir depois do almoço’ e tal, é excelente, entendeu, eu acho (...) se todas fossem assim, ai de mim se não fosse ela.” (Carlos)

“ela é uma boa esposa. Assim o, as tarefas de casa, assim, eu estou falando assim, né. Assim, as coisas assim de casa, ela sempre fazia assim, sem reclamar, né. Às vezes reclamava que estava cansada, né, mas... (...) Gostava assim, de inventar coisa diferente, ‘ah, fazer um pudim, fazer um bolo, e tal, não-sei-o-que, e tal’.” (Mauro)

“ela é boa mãe. porque ela fica falando umas coisas para os filhos (...). Ela apóia muito” (Fábio)

“Eu considero ela uma boa mãe. Apesar do fato de ela ter usado de muita violência, principalmente com o filho dela (...) fora esse aspecto que já houve, que mudou, eu acho ela uma boa mãe, ela conversa muito com os filhos.(...)Eu conheço mães que não amamentava os filho com medo de o seio cair, ficar feio. Não, os quatro filhos que ela teve, os quatro de parto normal, ela amamentou todas as crianças por mais de um ano. Então, só esse fato faz dela uma super-mãe. Eu considero ela uma excelente mãe.” (Arnaldo)

4.3.2.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) realizada pelo Alceste gerou a representação gráfica apresentada abaixo (Figura 6). Nela podemos observar as relações entre as classes a partir de um plano fatorial para o conteúdo do grupo de maridos. Como adotado na Figura 4, colorimos as palavras e formas representativas de acordo com sua relação mais forte com uma das classes.

Segundo os dados do Alceste, a Classe 1 se localiza no quadrante IV, as Classes 2 e 3 no quadrante III do gráfico, e a Classe 4 no quadrante I.

Podemos avaliar, baseando-nos na análise da CHD e na análise dos elementos da figura acima, que a distribuição das palavras obedece a variáveis equivalentes às identificadas na representação da AFC do grupo de esposas. Desse modo, destacamos que no eixo horizontal (x) a organização das palavras obedece à avaliação dos aspectos presentes na relação do casal (positivos e negativos), enquanto no eixo vertical (y) a distribuição das palavras é decorrente da variação da qualidade dos elementos/da dinâmica da relação do casal (familiar ou afetivo).

Com base na identificação dessas variáveis, verificamos que a classe 1, DINÂMICA DA VIOLÊNCIA, caracteriza-se por seu conteúdo estritamente negativo, dado que seus elementos concentram-se do lado direito do gráfico. Ainda, analisamos que sua posição no quarto quadrante e próxima do segundo, pode estar relacionada ao fato de as brigas serem descritas pelos maridos principalmente em seus aspectos afetivos negativos, mas também considerando elementos do dia-a-dia do entrevistado, como trabalho, carro, que fazem parte do cotidiano familiar representado pela parte superior do gráfico.

As classes 2, 3 e 4 estão localizadas do lado esquerdo do gráfico, o que, como identificado na análise da CHD nos mostra que essas estão em oposição à primeira classe.

No terceiro quadrante, temos a classe 2, RELACIONAMENTO AFETIVO, situada no canto inferior do mesmo. Confirmando o que avaliamos na CHD, os elementos da presente classe estão mais concentrados na porção “positiva” do gráfico, ou seja, predominam as características de um bom relacionamento bem como a negação daquelas consideradas ruins.

Também no quadrante III, encontramos a Classe 3, AVALIAÇÃO E MUDANÇA, localizada acima da segunda classe e mais à direita, próxima ao quadrante IV. O posicionamento da classe e a distribuição das palavras em três dos quatro quadrantes são bastante ilustrativos da discussão desenvolvida anteriormente sobre essa classe: além de ser uma classe de pequena representatividade (pouco menos de 10% das UCEs analisadas estão aqui), sua composição se dá por elementos que estão sendo avaliados e reorganizados pelos entrevistados.

Consideramos que a organização dessas palavras parece decorrer de dois fatores. O primeiro é que devido à quantidade de UCEs analisadas, os conteúdos dessa classe tendem a ser compartilhados, ou seja, estão presentes também em outras classes (apenas três palavras – cert+, incomod+, circunstâncias – têm frequência superior a 70%, sendo que a maior parte das palavras têm frequência inferior a 50%). O segundo fator que pode estar influenciando tal organização é a presença de elementos positivos e negativos nessa classe, ao passo que, ao mesmo tempo em que os maridos identificam os problemas e defeitos presentes em suas relações e/ou em seus próprios comportamentos, eles afirmam estar buscando corrigi-los para melhorar seu relacionamento com a esposa e com os filhos.

A quarta classe, DINÂMICA FAMILIAR, é a única representada na parte superior do gráfico, tendo seu conteúdo predominantemente concentrado no primeiro quadrante. Os elementos dessa classe são, então, positivamente avaliados pelos entrevistados, sendo

importantes para a organização da família. Como já destacado na discussão anterior, nessa classe os conteúdos tradicionalmente relacionados aos papéis domésticos de gênero são predominantes.

Salientamos que, como ocorre na segunda e na terceira classe, o contexto 4 possui elementos posicionados no lado direito do gráfico, ou seja, no quadrante “negativo”. A análise desse conteúdo nos mostrou que esses remetem a elementos ausentes ou que recebem pouca atenção na dinâmica familiar, o que é identificado pelos entrevistados como algo negativo. Destacam-se aqui, como apontamos na CHD, o acompanhamento dos **filhos** por parte do pai, que dever ser mais **carinhoso** e um **exemplo** para eles.

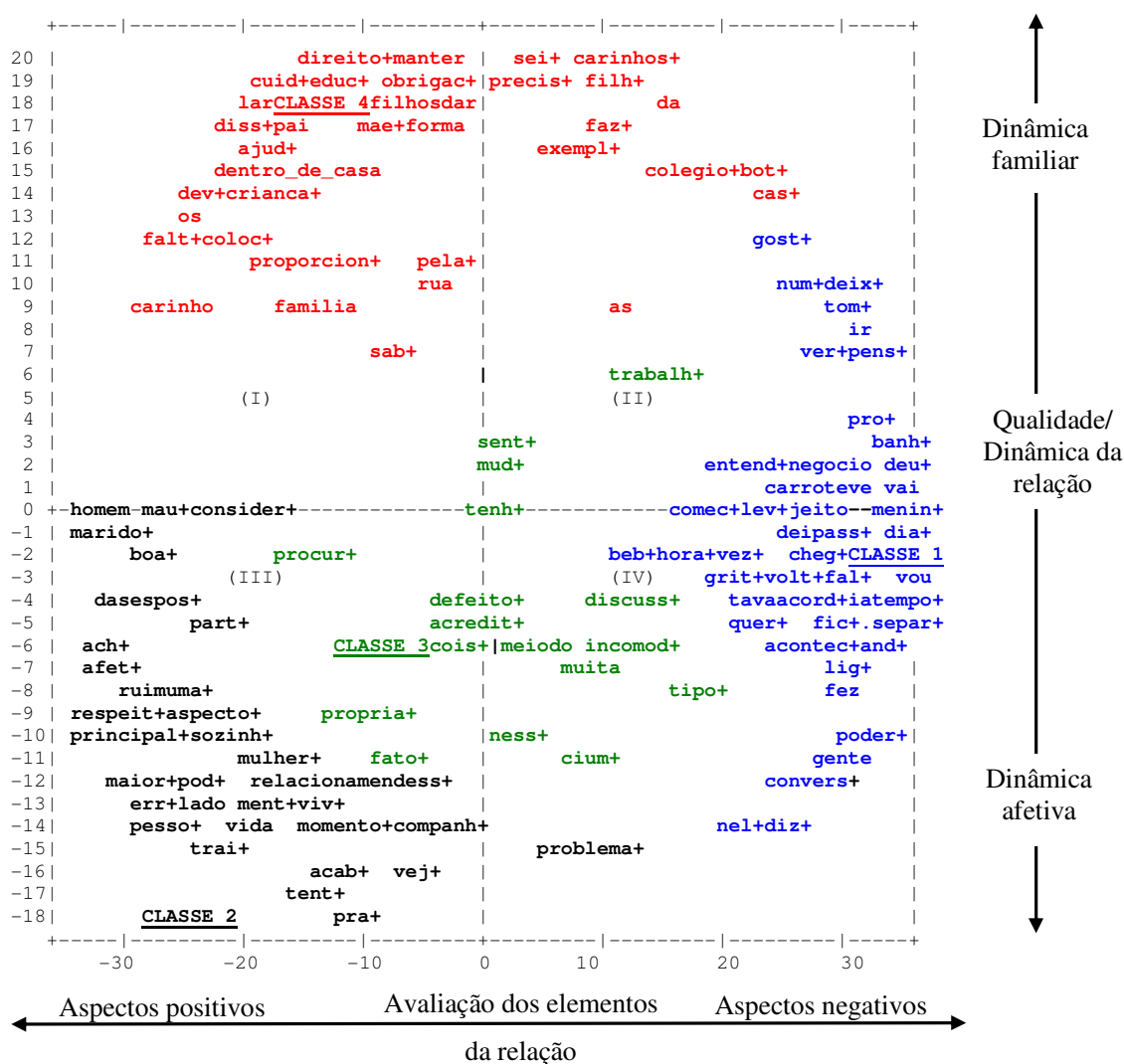


Figura 6: Representação gráfica da AFC do grupo de maridos – na posição (33,-3), considerando (x,y), estão sobrepostas as palavras: nerv+, peg+, serv+, dormir; em (33,0) localiza-se a palavra sair; em (33,-2) sai+; em (34,-3) está sobreposta a palavra cheguei e em (33,-5) brig+.

5. DISCUSSÃO

A literatura revisada para esse estudo revelou, entre outros dados, que a violência conjugal contra a mulher está estreitamente relacionada à presença e organização dos papéis de gênero hegemônicos e ao processo de organização hierárquica de poder entre homem e mulher. Com base nesse contexto, o presente trabalho investigou a relação entre as concepções de gênero de casais e a ocorrência de violência física, psicológica ou sexual do marido contra sua companheira. Para tanto, buscou-se apreender as concepções e as práticas dos casais participantes acerca dos papéis de gênero (do homem e da mulher) dentro do ambiente familiar e conjugal, os motivos alegados para as agressões físicas, as avaliações das conseqüências dessas para o casal e a esposa e as percepções dos participantes sobre seus parceiros e seus relacionamentos.

Nessa sessão, procuraremos destacar alguns dos aspectos que consideramos de maior relevância para explorar a maneira como a compreensão e o desempenho dos papéis de gênero estão relacionados às ocorrências de violência (física, psicológica e sexual) dos maridos contra as esposas.

Considerando as análises realizadas pelo *software* Alceste, principalmente o que foi apontado pela AFC, observamos que o conteúdo dos discursos femininos (Figura 4) se mostra, à primeira vista, mais coerente, ou mais bem articulado, do que o dos homens (Figura 6), uma vez que o posicionamento das classes e das palavras no gráfico parece estar mais bem definido. Porém, notamos que na Figura 6 apenas o conteúdo representativo da terceira classe, AVALIAÇÕES E MUDANÇAS, encontra-se, de fato, disperso. Essa distribuição foi discutida na apresentação da AFC como decorrente da grande quantidade de palavras com baixa frequência na classe, ou seja, compartilhadas com outras classes e também da característica dessa classe como representante da reestruturação do discurso masculino.

O exame dessa figura, desconsiderando-se a classe 3, facilita a visualização de uma distribuição consistente das demais classes, do mesmo modo como encontramos no conteúdo analisado das esposas.

O casamento, segundo Féres-Carneiro (1998 e 2003) e Negreiros e Féres-Carneiro (2004), é, para a mulher, uma relação amorosa, enquanto para o homem este se relaciona à constituição de família. A compreensão de que, para os maridos, família e relacionamento afetivo são aspectos separados em um relacionamento ficou clara também

em nossos dados quando analisados pelo Alceste. As entrevistas das esposas revelaram um relacionamento em que família e conjugalidade/relação afetiva coexistem, enquanto que, para os maridos, esses dois aspectos aparecem separados em diferentes contextos lexicais, como foi demonstrado pelas análises do *software*.

A avaliação dos resultados nos mostra que, ao descrever a família, as esposas destacaram a necessidade da presença do homem, como um parceiro que deve participar das decisões e cuidados com a casa (não apenas o seu provimento), sendo além de provedor e trabalhador, um homem companheiro, amigo e carinhoso tanto com ela como com os filhos. Por outro lado, nos relatos dos maridos encontramos a distinção entre “a esposa para o marido”, responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos, e “a mulher para o homem”, a companheira com quem ele pode dialogar, dividir seus problemas e se relacionar afetiva e sexualmente.

Nas avaliações sobre seus relacionamentos, as esposas se mostraram desiludidas com suas relações e questionaram a continuidade das mesmas, ressaltando que, mesmo havendo aspectos positivos, os defeitos dos parceiros e as brigas persistentes haviam afetado negativamente seus sentimentos pelos maridos; esses, por outro lado, declararam-se satisfeitos com o casamento e elogiaram o desempenho de suas esposas nos papéis de mãe e companheira. Garcia e Tassara (2003, p.128) assinalaram que negar que situações cotidianas conflituosas sejam um problema para o casal é uma “estratégia de evitação dessa situação”, uma vez que “possíveis formas de solução se distanciam do projeto de futuro depositado naquela relação”. Dessa forma, ao minimizarem as dificuldades da relação conjugal, os maridos deixam de discutir não apenas o andamento e a qualidade de seus relacionamentos, mas também as mudanças na estrutura da família e dos papéis desempenhados pelas parceiras e por eles mesmos; mudanças essas que desafiam a masculinidade desses homens, pois implicam na avaliação de suas competências em criar, manter e controlar uma família.

Por outro lado, ao exporem a inadequação dos parceiros no desempenho de uma de suas funções – provedor financeiro, de afetos e cuidados ou parceiro sexual -, as esposas os afastam da possibilidade de cumprir o papel de marido, companheiro e amante (Garcia & Tassara, 2003), o que provoca a necessidade de reestruturação da relação, ou ainda de dissolução do relacionamento, uma vez que esse se mostra incompatível com as aspirações da mulher.

A diferença nos relatos de esposas e maridos sobre o impacto dos conflitos no relacionamento conjugal pode também estar associada às expectativas desiguais que cada

um deles possui sobre casamento e relação conjugal. Féres-Carneiro considerou que, por perceberem o casamento como um envolvimento afetivo, “para as mulheres, quando a relação conjugal não vai bem, sobretudo na vertente amorosa, a separação parece inevitável” (2003, p.369).

Apesar disso, como pôde ser observado, todos os casais entrevistados permaneceram casados, ou, no caso de Mara e Mauro, vivendo em casas separadas, mas namorando. Entre os motivos alegados por mulheres para a manutenção de uma relação abusiva, Marques (2005) identificou: amor pelo parceiro, esperança de ele mudar, cuidado com os filhos, aspectos econômicos (dependência financeira), características da mulher (paciência, insegurança, imaturidade, entre outros), valores sociais (não querer ser mãe solteira, acreditar que casamento é para a vida toda), medo de reação violenta do parceiro e pena dele; motivos esses também descritos por outras autoras, como Barcellos (2003), Day et al (2003) e Saffioti (1999). Entre as nossas entrevistadas, percebemos que a questão da união da família e do sacrifício pelos filhos é predominante, apenas Mara declara que ama Mauro. Assim, a figura ideologizada da mãe heroína/sofredora impera sobre a da mulher infeliz, prevalecendo o sacrifício da mãe pela felicidade e bem-estar dos filhos e também pelo bem maior que a instituição familiar representa (DeSouza et al, 2000).

Embora a separação tenha ocorrido em dois dos casais estudados (Mara e Mauro e Amanda e Arnaldo), e os casais tenham voltado a se relacionar conjugalmente após um período de separação inferior a um ano, a percepção de desgaste da relação amorosa é descrita pelas esposas como um fato. Assim sendo, os desentendimentos e brigas são, para os homens, sinais de que a instituição pela qual ele é encarregado está ameaçada e precisa ser ajustada por ele (mesmo por meios violentos), enquanto que, para as mulheres, os conflitos persistentes apontam, principalmente, o fracasso da relação afetiva.

Consideramos que a questão da manutenção dos padrões tradicionais de masculinidade por meio da preservação de uma estrutura familiar patriarcal, na qual a mulher é subordinada ao homem, aparece como uma base importante para a compreensão dos conflitos domésticos e das agressões dos maridos contra suas esposas.

Os casais estudados nos revelaram que, entre eles, ainda predominam valores tradicionais de gênero relacionados aos papéis domésticos e familiares do homem e da mulher; o primeiro, provedor e protetor da família, é responsável principalmente pelo trabalho no espaço público, já a segunda tem seu trabalho mais valorizado quando é direcionado ao espaço privado, por meio do cuidado com o lar, com os filhos e marido

(Boonzaier & De la Rey, 2003; Sarti, 2003; Rocha-Coutinho, 1994). Ressaltamos aqui que os casais participantes são residentes de bairros populares e suas rendas financeiras são baixas ou relativamente baixas. Por serem representantes de famílias de baixo poder aquisitivo, entendemos que esses casais encontram-se mais afastados dos discursos e das mudanças relativas ao igualitarismo no casamento e tendam a reproduzir o padrão patriarcal de organização familiar (Sarti, 2003).

Como avaliaram Gianórdoli-Nascimento et al (2005), tanto o trabalho da esposa, quanto o do marido são enfatizados como elementos importantes para a manutenção da família, desde que cada um deles se mantenha em seus respectivos domínios: a mulher “trabalhadeira”, cuidando da casa e da família, e o homem “trabalhador”, que provê essa família.

Acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho, Ridenti (1998) descreveu que a necessidade da mulher de dividir e, ao mesmo tempo, manter uma delimitação de funções revela um foco de tensões do desejo feminino, uma vez que demonstra o desejo de não abrir mão de um dos poucos espaços de poder de que as mulheres dispõem. Nesse mesmo contexto, em pesquisa publicada em 2003, Rocha-Coutinho concluiu que “a mulher de hoje apenas multiplicou funções, mas ainda *não dividiu responsabilidades*. A sociedade atual exige, e a própria mulher acaba exigindo de si mesma, que ela seja múltipla” (p. 17, grifos nossos).

Dentro desse contexto, identificamos que as concepções de gênero desses casais implicam na dicotomia homem racional, forte e público/ mulher emotiva, frágil e doméstica, organização binária discutida por Giffin (1994) e Torrão Filho (2005). Tem-se então, a “natureza masculina” do homem: sexualmente ativo, insensível, autoritário, pouco atento às necessidades das parceiras ou dos filhos e, em contraste com esses aspectos, encontramos as “características naturais” da mulher: submissa, delicada, mais carinhosa e passiva sexualmente.

Apesar da prevalência de noções tradicionais sobre os papéis domésticos, avaliamos que o “novo pai” faz parte dos discursos tanto dos maridos quanto das esposas²⁷. Com relação ao cuidado com os filhos, todos os participantes concordam com a importância da mãe para o cuidado e bom desenvolvimento das crianças, mas revelam, ainda, a necessidade de o pai ser não apenas provedor, mas também figura afetiva presente na vida

²⁷ Com base nas entrevistas de marido e esposas, verificamos que o discurso não corresponde necessariamente às práticas desenvolvidas dentro do ambiente familiar, mas revela, a nosso ver, a possibilidade de modificação e inserção de práticas paternas mais afetuosas.

de seus filhos. A paternidade passa a incorporar, então, não apenas os compromissos com alimentação e saúde, mas também, como afirmam Silverstein et al (1999, citados por Paterna, Martinez e Rodes, 2005) o cuidar da parte afetiva e estar mais envolvido emocionalmente. O novo conceito de paternidade, segundo esses mesmo autores, tem se instalado à medida “en que el hombre ha ido percibiendo que la privación de su rol fundamental de proveedor disminuye su poder en la familia y se siente alienado” (p. 275).

Notamos que, diferentemente do que ocorre com os maridos, cujos discursos preconizaram o controle do homem sobre a esposa como a relação conjugal correta e “natural”, encontramos elementos de mudança no conteúdo das falas das mulheres, em relação às concepções tradicionais de gênero descritas. Esses elementos parecem ser indicativos de que as esposas entrevistadas estão buscando alterar suas posições frente às situações e perspectivas de vida impostas por seus maridos. Dentre os elementos representativos dessas mudanças, destacamos:

1. Descontentamento e exigências com relação ao papel desempenhado pelo marido como chefe da família: falta de carinho com ela e os filhos, abuso de bebida alcoólica, casos extraconjugais e mau investimento de seus salários, que não são utilizados para a compra de mantimentos para o lar. Nesse contexto, as entrevistadas cobram um melhor posicionamento dos maridos diante de suas obrigações para com sua família.
2. Trabalho remunerado: todas as esposas exercem atividade remunerada fora de casa. Em um caso a esposa é a principal provedora da casa, em um outro, o dinheiro recebido não faz parte dos gastos familiares e, em dois casos as esposas só começaram a trabalhar após um período aproximado de 10 anos de casamento. Em um caso especificamente (Amanda e Arnaldo) há descrição de conflitos mais graves com o marido devido à atividade desempenhada pela esposa fora de casa.

As cobranças das esposas e os empregos de três delas (Amanda, Fabiana e Carina) estão relacionados à necessidade de suprir as necessidades da família, uma vez que essas mulheres, percebendo a dificuldade de seus maridos em “chefiar” a casa, passam a tomar iniciativas para se fazer cumprir as obrigações que antes eram apenas do parceiro.

Essa mudança de papéis, a mulher tornando-se membro ativo dentro da família, para além dos cuidados domésticos, pode ter conseqüências positivas ao reinserir o pai no contexto familiar como figura afetiva, como afirmaram Silverstein, et al, 1999 (citados por Paterna et al, 2005). Por outro lado, essas alterações parecem ser um dos fatores

significativos para muitos dos conflitos e brigas presentes nas relações dos casais entrevistados, como pudemos notar nas falas que revelam os motivos das brigas.

De acordo com os maridos, os desentendimentos nas relações conjugais estão ligados a características e problemas pessoais, principalmente, o consumo de bebida por eles e “maus” comportamentos da esposa que despertam ciúme e/ou irritação nos entrevistados (falar alto, gritar ou responder ao marido em tom alterado de voz, descuidar da casa ou dos filhos, trabalhar fora, ser vaidosa e se arrumar sem motivo aparente). As esposas confirmaram em suas entrevistas que, de fato, comportamentos seus que eram desaprovados por seus maridos eram motivos de briga e agressões.

Outro motivo de brigas, assinalado apenas pelas esposas, é a negação de manter relações sexuais com o parceiro, o que ocorre principalmente, quando esse chega de “noitadas”, alcoolizado, ou após episódios violentos. Nessas situações, as esposas revelaram que a recusa é seguida por humilhações e agressões verbais, além de acusações de infidelidade, tendo-nos sido revelada por uma delas a ocorrência de estupro. Há casos em que as esposas cedem ao desejo do marido como meio de evitar agressões e acusações de infidelidade ou findar discussões maiores, o que foi reportado também por Dantas-Berger e Giffin (2005) e Marques (2005).

Diante dessas considerações, é importante dar destaque ao movimento de autonomia promovido individualmente por essas esposas: ao invés de uma postura derrotista diante dos sofrimentos e do descontentamento com suas vidas e seus relacionamentos, essas esposas, por meio de atitudes ativas (trabalho remunerado, exigências/cobranças feitas ao marido, domínio do próprio corpo), enfrentam seus maridos na busca de condições e qualidade de vida melhores para elas e sua família.

Boonzaier e De la Rey (2003) discorreram sobre as mudanças no posicionamento das esposas acerca de seus relacionamentos quando essas reagem à violência de seus companheiros. Segundo as autoras, essas mudanças podem ser positivas ao permitir às mulheres o ganho de poder e controle sobre seus relacionamentos.

Considerando, como Dantas-Berger e Giffin (2005) e Giffin (2002), que estamos perante uma “transição de gênero”²⁸, devemos ponderar os ganhos da “nova mulher” (direitos reprodutivos, aumento na participação do orçamento familiar, maior liberdade

²⁸ Segundo Giffin (2002), “*transição de gênero*” refere-se à responsabilização da mulher pela provisão de renda, mesmo (ou, principalmente) tendo filhos menores. Para a autora a “atualização ideológica dos gêneros, na figura da ‘nova mulher independente’ que controla sua fecundidade, trabalha fora e tem seu dinheiro ‘próprio’, permite o ocultamento do aprofundamento da dupla jornada, da exploração e da forma em que estas estratégias contribuem para a reprodução da desigualdade em nível de gênero e de classe social.” (p. 105).

sobre sua sexualidade) e o que essas autoras denominam “descompasso do tempo de gênero” (p. 419) masculino, dois fatores que podem estar potencializando/produzindo conflitos nas relações sociais de sexualidade. Ainda, avaliamos que esse descompasso possa estar relacionado à necessidade descrita por Connell (1995) e Greig et al (2000) de a mulher em situação de subordinação buscar a alteração dessa situação, enquanto o homem, geralmente dominante, busca mantê-la.

Desse modo, esse movimento ameaça os limites entre o que nossa sociedade compreende como feminino e masculino, uma vez que implica na entrada da mulher no espaço público, como produtora, e na necessidade de o homem reestruturar seu papel, na busca de outros meios para fortalecimento de sua masculinidade e de se diferenciar da mulher.

Como observou Nolasco (1997, p.26), “há na relação homem e mulher uma expectativa de que o homem domine essa relação”, o que ocasionaria estratégias para submeter a mulher. O autor descreveu que o uso de violência por parte do parceiro pode ser um meio de reafirmar sua identidade masculina, uma vez que nossa sociedade ainda compreende a agressividade como uma característica estritamente masculina, e, por conseqüência, um meio de se fazer e se mostrar diferente da mulher.

Acreditamos que a transição de gênero pode ser relacionada ao processo de empoderamento das mulheres iniciado pelos movimentos feministas e que, nos tempos atuais, têm apresentado efeitos mais visíveis, se ainda pouco satisfatórios, no cotidiano das mulheres e das organizações familiares.

Ao discutir o empoderamento das mulheres, Kabeer (2005) definiu inicialmente o desempoderamento como a negação da possibilidade de escolha. Dessa forma, o empoderamento se refere ao processo pelo qual aqueles a quem se negou a habilidade de escolha adquirem tal habilidade, ou seja, para a autora, o empoderamento implica na necessidade de mudança. A autora destacou a necessidade de haver a possibilidade de escolhas reais que sejam reconhecidas e que permitam mudanças. Além disso, Kabeer demonstrou as dificuldades existentes no processo de empoderamento, ao apontar que esse implica no desafio das relações de poder estabelecidas, sem violar a capacidade de escolha do outro, e que condições como educação, acesso a trabalho remunerado e representação política têm sim efeitos positivos no processo de empoderamento, mas não são garantias para a efetividade do mesmo.

Comportamentos e atitudes que permitam às mulheres se tornarem agentes de suas próprias mudanças são compreendidos em termos de estratégias para combater os

processos de exclusão da mulher na sociedade. Essa temática tem sido trabalhada em alguns grupos de apoio a mulheres que sofrem com a violência conjugal e outras intervenções voltadas a grupos minoritários (Meneghel et al, 2005a, Meneghel et al, 2005b, Becker et al, 2004).

Ainda, devemos atentar não apenas para essas questões individuais, embora sejam, de fato, significativas na vida de cada uma dessas mulheres. Como observou León (2001), o empoderamento relacionado ao aumento da auto-estima e autonomia deve ser integrado a um processo comunitário de cooperação e solidariedade, ou poderá não passar de uma situação ilusória. Nesse sentido, devemos destacar que as mudanças femininas identificadas são individuais, na medida em que não identificamos nas entrevistas recolhidas relatos sobre mobilizações ou grupos comunitários que discutam alternativas de organização dos papéis de gênero, fora do padrão hierárquico hegemônico. Ressaltamos, porém, que essas reações são pessoais, mas não individualistas, uma vez que devem ser compreendidas dentro de um contexto social que possibilita à mulher o acesso a temas e discussões referentes às lutas e conquistas sociais femininas (meios de comunicação de massa, propagandas e novelas), fortalecendo, assim, a imagem, da “nova mulher”.

A ausência de uma estrutura que permita à mulher e ao homem o espaço para discussões e reelaborações de suas concepções e práticas de gênero implica na presença frágil de movimentos individuais de mulheres que buscam seus direitos enquanto seres humanos. Fragilidade essa que possibilita uma reação de oposição dos homens, que desinteressados e excluídos das discussões acerca do empoderamento feminino, tendem a compreender esse processo como “desempoderamento masculino”, ou perda da posição de dominação colocada pelo patriarcado (León, 2001).

Consideramos que ações positivas das esposas em termos de maior autonomia sobre seu corpo (cuidados estéticos, negação de relações sexuais), sua qualidade de vida (empregos, amizades) e sobre os cuidados com o sustento de sua família, estão sendo avaliadas pelos maridos como “ameaças” ao seu domínio como chefe da família, “chefe da esposa” e, conseqüentemente à sua masculinidade.

O acesso e uso do poder pelas mulheres representam, assim, um desafio às relações patriarcais, principalmente no ambiente familiar, uma vez que desafiam o poder do homem e ameaçam seus privilégios, sinalizando a possibilidade de mudança na dominação dos homens sobre as mulheres. Alteração essa que proporciona às mulheres a autonomia sobre seus corpos, sua sexualidade e seu direito de ir e vir e também o repúdio

ao abuso físico, à impunidade e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

Nesse sentido, Dantas-Berger e Giffin (2005) ressaltaram que a reação violenta do marido pode ser um meio de tentar reaver/manter o controle sobre sua esposa e, assim, resistir à transição de gênero.

A violência, então, aparece como meio de controlar situações em que a esposa não cumpre os papéis e funções de gênero esperados pelos maridos, sendo utilizada, então, como meio de subjugar a esposa “rebelde” aos mandos do marido. Mecanismo esse que, como colocam Greig et al (2000) e Kimmel (2002), atua no sentido de preservar e reforçar a autoridade masculina na relação do casal.

Esse último autor afirmou que o uso de violência contra a esposa é o modo pelo qual o homem busca reestruturar sua masculinidade e a desigualdade no ambiente doméstico. Nesse sentido, ele afirma que “o uso de violência pode indicar não a experiência de controle, mas a experiência de *perda de controle*” (p. 1352, grifos nossos).

Wood (2004) observou que “ser desrespeitado como homem” por suas parceiras foi uma justificativa de agressão declarada por todos os seus entrevistados. Entre os comportamentos desrespeitosos descritos por eles, estão: não estar em casa quando o marido volta do serviço, negar manter relações sexuais e se dirigir ao parceiro de modo inadequado (tom de voz alterado).

As agressões física, psicológica e sexual passam a ser um meio pelo qual o marido estabelece seu poder e controle sobre sua esposa, subjugando-a, “colocando-a em seu lugar” e buscando diferenciar-se da mulher, ao reafirmar a inferioridade feminina e o controle masculino na relação (Cavanagh et al. 2001; Dasgupta, 2002; Dohmen, 1995; Machado, 2002; Saffioti, 1999 e Wood, 2005).

Em concordância com essa descrição, Boonzaier e De la Rey (2003, p. 1120) descreveram a *theory of thwarted gender identities*²⁹ que sugere que na presença de ameaça aos papéis de gêneros tradicionais, uma crise na identidade de gênero pode ocorrer e, com o isso, o homem pode usar a violência contra a mulher como um meio simbólico de reafirmação do poder e controle masculino.

Outro fator que pode estar influenciando as reações violentas dos maridos foi assinalado por Nolasco (1997, p. 27), que descreve o fato de a representação social do

²⁹ De acordo com Vetten (2000, citado por Boonzaier e De la Rey) *thwarting* corresponde a incapacidade de manter uma posição de gênero, o que resulta em uma crise, real ou imaginária, da auto-representação e/ou avaliação social. No original: “the inability to sustain or properly take up a gendered subject position resulting in a crisis, real or imagined, of self-representation and/or social evaluation” (p. 1019)

homem de verdade implicar em “restrições para estabelecer relações de intimidade”, ao não estimular a melhoria da comunicação emocional masculina. Além de a violência masculina ser socialmente permitida, outros meios de comunicação de frustração e descontentamento, ou seja, de expressão das emoções, são desestimulados, quando não ridicularizados, por não se enquadrarem no padrão hegemônico de masculinidade.

A dificuldade de se acompanhar as mudanças ocasionadas pela transição de gênero e o empoderamento das mulheres podem ser discutidas em termos de uma “crise da masculinidade”, como descreveu Nolasco (1997), ou seja, no questionamento da identidade masculina hegemônica tradicional decorrente das mudanças contemporâneas na organização dos papéis de gênero. Segundo Araújo (2005), esse autor nega a influência do feminismo na crise de identidade do homem, o que para ela não é adequado. A autora considerou que tanto o movimento feminista como as crises no espaço do trabalho e da família são decorrentes de transformações mais amplas que levaram a grandes transformações “nos valores dominantes no mundo do trabalho, na família e nas relações afetivo-sexuais” (Araújo, 2005, p. 50).

Nesse sentido, se a masculinidade dos homens é posta em questão, o uso da violência para controlar a esposa dá a eles alguma mostra de que pelo menos em seus relacionamentos íntimos eles são e se fazem perceber como “homens de verdade” (Nolasco, 1997; Wood, 2004).

No que diz respeito às descrições e avaliações das brigas com agressões físicas, notamos, como apontado por Kimmel (2002) que, diferentemente dos homens, que em algumas situações não se recordavam dos motivos das brigas e reportavam que essas começavam de repente, as mulheres expuseram com maiores detalhes os episódios de violência: desenvolvimento dos episódios de violência, tipos de agressões físicas praticadas pelo parceiro, ferimentos sofridos, sentimentos durante e após o evento.

As discussões e eventos agressivos foram confirmados por todos os maridos, mas, em contraste com os detalhes apontados pelas esposas, deparamo-nos com discursos masculinos que minimizam as ocorrências de violência e seu impacto (físico e emocional) na vida do casal e das mulheres. Em geral os entrevistados negaram a ocorrência de ferimentos em suas esposas (entre os que foram declarados por elas temos: quebra de dente e “*fratura*” nos rins, arranhões e contusões), bem como o fato delas sentirem medo durante as agressões (segundo eles, suas parceiras sentem raiva durante as brigas).

A minimização das agressões foi apresentada por estudos da área como um comportamento comum de agressores conjugais (Cavanagh et al, 2001; Cortez et al 2005;

Hamberger & Holtzworth-Munroe, 1999; Rynerson & Fishel, 1993; Wood, 2004), e pode ser um meio pelo qual os maridos buscam negar a responsabilidade pelas agressões físicas e o estereótipo do marido agressivo e espancador. Nesse sentido, a minimização da violência física pode ser compreendida como uma tentativa de aceitação social da transgressão (Cavanagh et al, 2001), uma vez que nossa sociedade ainda hoje admite, como descrito por um dos entrevistados, “cascudinhos” esporádicos que não se caracterizam como espancamento severo e freqüente da esposa. Ainda, identificamos nos relatos a questão da responsabilização dessas esposas pelas agressões que sofrem, uma vez que os comportamentos inadequados *delas* são descritos como causas das brigas. Assinalada por autores da área como uma característica comum a agressores conjugais, a culpabilização da esposa pelas agressões cometidas pelo companheiro é usada para diminuição ou eliminação da responsabilidade do marido pela ação (Cortez et al, 2005; Rynerson & Fishel, 1993; Hamberger & Holtzworth-Munroe, 1999; Soares, 1999; Wood, 2004).

Os episódios de agressão são, então, descritos pelos maridos como eventos que não prejudicam ou que atrapalham por pouco tempo seus relacionamentos. Desse modo, a não-identificação de prejuízos a médio ou longo prazo para a relação do casal, e para a esposa, deve também ser avaliada como um modo de desqualificar os conflitos, uma vez que a ausência de conseqüências implica na compreensão da agressão como um episódio passageiro e completamente superável. Além desse aspecto, podemos levantar outros dois fatores capazes de influenciar a configuração de suas descrições: um deles é a auto-incriminação que uma exposição detalhada implicaria, dado que a minimização permite o afastamento dos entrevistados da identidade socialmente estigmatizada de agressor de mulheres. O segundo fator é que as percepções e descrições posteriores dos episódios violentos podem ter sido prejudicadas pelo acanhamento social das habilidades masculinas para expressão de emoções.

Por outro lado, dois maridos (Mauro e Arnaldo) relataram em suas entrevistas terem sido agredidos (com um tapa) ou ameaçados (com faca) por suas parceiras, sendo que essas situações não foram relatadas pelas esposas em suas entrevistas. A identificação de referências a agressões físicas praticadas pelas esposas contra seus parceiros é importante não apenas por mostrar que a mulher também agride, mas também para se identificar *em que situações* (autodefesa/reativa ou coercitiva) essas agressões ocorrem, dado esse que gera discussões entre autores que analisam a ocorrência de agressões da mulher contra o companheiro (Alvim & Souza, 2005; Carney & Buttell, 2004; Dasgupta, 2002, Diniz,

Lopes, Gesteira, Alves & Gomes, 2003; Dutton & Nicholls, 2005; Kimmel, 2002; Swan & Snow, 2003).

Considerando as especificidades dos casais estudados, identificamos nas agressões físicas das esposas contra seus maridos um caráter principalmente reativo (Anderson & Umberson, 2001; Greig et al, 2000; Kelly, 2004; Kimmel, 2002; Saffioti, 1999), sendo elas utilizadas como meio de proteção e tentativa de controle da situação a curto prazo.

Os maridos negaram qualquer tipo de violência sexual, insistência para manter relações sexuais com suas esposas, ou reações agressivas diante da recusa dessas. A essa questão (se ocorria algum tipo de violência sexual), as negativas dos maridos eram categóricas: *“Deus me livre, quando um não quer, dois não faz”* (Carlos), mesmo quando explicitado que a violência sexual engloba não apenas o estupro, mas também toques e carícias indesejados ou insistência e pressão para a mulher ceder à relação sexual. Essa negação taxativa dos homens quanto à ocorrência de violência sexual pode ser relacionada ao fato de esse tipo de agressão transgredir, de um modo grosseiro, o código de cavalheirismo, identificado por Wood (2004), pois implica na violação do corpo da “mulher honrada”. Uma vez que a sexualidade feminina é definida em termos da sexualidade desenfreada da “mulher da rua” (a Eva) e da sexualidade passiva, quando não inexistente, da “mulher de casa”, mãe e esposa (a Maria), o abuso ou afronta sexual da esposa representaria a violação do corpo dessa última, a qual, segundo esse código de cavalheirismo, deve ser protegida, respeitada e nunca abusada pelo homem.

Apesar disso, três das esposas relataram o desinteresse pelo contato mais íntimo com o parceiro, decorrente do desgaste do relacionamento e do medo de contrair DSTs. As entrevistadas revelaram sofrer agressões verbais, humilhações, ameaças e acusações de infidelidade ao se negarem a manter relação sexual com seus maridos, sendo que Fabiana e Amanda afirmaram ceder à relação sexual (mesmo se sentindo mal durante e após o ato) como meio de evitar discussões e agressões, o que elas não identificaram como uma violência. Uma das esposas, Fabiana, revelou já ter sido submetida por seu marido a uma relação sexual forçada e que, apesar de saber de seus direitos, não denunciou o ocorrido.

As respostas acerca da ocorrência de violência sexual nos levaram a questionar de que modo os homens compreendem esse tipo de violência em relacionamentos amorosos estáveis (se existe de fato, em que situações acreditam que ocorra, a relação sexual como “dever conjugal”, etc.). Acreditamos que esse seria um enfoque importante para pesquisas posteriores uma vez que dados sobre essa temática são bastante escassos. Considerando a dificuldade de acesso a participantes que reconheçam cometer esse tipo de abuso,

pesquisas voltadas a esse tipo específico de violência poderiam envolver, por exemplo, homens “não-agressores” e homens que assumiram estar envolvidos em relações violentas. Ainda, sugerimos maiores investigações acerca da submissão das esposas ao “dever conjugal” e o modo como essas o compreendem, uma vez que dos casos descritos, apenas uma das esposas reconheceu como violência a ocorrência de relação sexual forçada pelo marido.

De acordo com Day et al (2003), a agressão física perpetrada pelo parceiro íntimo é, quase sempre, acompanhada de agressões psicológicas e, de um quarto a metade das vezes, também de sexo forçado. Para Saffioti e Almeida (2003, p.87), o dever conjugal, e acrescentamos aqui o medo de retaliações por parte do marido, obriga a mulher a ceder aos desejos do marido, mesmo não consentindo na relação sexual, uma vez que “o consentimento só pode estar alicerçado no desejo”. E o desejo pelo marido parece ter acabado para algumas dessas esposas.

A reapropriação do próprio corpo por meio da negação em cedê-lo ao marido é um dos comportamentos femininos que, ao mesmo tempo em que expõem uma conquista de autonomia, ameaçam a segurança da mulher. Na violência sexual, temos, como afirmaram Cavalcanti et al (2006), a reafirmação da identidade masculina por meio da posse do corpo da mulher. Sendo assim, a negação da relação sexual por parte das esposas se impõe como uma ameaça à posição do homem na relação conjugal, o que provoca brigas, agressões físicas ou verbais, acusações e, em último caso, no uso da sujeição do corpo como meio “simbólico de recolocá-la no lugar hierarquicamente subordinado de esposa” (Cavalcanti et al, 2006, p. 34).

Posto isso, percebemos que as prescrições sociais de masculinidade e as dificuldades de envolvimento do homem em relações de intimidade estão em descompasso com os ganhos e novas demandas das mulheres. A reação violenta dos maridos aparece, portanto, como resultado da dificuldade de negociação entre a masculinidade hegemônica fortemente presente em nossa cultura e a masculinidade que as novas possibilidades de estruturação dos gêneros requerem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a temática da violência conjugal não é, felizmente, uma atividade inovadora e se justifica pela necessidade de investigação de um fenômeno comum em todas as classes sociais de nossa sociedade e que prejudica a saúde física e emocional dos dois protagonistas dos episódios – esposa e marido – além de envolver também com gravidade os filhos e familiares próximos. Acreditamos que o presente trabalho possibilitou um enfoque diferenciado da problemática, ao acompanhar os dois personagens (marido e esposa), buscando-se, assim, fugir de uma tradição dos estudos sobre a temática que enfatizam ora a mulher agredida, ora o marido agressor, sem considerar o fato de que os episódios violentos são decorrentes das formas como o casal se relaciona.

Ainda que seja exposto constantemente o caráter relacional da construção dos papéis de gênero, uma vez que o início das pesquisas sobre violência conjugal se deu em meio às demandas dos movimentos feministas sobre os direitos das mulheres, tivemos, por alguns anos, o predomínio de estudos voltados às mulheres. Como afirmou Gomes (2003, p. 826), apesar do movimento feminista se propor a tratar das relações de gênero, “grande parte da produção dos estudos denominada de gênero ainda analisa suas questões em mão única.”, o que reduz as discussões, muitas vezes, ao campo feminino.

Apesar de, atualmente, notar-se um maior interesse com relação a questões masculinas (por exemplo: masculinidades, violência, saúde masculina, paternidade), pesquisas sobre violência conjugal tendem a priorizar um de seus personagens (a mulher ou o homem agredidos ou agressores) e discutir, com base nos dados de uma das partes, a dinâmica presente nos relacionamentos violentos e nas situações de violência, seja ela física, psicológica ou sexual.

Sobre os trabalhos nessa área, Jenkins e Aubé, em estudo publicado em 2002, ressaltaram a importância de se investigar “ambos os parceiros a fim de refletir a natureza complexa do relacionamento violento” (p.1114), o que acreditamos ser um enfoque que respeita a questão de gênero como categoria relacional e também da violência conjugal como resultante da dinâmica do casal.

Acreditamos que, ao trabalhar com casais envolvidos em relacionamentos violentos, tivemos acesso a uma parte dessa complexa relação, sendo que os dados encontrados nos

possibilitaram vislumbrar as duas perspectivas da “construção de uma história em comum”.

Os resultados obtidos nos permitiram discutir, como alguns outros autores assinalam, a coexistência de velhos e novos padrões, de permanências e mudanças nos papéis de gênero. Identificamos, então, conteúdos nos relatos que indicam o tradicionalismo dos papéis domésticos que mantém o homem como provedor e chefe da família e a mulher como mãe e dona de casa e, ao mesmo tempo, nos deparamos com “novidades”: o novo pai, mais afetivo e presente na família, é descrito pelos casais como o pai ideal e a mulher, ainda dona de casa e mãe, é também provedora, ainda que com participação menor.

As mudanças produzidas pelas mulheres – dentro do ambiente familiar, com seu salário e também suas exigências perante os maridos, ou, mais especificamente na relação conjugal, mostrando maior autonomia sobre o próprio corpo e cobrando a presença de um parceiro carinhoso – foram discutidas em termos de um ganho de autonomia por parte dessas esposas, relacionado à questão do empoderamento das mulheres. Além dos benefícios com tais transformações em seus papéis femininos, consideramos que os episódios de violência estão vinculados a tais ganhos, uma vez que implicam no desafio dos aspectos preconizados pela masculinidade hegemônica.

Entendendo que masculinidade e feminilidade são categorias relacionais, que se constroem e, conseqüentemente, se transformam mutuamente, o aumento da autonomia feminina, ou, ainda, do poder feminino, se mostra como uma ameaça à configuração tradicional do masculino-dominante.

Diante do movimento de transição de gênero em que identificamos os casais participantes, podemos afirmar que o “tempo de gênero” dos homens, atrasado em relação ao das mulheres, se deve, ao menos em parte, ao desinteresse, à resistência e ao desconforto causado pelo desenvolvimento de um processo que retira, ou parece retirar, deles um pouco do poder que os define como “homens de verdade”³⁰.

Assim, o impacto entre os interesses de homens – dominantes – e mulheres – (in)subordinadas –, geram um conflito no qual a violência é utilizada por aqueles que têm seu uso socialmente legitimado também dentro das relações familiares.

³⁰ Ainda, devemos destacar que também as mulheres apresentam dificuldades de se desvincularem de seu papel hegemônico e dividir o ambiente doméstico, local que lhes confere certo grau de autonomia e poder de decisão. Essas mulheres, em alguns casos, adotam a dupla jornada de trabalho como mais uma obrigação da mulher/mãe que se anula pelo bem estar da família.

Acreditamos que, a partir das questões levantadas pelo presente estudo, fazem-se necessárias discussões acerca dos recursos que buscam promover a igualdade de gênero, pensando-se, de fato, em ambos os cônjuges.

Considerando-se o movimento de empoderamento reivindicado, com justiça, para as mulheres, avaliamos que as mudanças provocadas por ele afetam diretamente os homens, os quais têm sido, a nosso ver, negligenciados por esse movimento.

As políticas públicas que buscam trabalhar em prol da ampliação da autonomia e empoderamento das mulheres falham ao ignorar a dinâmica complementar de criação e recriação dos papéis de gênero e as reais possibilidades de adaptação masculina frente a esse processo de transformação.

Um bom exemplo disso é o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM – (Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005), cujas ações previstas seguem 4 linhas de atuação: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e d) enfrentamento à violência contra as mulheres. Os benefícios buscados pelo plano são, evidentemente, mercedores de reconhecimento na busca da inclusão social da mulher, porém, apreendemos nele um conteúdo que defende a igualdade entre os gêneros, e que, ao mesmo tempo, propõe ações de inclusão e empoderamento das mulheres sem considerar as transformações que implicará no cotidiano masculino, ou as necessidades de se incluir o homem nesses processos. Para ilustrar essa distorção, considerando os dados e discussões do presente trabalho, é a ausência, na quarta linha de atuação (enfrentamento à violência contra as mulheres), de atividades dirigidas ao homem-agressor.

Outro detalhe que ressalta a exclusão do homem é o fato do texto da PNPMM trazer 7 (sete) referências ao homem, ao passo que menções à mulher (mulher, mulheres, feminino(a), brasileiras) ocorrem mais de 70 vezes. Ainda, as referências ao homem aparecem, como descreveu Lyra (1998) sobre a posição masculina nas discussões iniciais do feminismo, como contraponto³¹.

³¹ Os contextos em que o homem é citado no PNPMM são os seguintes: na página 5, “articulação de políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres” e, “enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres”; “sobre a vida de homens e mulheres” (p.6); “mulheres e homens são iguais em direito” (p. 7); “o equilíbrio de poder entre homens e mulheres” (p. 10); “assistência em Planejamento Familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes” (p. 18) e, por último “para fazer acontecer a igualdade entre mulheres e homens” (p. 21).

Apesar do empoderamento das mulheres liberar e também empoderar os homens, uma vez que, como observou León (2001) o acesso feminino a novos espaços implica no compartilhamento de responsabilidades, beneficiando diversos grupos sociais, inclusive a família, e também na possibilidade de os homens experienciarem novos e interessantes papéis dentro das relações familiares e afetivas, o homem ainda apresenta dificuldades para se assumir como um “novo homem” e se desvincular do antigo padrão hegemônico. Devemos considerar que as alterações nos padrões de comportamento feminino resultam de debates e ações que ocorrem há mais de 30 anos, e, mesmo assim, discute-se sempre a questão das “permanências e mudanças” dos padrões tradicionais das relações de gênero. Por outro lado, as discussões sobre o homem sensível e re-inserido no ambiente familiar são bem mais recentes, mais um fator que pode ser pertinente à diferenciação e “atraso” do tempo de gênero masculino quando comparado ao feminino.

Para que os homens se sintam beneficiados, e não ameaçados, pelas transformações em curso e consigam valorizar as novas experiências de intimidade que essas alterações permitem como, por exemplo, a inserção afetiva na família, libertação dos estereótipos machistas e maior contato com emoções (Araújo, 2005; León, 2001; Nolasco, 1997), eles devem ser inseridos nas discussões sobre o empoderamento da mulher, bem como esses debates devem incluir questões acerca da masculinidade e feminilidade como construções que podem e devem ser re-elaboradas buscando o equilíbrio de poderes.

Diante das discussões apresentadas, acreditamos que tanto os trabalhos interventivos quanto as políticas públicas desenvolvidos para mulheres em situação de violência devam ser estendidos aos seus agressores (esteja o casal junto ou não). Também, deve-se cuidar para que as questões sobre gênero sejam trabalhadas com o intento de que tanto homens quanto mulheres se percebam empoderados por meio da construção de relações igualitárias nos espaços públicos e privados.

A complexidade do fenômeno da violência conjugal é descrita por diversos (as) autores (as) e não poderia deixar de ser mencionada em nosso trabalho que, além das respostas originadas, possibilitou o acesso a algumas questões para reflexões sobre a temática. Conceitos como transição de gênero, empoderamento feminino e masculinidade hegemônica possibilitaram um olhar crítico sobre as questões que se entrelaçam na construção da violência contra a mulher e, por isso, acreditamos que sejam ferramentas úteis para se compreender os processos de construção das relações violentas entre casais.

7. REFERÊNCIAS

- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005) Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, 7 (2), 171-206.
- Anderson, K. L & Umberson, D. (2001) Gendering violence: masculinity and power in men's accounts of domestic violence. **Gender & Society**, 15 (3), 358-380.
- Angulo-Tuesta, A. J. (1997) Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva de profissionais da saúde. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Disponível em: http://portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000008&lng=pt&nr_m=iso Recuperado em 10 de fevereiro de 2005.
- Araújo, M. F. (2002) Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, 7 (1), 3 -11.
- Araújo, M. F. (2005) Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisando o debate. **Psicologia Clínica**, 172 (2), 41-52.
- Azevedo, R. G. (2001) Juizados Especiais Criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16 (47), 97-110.
- Badinter, E. (1986) **Um é o outro**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barcellos, G. H (2003) Atuação das delegacias especializadas da mulher no estado do Espírito Santo. Em T. Camacho (Org.) **Ensaio sobre Violência** (pp.115-167) Vitória: Edufes.
- Bardin, L. (2002) **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Becker, D., Edmundo, K., Nunes, N. R., Bonatto, D. & Souza, R. (2004) *Empowerment* e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9 (3), 655-667.

- Boonzaier, F. & De la Rey, C. (2003) "He's a Man, and I'm a woman" - cultural constructions of masculinity and femininity in South African women's narratives of violence. **Violence against Women**, **9** (8), 1003-1029.
- Bourdieu, P. (2003) **A dominação masculina**. Kühner, M. H. (tradução), (3ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160p.
- Bruschi, A., de Paula, C. S. & Bordin, I. A. S. (2006) Prevalência e procura de ajuda conjugal física ao longo da vida. **Revista de Saúde Pública**, **40** (2), 256-264.
- Bruschini, C. (2005) Teoria crítica da família. Em: M. A. Azevedo e V. N. A. Guerra (Orgs) **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. (pp. 49-79) (4ª ed.) São Paulo: Cortez
- Camino, L & Ismael, E. (2004) A psicologia social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. Em: Souza, L. e Trindade, Z. A. (Orgs.) **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos**. (pp. 43-56) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carney, M. M. & Buttell, F. P. (2004) A multidimensional evaluation of a treatment program for female batterers: a pilot study. **Research on Social Work Practice**, **14** (4), 249-258.
- Carvalho, M. P. (1998) Vozes masculinas numa profissão feminina. **Estudos feministas**, **8** (2), 406-422.
- Cavalcanti, L. F., Gomes, R. & Minayo, M. C. S (2006) Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, **22** (1), 31-39.
- Cavanagh, K., Dobash, R. E., Dobash, R. P & Lewis, R. (2001) 'Remedial work': men's strategic responses to their violence against intimate female partner. **Sociology**, **35** (3), 695-714.
- Chauí, M. (1999, 13 de março) Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, p. 5.

- Chauí, M. (1985) Participando do debate sobre mulher e violência. Em **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, "Convenção de Belém do Pará"**. (Assinada em 1994 e ratificada pelo Brasil em novembro de 1995). Disponível em: <http://www.cidh.oas.Org/Basicos/Base8.htm>. Recuperado em 21 de janeiro de 2005.
- Connell, R. W. (1995) **Masculinities**. Cambridge: Polity.
- Connell, R. W. (2005) Hegemonic masculinity – rethinking the concept. **Gender & Society, 19** (6), 829-859.
- Cortez, M. B., Padovani, R. C & Williams, L. C. A. (2005) Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. **Estudos de Psicologia 22** (1), 13-21.
- DaMatta, R. (1997) Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. Em D. Caldas (Org.) **Homens** (pp. 31-49). São Paulo: SENAC.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005) A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública, 21** (2), 417-425.
- Dario, N. (2002) A identidade masculina e o movimento da emancipação da mulher. **Arquivos Brasileiros de Psicologia, 54** (1), 79-92.
- Dasgupta, S. (2002) A Framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships. **Violence against women, 8** (11), 1364-1389.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B. et al (2003) Violência Doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 25** (Suplemento 1), 9-21.
- DeSouza, E., Baldwin J. R., & da Rosa, F. H. (2000) A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica, 13** (3), 485-496.

- Diniz, N. M. F., Lopes, R. L. M., Gesteira, S. M. A., Alves, S, L. B. & Gomes, N. P. (2003) Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, **37** (2), 81-88.
- Dohmen, M. L. (1995) Aspectos comportamentais. Em J. Corsi, M. Dohmen & M. Sotes (Orgs.). **Violencia masculina en la pareja. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención**. (pp. 51-67). Buenos Aires: Paidós.
- Dutton, D. G. & Nicholls, T. L. (2005) The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1 – The conflict of theory and data. **Aggression and Violent Behavior**, **10**, 680-714.
- Faulkner, K., Stoltenberg, C. D., Cogen, R., Nolder, M. & Shooter, E. (1992) Cognitive-behavioral group treatment for male spouse abuse. **Journal of Family Violence**, **7**, (1), 37-55.
- Féres-Carneiro, T. (1998) Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, **11** (2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003) Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, **8** (3), 367-374.
- Fischer, I. R. & Marques, F. (2001) Gênero e exclusão social. **Trabalhos para Discussão**, 113. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tdp/113.html>. Recuperado em 09 de dezembro de 2004.
- Gadd, D. (2002) Masculinities and violence against female partners. **Social & Legal Studies**, **11** (1), 61–80.
- Garcia, M. L. T. & Tassara, E. T. O. (2003) Problemas no casamento: uma análise qualitativa. **Estudos de Psicologia**, **8** (1), 127-133.
- Gianórdoli-Nascimento, I. F., Nascimento, A. R. A, Trindade, Z. A., Olshen, D., Bertollo, M, Rölke, R. (2005) **Trabalho feminino: representação social para homens casados de Vitória/ES [artigo completo em CD-ROM]**. IV Jornada Internacional sobre Representações Sociais e II Conferência Brasileira Sobre Representações Sociais.

- Giffin, K. (1994) Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, **10** (suplemento 1), 146-155.
- Giffin, K. (2002) Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, **18** (Suplemento), 103-1125.
- Giffin, K. (2005) A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, **10** (1), 47-57.
- Gilbert, P. R. (2002) Discourses of female violence and societal gender stereotypes. **Violence against women**, **8** (11), 1271-1300.
- Greig, A.; Kimmel, M.; & Lang, J. (2000) **Men, masculinities & development: Broadening our work towards gender equality**. Gender in Development Programme, UNDP: Gender in Development Monograph Series #10. Disponível em: http://health.columbia.edu/pdfs/men_masculinities.pdf Recuperado em 10 de julho de 2005.
- Gomes, R. (2003) Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência & Saúde Coletiva**, **8** (3), 825-829.
- Hamberger, L. K. & Holtzworth-Munroe, A. (1999) Partner violence. In F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.) **Cognitive behavioral strategies in crisis intervention**. London: The Guildford Press.
- Heilborn, M. L. (1997) O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. Em F. R. Madeira (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil** (pp. 291-342) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Heilborn, M. L. & Carrara, S. (1998) Em cena, os homens... **Estudos feministas**, **6** (2), 370-374.
- Jenkins, S. S. & Aubé, J. (2002) Gender differences and gender-related constructs in dating aggression. **Personality and Social Psychology Bulletin**, **28** (8), 1106-1118.
- Kabeer, N. (2005) Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third Millennium Development Goal. **Gender and Development**, **13** (1), 13-24.

- Kelly, V. A. (2004) Psychological abuse of women: a review of the literature. **The family journal: counseling and therapy for couples and families**, 12 (4), 383-388
- Kimmel, M. S. (2002) "Gender symmetry" in domestic violence - a substantive and methodological research review. **Violence against women**, 8 (11), 332-1363.
- Langley, R. & Levy, R. C. (1980) **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**. São Paulo: Hucitec.
- Lavinas, L. (1997) Gênero, cidadania e adolescência. Em F. R, Madeira (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil** (pp. 11-43) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- León, M. (2001) El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La ventana**, n. 13, 94-106. Disponível em: <http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/Ventana13/vetana13-4.pdf>
Recuperado em 3 de julho de 2006.
- Lyra, J. (1998) Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. Em: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. e Medrado, B (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. (pp. 185-214) São Paulo: ECOS/Ed. 34.
- Machado, Z. L. (2002) **Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das Delegacias da Mulher**. (Série Antropologia, 319), Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie319empdf.pdf> Recuperado em 15 de dezembro de 2004.
- Marcondes Filho, C. (2001) Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**. 15 (2), 20-27.
- Marques, T. M. (2005) **Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. (300p.)
- Mello, M. (2002) Direito constitucional à assistência jurídica integral e gratuita às mulheres que comprovem insuficiência de recursos: papel do Estado versus papel da

- sociedade civil. Em L. Q. Moraes, e R. Naves (Orgs.) **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência** (pp. 131-159). Campinas, SP: Unicamp.
- Menandro, M. C. S. (2004) **Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.
- Meneghel, S. N., Farina, O. & Ramão, S. R (2005a) Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, **13** (3), 567-583.
- Meneghel, S. N., Barbiani, R., Brener, C., Teixeira, G., Sttefen, H., et al (2005b) Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, **10** (1), 111-118.
- Miller, L. (2002) Protegendo as mulheres da violência doméstica. Em L. Q. Moraes e R. Naves (Orgs.). **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência** (pp. 223-263). Campinas, SP: Unicamp.
- Minayo, M. C. S. (1993) **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Minayo, M. C. S; Deslandes, F. S. (1998) A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, **14** (1), 35-42.
- Morgado, R. (2004) **Família(s): permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, setembro. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RosanaMorgado.pdf> Recuperado em 18 de abril de 2006.
- Moghadam, V. M. & Senftovan, L. (2005) **Measuring women's empowerment: participation and rights in civil, political, social, economic, and cultural domains**. UNESCO: Blackwell Publishing, 389-412.
- Nader, M. B. (2001) **Mulher: do destino biológico ao destino social**. 2^a ed. Vitória: EDUFES.

- Negreiros, T. C. G. M. & Féres-Carneiro, T. (2004) **Masculino e feminino na família contemporânea**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, ano 4 (1), 34-47.
- Nolasco, S. (1997) Um “homem de verdade” Em: D. Caldas (Org.) **Homens** (pp. 13-29). São Paulo: Senac.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T. & Marques, S. C. (2005) Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. Em: M. S. S. Menin e A. M. Shimizu (Orgs.) **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas** (pp.157-200). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, D. C. (2005) **O atendimento a envolvidos em violência: concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. (141p.)
- OMS (2002) **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde/OMS.
- Orlandi, R. (2006) **Paternalidades nas adolescências: investigando os sentidos atribuídos por adolescentes pais à paternidade e às práticas de cuidado dos filhos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. (152p.)
- Paterna, C. Martinez, C. & Rodes, J. (2005) Creencias de los Hombres sobre lo que Significa ser Padre, **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, 39, (2), 275-284.
- Pondaag, M. C. M. (2003) **O dito pelo não dito: desafio no trabalho com mulheres vítimas de violência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília.
- Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2005) **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: autor.
- Ribeiro, A. S. M. (2000) **Macho, adulto, branco, sempre no comando?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UNB.

- Ridenti, S. G. U. (1998) A desigualdade de gênero nas relações parentais: O exemplo da custódia dos filhos. Em: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. e Medrado, B. (Orgs.) - **Homens e masculinidades: outras palavras.** (pp. 163-184) São Paulo: Ecos/Editora 34.
- Romanelli, G. (2002) Autoridade e poder na família Em: Carvalho, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate.** 4ª ed. (pp. 73-87) São Paulo: EDUC/Cortez.
- Rynerson, B. C. & Fishel, A. H. (1993) Domestic violence prevention training: participant characteristics and treatment outcomes. **Journal of Family Violence, 8**, (3), 235-267.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994) **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003) Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP, 11**, (1), 2-17.
- Saffioti, H. I. B. (1997a). Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. Em M. Kupstas (Org.). **Violência em Debate** (pp. 39-57). São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (1997b) No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Em F. R. Madeira (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil** (pp. 135-211) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Saffioti, H. I. B. (1999) Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva, 13** (4), 82-91.
- Saffioti, H. I. B. (2002) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Em L. Q. Moraes, e R. Naves (Orgs.). **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência.** (pp. 197-221). Campinas, SP: Unicamp.
- Saffioti, H. I. B. & Almeida, S.S. (2003) Brasil: violência, poder e impunidade. Em T. Camacho (Org.). **Ensaio sobre violência.** (pp. 85-114), Vitória: Edufes
- Santos, M. F. & Chimenti, R. C. (2004) **Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais e Estaduais revista e atualizada.** Coleção Sinopses Jurídicas, vol. 15 tomo II, 2ª ed. São Paulo: Saraiva.

- Sarti, C. A. (2003) **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** (2ª ed). São Paulo: Cortez. 152p.
- Sinclair, B. M. (1985) **Understanding wife assault: a training manual for counselors and advocates.** Toronto: Ontario.
- Soares, B. M. (1999) **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 320p.
- Soares, C. (2005) Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia Alceste em contextos de discursos distintos. Em: A. S. P. Moreira (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.** (pp.541-571) João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Swan, S. C. & Snow, D. L. (2003) Behavioral and psychological differences among abused women who use violence in intimate relationships. **Violence against Women, 9** (1), 75-109.
- Torrão Filho, A. (2005) Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (24), 127-152.
- Traverso-Yépez, M. A., Pinheiro, V. S. (2005) Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas, 13** (1), 147-162.
- Trindade, Z, A. & Nascimento, A, R. A. (2004) O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica. Em: Souza, L. e Trindade, Z. A. (Orgs.) **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos.** (pp. 146-162). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Wood, J. T. (2004) Monsters and victims: male felon's accounts of intimate partner violence. **Journal of Social and Personal Relationships, 21** (55), 555-576.

Apêndice A.

Modelo de Termo de Conciliação do Primeiro Juizado Especial Criminal de Vitória.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
 Rua Pedro Palácios, 105 - Cidade Alta - Vitória - ES
 Tel.(027) 3223 44 22 rm 239

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº Juiz de Direito :

Promotoa de Justiça :

Suposto autor do fato :

Suposta vítima :

Conciliadora :

Imputação: **Art.**

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

AOS QUINZE (17) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E CINCO (2005), às 15:30 horas, na Sala de conciliação do 1º Juizado Especial Criminal de Vitória, Estado do Espírito Santo, comigo conciliadora. Realizado o pregão, PRESENTE as partes.

ABERTA A AUDIÊNCIA, as partes resolveram fazer uma composição amigável nos seguintes termos: O(A) suposto(a) autor(a) compromete-se a não mais ameaçar seja com gestos, palavras ou escritos ou agredir fisicamente a suposta vítima bem como seus familiares.

Em seguida pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: "Vistos, etc. **HOMOLOGO** para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre o autor do fato e a vítima acima qualificados, nos termos pactuados e especificados no presente termo. Levando-se em consideração que o acordo ora homologado acarreta a renúncia ao direito de representação, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 74 da Lei nº 9.099/95, **JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE** do delito, praticado, em tese, pelo(a) autor(a) do fato. Sem Custas. Transitada em julgado, observadas as formalidades legais, Arquivem-se.

Dada por publicada na presente audiência e as partes por intimadas. Registre-se. Nada mais havendo encerrou-se o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____, Escrevente Judiciário, digitei e assino.

MM. Juiz:

Promotor de Justiça:

Suposto(a) Autor(a) do fato (xxx): _____ Adv.:

Suposta vítima (xxx): _____ Adv.:

Apêndice B.

Modelo de Termo de Conciliação do Segundo Juizado Especial Criminal de Vitória.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VITÓRIA
 Rua Pedro Palácios, 105, 2º andar, Centro, Vitória/ES. Tel. 3223.4422 ramal 130

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCESSO N.: TC

Juíza de Direito :

Promotor de Justiça:

Autor do Fato (suposto):

Vítima (suposta):

Conciliadora:

Defensor Público:

COMPOSIÇÃO DOS DANOS

AOS QUATRO (04) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E CINCO (2005), nesta cidade e Comarca de Vitória Estado do Espírito Santo, no Edifício dos Juizados Especiais Criminais, na Sala de Conciliação, às 13:30 horas, comigo Conciliadora, para a realização da Audiência Preliminar. Procedido o pregão, **PRESENTE A SUPOSTA VÍTIMA XXX e PRESENTE O SUPOSTO AUTOR DO FATO XXX**, a quem se imputa a prática do crime previsto no Art. 129 do CPB. **Proposta a conciliação, esta foi aceita pelas partes, nos seguintes termos: As partes acima elencadas se comprometem a se respeitarem mutuamente e a manterem-se afastadas, evitando assim de uma importunar a outra. As partes se comprometem ainda a, a partir desta data, não mais se agredirem física ou verbalmente, seja por gestos, palavras ou escritos, deixando cada um viver a sua vida, sem qualquer intromissão de uma das partes na vida da outra. O presente acordo deverá ser cumprido sob as penas da lei.** Consultadas as partes, as mesmas concordaram com os termos do acordo, bem como a Defesa e o Douto Representante do Ministério Público. Em seguida, pela MM. Juíza foi proferida a seguinte **SENTENÇA:** "Vistos, etc... **HOMOLOGO**, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre o suposto autor do fato e o ofendido acima qualificados, nos termos pactuados e especificados no presente. Levando-se em consideração que o acordo ora homologado acarreta a renúncia ao direito de representação, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 74 da Lei nº 9.099/95 **JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE** do delito, praticado, em tese, pelo suposto autor do fato. Sem Custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se. Dada por publicada na presente audiência e as partes por intimadas. Registre-se". Nada mais havendo encerrou-se o presente termo que vai por todos assinados.

Juíza de Direito:.....

Promotor de Justiça:.....

Conciliadora:.....

Autor do fato (suposto):.....

Vítima (suposta):.....

Defensor Público:.....

Apêndice C.

Cópia da autorização assinada pelo Juiz de Direito do Fórum de Vitória.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do Fórum de Vitória Dr. Telêmaco Antunes de Abreu Filho

Defiro, mediante as cautelas de estilo.

Em 17/06/05

Senhor Doutor,

Solicito à Vossa Excelência autorização para contatar dentro das dependências do Fórum Criminal de Vitória possíveis participantes da pesquisa que venho realizando como requisito para aquisição do Título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Qualquer facilitação no sentido de um primeiro contato com casais envolvidos em violência conjugal será de grande colaboração para o andamento da pesquisa. Esse contato poderá ser realizado de forma direta (a pesquisadora conversa com o casal ou um dos cônjuges) ou mediada (indicação da pesquisa por funcionários do próprio Fórum Criminal).

Este trabalho é orientado pelo Prof. Dr. Lídio de Souza e tem como objetivo central investigar as concepções de gênero em casais envolvidos em violência conjugal. A participação dos casais constará de entrevistas individuais a serem conduzidas pela pesquisadora e por um estagiário devidamente orientado. O sigilo das identidades dos entrevistados e outros procedimentos éticos serão devidamente atendidos. Os resultados desse trabalho poderão ser utilizados dentro de programas de intervenção e prevenção voltados para situações de violência doméstica.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atentiosamente

Vitória, 14 de junho de 2005.

Mirian Béccheri Cortez
Mirian Béccheri Cortez

(Aluna do programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFES e responsável pela pesquisa.)

Apêndice D.**Modelo do Termo de Consentimento Informado para participação em pesquisa**

Título da Pesquisa: Ser homem e ser mulher segundo casais envolvidos em relacionamentos violentos

Pesquisadora: Mirian Béccheri Cortez.

Orientador: Prof. Dr. Lídio de Souza.

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Objetivo da Pesquisa: investigar como casais que apresentem dificuldades de relacionamento caracterizam o ser homem e ser mulher dentro dessa relação.

Descrição do Procedimento: será realizada entrevista individual sobre aspectos que caracterizam o ser homem e mulher dentro de relacionamentos. Serão obedecidos os critérios éticos estabelecidos pela legislação que regulamenta a pesquisa com seres humanos. As entrevistas seguirão técnica cientificamente reconhecida e serão realizadas em ambientes acordados com os participantes. As entrevistas serão registradas com um gravador e transcritas, e as informações coletadas poderão ser utilizadas para fins exclusivamente científicos como divulgação em congressos e publicações científicas, assegurando-se sempre o anonimato dos participantes. O participante poderá interromper ou desistir de sua participação em qualquer fase da pesquisa. Informações suplementares e esclarecimentos serão fornecidos a qualquer momento aos participantes pela pesquisadora.

Benefícios: o conhecimento de aspectos que possam ser/estar relacionados com as brigas e conflitos dentro de relacionamentos afetivos pode contribuir positivamente no aprimoramento de programas de intervenção e, ainda, abrir novas possibilidades para discussões e estudos sobre essa temática.

Nome do Participante: _____

RG: _____ Órgão Emissor: _____

Estando de acordo, assinam o presente termo de consentimento em 2 (duas) vias.

Participante

Mirian Béccheri Cortez – Pesquisadora

Vitória/ES, ____ de _____ de 2006.

Apêndice E.

Modelo da versão para os maridos do roteiro de entrevista.

A) Informações pessoais:

Nome: _____ Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Trabalho atual: _____ Salário: _____

Outra fonte de renda (bicos, parente): _____

Estado civil: _____ n° de filhos: _____

Tempo de relacionamento (namoro+casamento): _____

Religião _____ Praticante? _____

Consumo de bebida alcoólica () não () às vezes () com frequência

Quantidade _____ Em que situações _____

Consumo de drogas ilícitas () não () raramente () com frequência

Quais? _____ Em que situações _____

Há arma de fogo (revólver) em casa? () sim () não

Quem tem acesso? _____

Quando as agressões começaram? _____

Seus filhos presenciam as brigas e agressões? () sim () não

Como eles reagem? _____

B) Entrevista semi-estruturada:

- Investigar o que o entrevistado entende por “ser um homem”.
- Investigar o que o entrevistado entende por “ser uma mulher”.
- Descrição de defeitos e qualidades do entrevistado.
- Investigar se o entrevistado se identifica como um bom homem.
- Descrição de defeitos e qualidades da esposa do entrevistado.
- Investigar se o entrevistado se identifica sua esposa como uma boa mulher.
- Caracterização de como deve ser o relacionamento de um casal.
- Caracterizar o relacionamento do entrevistado com o cônjuge.
- Identificar os aspectos positivos e negativos em seu relacionamento.
- Investigar os motivos das brigas e discussões.

- Descrição de uma das brigas em que houve agressão física.
- Investigar os sentimentos que surgem no entrevistado após a agressão.
- Investigar a ocorrência de outros tipos de violência (psicológica/sexual)
- Descrição dos sentimentos da parceira após a agressão.
- Características de um bom marido.
- Características de um bom pai.
- Características de uma boa esposa.
- Características de uma boa mãe.
- Características de uma esposa ruim.
- Características de um marido ruim
- Investigar como o entrevistado se qualifica na condição de marido
- Investigar como o entrevistado se qualifica na condição de pai.
- Investigar como o entrevistado qualifica sua parceira como esposa.
- Investigar como o entrevistado qualifica sua parceira como mãe.
- Obrigações do entrevistado em casa, na condição de pai.
- Obrigações do entrevistado em casa, na condição de marido.
- Obrigações da mulher, na condição de esposa.
- Obrigações da mulher, na condição de mãe.
- Sobre os direitos que o entrevistado possui em casa.
- Sobre os direitos que a parceira do entrevistado tem em casa.

Apêndice F.

Modelo da versão para as esposas do roteiro de entrevista.

A) Informações pessoais:

Nome: _____ Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Trabalho atual: _____ Salário: _____

Outra fonte de renda (bicos, parente): _____

Estado civil: _____ n° de filhos: _____

Tempo de relacionamento (namoro+casamento): _____

Religião _____ Praticante? _____

Consumo de bebida alcoólica () não () às vezes () com frequência

Quantidade _____ Em que situações _____

Consumo de drogas ilícitas () não () raramente () com frequência

Quais? _____ Em que situações _____

Há arma de fogo (revólver) em casa? () sim () não

Quem tem acesso? _____

Quando as agressões começaram? _____

Seus filhos presenciam as brigas e agressões? () sim () não

Como eles reagem? _____

B) Entrevista semi-estruturada

- Investigar o que a entrevistada entende por “ser um homem”.
- Investigar o que a entrevistada entende por “ser uma mulher”.
- Descrição de defeitos e qualidades da entrevistada.
- Investigar se a entrevistada se identifica como uma boa mulher.
- Descrição de defeitos e qualidades do marido da entrevistada.
- Investigar se a entrevistada identifica seu marido como um bom homem.
- Caracterização de como deve ser o relacionamento de um casal.
- Caracterizar o relacionamento da entrevistada com o cônjuge.
- Identificar os aspectos positivos e negativos em seu relacionamento.
- Investigar os motivos das brigas e discussões.

- Descrição de uma das brigas em que houve agressão física.
- Investigar os sentimentos que surgem na entrevistada após a agressão.
- Investigar a ocorrência de outros tipos de violência (psicológica/sexual).
- Descrição dos sentimentos do parceiro após a agressão.
- Características de um bom marido.
- Características de um bom pai.
- Características de uma boa esposa.
- Características de uma boa mãe.
- Características de uma esposa ruim.
- Características de um marido ruim
- Investigar como a entrevistada se qualifica na condição de esposa.
- Investigar como a entrevistada se qualifica na condição de mãe.
- Investigar como a entrevistada qualifica seu parceiro como marido.
- Investigar como a entrevistada qualifica seu parceiro como pai.
- Obrigações da entrevistada em casa, na condição de mãe.
- Obrigações da entrevistada em casa, na condição de esposa.
- Obrigações do homem, na condição de marido, em casa.
- Obrigações do homem, na condição de pai, em casa.
- Sobre os direitos que a entrevistada possui em casa.
- Sobre os direitos que o parceiro da entrevistada tem em casa.